

UFRRJ

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**CANAVIEIROS NA REGIÃO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES:
REFLEXÕES SOBRE A AÇÃO SINDICAL DA CONSTITUIÇÃO DO
SINDICATO À GREVE DE 1984**

RAYANNE DE MEDEIROS GONÇALVES

2019



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**CANAVIEIROS NA REGIÃO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES:
REFLEXÕES SOBRE A AÇÃO SINDICAL DA CONSTITUIÇÃO DO
SINDICATO À GREVE DE 1984**

RAYANNE DE MEDEIROS GONÇALVES

Sob a Orientação da Professora Dr^a.

Leonilde Servolo de Medeiros

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais, no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

Rio de Janeiro, RJ
Maio de 2019

FICHA CATALOGRÁFICA

d212c de Medeiros Gonçalves, Rayanne , 1992-
CANAVIEIROS NA REGIÃO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES:
REFLEXÕES SOBRE A AÇÃO SINDICAL DA CONSTITUIÇÃO DO
SINDICATO À GREVE DE 1984 / Rayanne de Medeiros
Gonçalves. - 2019.
122 f.: il.

Orientadora: Leonilde Servolo de Medeiros .
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ, 2019.

1. trabalhadores rurais. 2. ação sindical. 3. greve
dos canavieiros. 4. direitos trabalhistas. 5.
ditadura civil-militar . I. Servolo de Medeiros ,
Leonilde, 1949-, orient. II Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro. CPDA/UFRRJ III. Título.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento,
Agricultura e Sociedade (CPDA)

Rayanne de Medeiros Gonçalves

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade como requisito parcial para
obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais.

Dissertação aprovada em 16/05/2019.



Prof.^a Dr.^a Leonilde Servolo de Medeiros (CPDA/UFRRJ)
(Orientador)



Prof.^a Dr.^a Débora Franco Lerrer (CPDA/UFRRJ)



Prof.^a Dr.^a Ana Maria Motta Ribeiro (UFF)

Dedico a todos e todas canavieiras e canavieiros e dirigentes e pesquisadoras (es) compromissados com a luta do campo deste país. Por lutarem e seguirem lutando pelos seus direitos.

In memoriam destes lutadores e lutadores e de meu pai e melhor amigo, Elivan de Almeida Gonçalves.

*(...) Este açúcar veio
da mercearia da esquina e
tampouco o fez o Oliveira,
dono da mercearia
este açúcar veio
de uma usina de açúcar
em Pernambuco
ou no Estado do Rio
e tampouco o fez o dono
da usina.*

*Este açúcar era cana
e veio dos canaviais
extensos
que não nascem por acaso
no regaço do vale.*

*Em lugares distantes,
onde não há hospital
Nem escola,
homens que não sabem ler
e morrem de fome
aos 27 anos
plantaram e colheram a
cana
que viraria açúcar*

*Em usinas escuras,
homens de vida amarga
e dura
produziram este açúcar
branco e puro
com que adoço meu café
esta manhã em Ipanema.*

*(O Açúcar, Ferreira Gullar
– 1975)*

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por ter me concedido a bolsa de estudos que viabilizou a realização das minhas atividades acadêmicas. E ao povo trabalhador brasileiro que, através dos impostos, financiaram a bolsa. Em retorno, espero que esta dissertação contribua com o engrandecimento não somente científico deste país, mas para os movimentos sociais rurais.

Em segundo, agradeço ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais, Desenvolvimento e Agricultura (CPDA/UFRRJ), no qual ingressei como bolsista de Iniciação Científica e saio com o título de mestra. À toda equipe de professores, funcionários, colegas de classe e grupos de estudos, meu muito obrigada pelos debates, leituras, lutas e trocas inesquecíveis.

No entanto, este trabalho não se concretizaria sem a ajuda infundável de minha orientadora, Leonilde Servolo de Medeiros. Obrigada pela oportunidade de trabalhar ao seu lado e por me ensinar tanto sobre a luta dos trabalhadores rurais e suas organizações. Levo-a eternamente como minha mentora de vida. Sua generosidade e responsabilidade me tornaram uma pessoa muito mais forte e independente e, por isso, serei eternamente grata.

Agradeço também a minha mãe, Catarina, que me criou sozinha e sempre foi meu alicerce. Sem você eu não seria nada e não conquistaria nenhum sonho. Obrigada por me permitir cometer meus próprios erros e acertos e estar sempre ao meu lado. E, principalmente, obrigada por sempre incentivar os meus estudos. Sou a mulher mais sortuda por tê-la como mãe e pai, e espero ser motivo de orgulho sempre. Agradeço a mais três mulheres na vida, minhas tias, Ana e Clara, e minha prima Juliana, que ajudaram na minha criação e pelas palavras de incentivo nos momentos difíceis da escrita e por sempre me fazerem sorrir.

Além dos colegas e professores que tive ao longo dos anos, tanto na graduação quanto na pós, agradeço aos meus amigos e amigas, Gabriel Cerqueira, Paula Sobral, Flávia Cunha, Aline Rocha, Diego Maggi, Eduardo Beniacar, Rodrigo Pennutt, Bárbara Cardoso, Francisco Julião, Felipe Viana, João Guilherme, Renata Milanês, Dafne Velazco, Mariana Nolte, Camila Leite e tantos outros e outras que não cabem na lista, mas estão no meu coração. A vocês que trilham ao meu lado, saibam que, com cada um (a), aprendi algo pelos debates acalorados que também contribuíram para minha formação intelectual e pela lealdade que fizeram uma família que pude escolher.

Em especial, gostaria de agradecer à minha melhor amiga e irmã que a vida me deu, Gabriela Naves. Gratidão eterna por tudo o que fez e faz por mim, pelos conselhos, por secar

minhas lágrimas, por me dar força e por ser quem você é. Sei que sempre contarei com você e espero que saiba o mesmo.

Agradeço também aos colegas da Comissão da Verdade de Niterói pelos debates nos bares, nas organizações de atividades, nos atos, nos grupos de leituras, nos sambas e nas madrugadas.

Gostaria de agradecer também às professoras Ana Motta Ribeiro e Delma Pessanha Neves pelos trabalhos incríveis que fizeram junto aos trabalhadores rurais de Campos. Sem o compromisso e dedicação de vocês, muito provavelmente, esta dissertação não existiria. Obrigada também, às professoras Leonilde, Débora Lerrer e Fátima Portilho pelas palavras de incentivo durante minha depressão “pré-parto” da dissertação e pelos abraços de conforto e empatia.

“Só falha quem não tenta”, como diz minha mãe. Devido a isto fiz um compromisso comigo mesma de produzir este trabalho, retornar ao campo de estudo e trocar conhecimento com os trabalhadores e trabalhadoras da Região Açucareira de Campos, e ao primeiro sindicato rural do Brasil, o de Campos dos Goytacazes. Aos atuais dirigentes, Paulo Honorato e Antônio Peixoto, assim como a toda equipe que sustenta o sindicato, meu profundo agradecimento pelas entrevistas, conversas e por permitir acessar o rico acervo de vocês. O mesmo agradecimento se estende aos trabalhadores da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio de Janeiro, por disponibilizar seus acervos e pelas comidas e conversas na hora do almoço.

Do mesmo modo, nunca poderia de deixar de agradecer aos militantes do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, Diego Splinter, David Wigg e Tatiane Gomes, por abrirem sua casa para mim por semanas e me apresentarem aos companheiros assentados, em especial, Chiquinho e Davi que me levaram a alguns assentamentos onde pude conhecer a realidade dos assentados que vivem lá e entrevistá-los. Sem vocês eu estaria perdida na vastidão de terra e plantações.

E, por último, um agradecimento extremamente especial, ao meu companheiro de caminhada Daniel Gaspar que foi paciente em meus momentos de crises, me auxiliou sempre que necessário e nunca deixou de estar ao meu lado na militância, dores e felicidades. Você é uma das inspirações da minha vida e gratidão por ser meu interlocutor.

A todos e todas pesquisadora(es) do meio rural, minha eterna gratidão.

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo refletir sobre as lutas dos trabalhadores da cana-de-açúcar na Região Açucareira de Campos dos Goytacazes, município do Rio de Janeiro, dando ênfase ao período ditatorial (1964-1985) e, em especial à greve dos canavieiros, em 1984. Busca-se analisar as principais reivindicações trabalhistas da época, a fim de entender as motivações dos trabalhadores, as formas de organização e mobilização utilizadas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos (STRC). Pretende-se ainda entender o processo da greve dos canavieiros em relação às demais greves dos trabalhadores rurais pelo Brasil realizadas no final da década de 1970 e na primeira metade da década de 1980, assim como a escolha política dos dirigentes sindicais em não deflagrar a greve seguindo o modelo proposto pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), com base na Lei de Greve (Lei 4.330 de 1º de junho de 1964). Enfatiza-se também a mobilização dos trabalhadores pelo STRC e sua relação com a Contag no contexto de redemocratização do Estado.

Palavras-chave: Trabalhadores Rurais. Ação sindical. Greve dos canavieiros. Direitos trabalhistas.

ABSTRACT

This dissertation aims to reflect on the struggles of sugar cane workers in the “Açucareira Region of Campos” during the dictatorship (1964-1985), and especially the sugarcane strike, in 1984. The aim is to analyze the main labor claims of the time in order to understand the motivations of the workers, the forms of organization and mobilization used by the Trade Union of Rural Workers of Campos (STRC). It also intended to understand the process of the sugarcane strike in relation to the other strikes of rural workers in Brazil in the late 1970s and the first half of the 1980s, as well as the political choice of union leaders in not deflagrating the strike following the model proposed by the National Confederation of the Workers in the Agriculture (Contag) based on the Law of Strike - Law 4,330 of 1964. Emphasis is also placed on the mobilization of works by the STRC and its relationship with Contag in the context of redemocratization of the State.

Keywords: Rural workers; Trade union action; Strike of the sugarcane workers; Labor rights.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Greves e paralisações dos trabalhadores rurais campistas entre os anos de 1945 a 1964.....	54
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AI 2 – Ato Institucional número 2

AI 5 – Ato Institucional número 5

ANL – Aliança Nacional Libertadora

ANPOCS – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais

AP – Ação Popular

APERJ – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

ASFLUCAN – Associação Fluminense dos Plantadores de Cana

BANERJ – Banco do Estado do Rio de Janeiro

BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

CAI – Complexo Agroindustrial Brasileiro

CEDI – Centro Ecumênico de Desenvolvimento e Informação

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CEV-Rio – Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro

CENFESIR – Centro de Formação e Estudos Sindicais Rurais da Fetag/RJ

CESIR – Centro de Estudo Sindical Rural

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

COMPATER – Comissão Nacional de Pesquisa Agropecuária e de Assistência Técnica e Extensão Rural

CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil

CONSIR – Comissão Nacional de Sindicalização Rural

CONCRED – Comissão Coordenadora da Política Nacional de Crédito Rural

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

COOPERPLAN – Cooperativa Mista dos Plantadores de Cana

COOPERFLU – Cooperativa Fluminense dos Produtores de Açúcar

CPDA/UFRRJ – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CSN – Companhia Siderúrgica Nacional

CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social

DOPS – Departamento de Ordem Política e Social

EMATER-RIO – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio de Janeiro

ELC – Estatuto da Lavoura Canavieira

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EMBRATER – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural

ETR – Estatuto do Trabalhador Rural

FAPERJ – Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro

FALERJ - Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro

FETAG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio de Janeiro

FETAPE – Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares

FLERJ - Federação dos Lavradores do Estado do Rio de Janeiro

FMI – Fundo Monetário Internacional

FUS – Frente Única Sindical

IAA – Instituto do Açúcar e do Alcool

IPM – Inquérito Policial Militar

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INAMPS – Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social

INDA – Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário

JCC– Junta de Conciliação de Campos

JEC – Juventude Estudantil Católica

JUC – Juventude Universitária Católica

JK – Juscelino Kubitschek

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MSTR – Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais

NMSPP/CPDA/UFRRJ – Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo do CPDA/UFRRJ

MUT – Movimento de Unificação dos Trabalhadores

PCB – Partido Comunista do Brasil

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PESAGRO-RIO – Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio de Janeiro.

PIB – Produto Interno Bruto

PLANALSUCAR – Programa Nacional de Melhoramento de Cana-de-Açúcar

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

PROÁLCOOL – Programa Nacional do Alcool

PP – Partido Progressista

PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSD – Partido Social Democrata
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
SABESP – Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo
SAR – Serviço de Assistência Rural
SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural
STRC – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos
STIAC – Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Açúcar de Campos
SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SUPRA – Superintendência da Reforma Agrária
UDN – União Democrática Nacional
UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
ULTAB – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
Escolha do tema.....	1
Um panorama sobre as lutas dos canavieiros.....	4
Elementos Metodológicos.....	7
Organização dos capítulos.....	9
1 A AGROÍNDUSTRIA CANAVIEIRA EM CAMPOS DOS GOYTACAZES E AS PLANTAÇÕES DE CANA-DE-AÇUCAR	11
1.1 Precedentes históricos.....	11
1.2 Os investimentos estatais: o Instituto do Açúcar e Alcool e o Estatuto da Lavoura Canavieira.....	14
1.3 As transformações nas relações de trabalho (1930-1970).....	20
1.3.1 O fim do colonato (1930-1950).....	20
1.3.2 Os lavradores de cana.....	23
1.4 A modernização da agroindústria canavieira: processos de mecanização e as relações de trabalho (1950-1980).....	25
2 ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES DA CANA NO BRASIL E EM CAMPOS	33
2.1 O processo de sindicalização urbana (1930-1950).....	33
2.2 Trabalhadores rurais na Região Açucareira de Campos.....	37
2.3 De 1950 até 1964: industrialização e luta dos trabalhadores rurais.....	44
2.4 Ação sindical da Igreja Católica.....	49
2.5 O PCB e os trabalhadores rurais: a organização de greves.....	51
3 OS IMPACTOS DO GOLPE DE 1964 NO CAMPO E AS PRÁTICAS POLÍTICAS DAS ENTIDADES RURAIS NO RIO DE JANEIRO	57
3.1 A Lei de Greve e o Estatuto da Terra.....	57
3.2 A modernização no setor agroindustrial.....	59
3.3 O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos no pós-golpe.....	61
3.4 As práticas políticas da Fetag/RJ: das fissuras internas ao MSTR.....	68
4 AS GREVES DOS TRABALHADORES RURAIS DA CANA NA REDEMOCRATIZAÇÃO (1979-1984)	73
4.1 Do fim do regime militar à abertura políticas: o retorno das lutas democráticas.....	73
4.2 O III Congresso da Contag: o papel do MSTR e a luta dos assalariados.....	74

4.3 A Região Açucareira de Campos nos anos 80: da mecanização às modificações nas condições de trabalho.....	77
4.4 Da abertura política aos ciclos de greves.....	80
4.5 Zona da Mata Pernambucana: a primeira greve rural no processo de transição.....	81
4.6 A greve de Guariba em 1984.....	83
4.7 A greve geral dos canavieiros da Região Açucareira de Campos em 1984.....	87
CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	106
ANEXOS	112

INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem como objetivo refletir sobre as lutas dos trabalhadores da cana-de-açúcar na Região Açucareira de Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, dando ênfase ao período ditatorial (1964-1985) e em especial à greve dos canavieiros, em 1984. Busca-se analisar as principais reivindicações trabalhistas da época, a fim de entender as motivações dos trabalhadores, as formas de organização e mobilização utilizadas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos (STRC). Para tanto, temos que passar pelas principais intervenções do Estado na produção de cana e nas mudanças das condições de trabalho ao longo do tempo.

Pretende-se ainda entender o processo da greve dos canavieiros em 1984 na Região Açucareira em relação às demais greves dos trabalhadores rurais pelo Brasil, realizadas no final da década de 1970 e na primeira metade da década de 1980, assim como a escolha política dos dirigentes sindicais em não deflagrar a greve seguindo o modelo proposto pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), com base na Lei de Greve (Lei 4.330 de 1º de junho de 1964). Enfatiza-se também a mobilização dos trabalhadores pelo STRC e sua relação com a Contag no contexto de redemocratização do Estado.

Segundo dados do Censo Agropecuário de 1985, o Norte Fluminense era composto por cinco municípios: Campos dos Goytacazes, Conceição de Macabu, Macaé, São Fidélis e São João da Barra (CENSO AGROPECUÁRIO, 1985), que constituem a Região Açucareira de Campos.

De acordo com Neves (1979, 1988), o Norte Fluminense é historicamente caracterizado por ter sido uma das regiões brasileiras mais proeminentes no cultivo e beneficiamento da cana-de-açúcar, o que tornou a produção de derivados deste artigo uma das atividades econômicas de maior expressão na região. Foi uma das mais antigas áreas voltadas para cultura da cana e fabricação do açúcar no território nacional, possuindo grande concentração de usinas. Conforme GRZYBOWSKI et al., (1981, p. 29) e NEVES (1997, p.120), até os anos de 1980, a Região Açucareira de Campos contava com 16 usinas.

Escolha do tema

A escolha do tema partiu da minha participação, enquanto bolsista de Iniciação Científica, no projeto *Conflitos por terra e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988)*. A pesquisa, realizada entre os anos de 2014 e 2016, foi coordenada pela professora Leonilde Servolo de Medeiros, do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ), com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro (Faperj), a partir de uma seleção de projetos que pudessem apoiar os trabalhos da Comissão

Estadual da Verdade do Rio de Janeiro (CEV-Rio). Ao ingressar no mestrado, optei por continuar a pesquisa e aprofundar o debate sobre a luta por direitos dos canavieiros. Acredito que a reflexão sobre esta temática possa contribuir, mesmo que de maneira inicial, para a discussão sobre a relação entre Estado e movimentos sociais.

Ao se trabalhar a temática do cenário ditatorial brasileiro, já recorrente em especial nas Ciências Humanas e Sociais, privilegia-se em geral o período de intensa repressão aos movimentos sociais organizados (entre eles, o movimento estudantil e o movimento sindical urbano) e aos grupos guerrilheiros. Contudo, procuramos apresentar que no setor agrário brasileiro não foi diferente. Nesta pesquisa, dedicamo-nos ao meio rural, privilegiando seus atores, as formas de repressão, os mediadores políticos e as ações de resistências encontradas pelos trabalhadores e organizações do campo¹.

Ainda que na ditadura civil-militar (DREIFUSS, 1987), a repressão pelo Estado tenha se alastrado, o movimento camponês, na medida do possível contextualmente, não deixou de lutar pelas suas reivindicações e pela conquista de direitos trabalhistas e sociais. Em consoante, entender as formas de repressão do regime vigente é também apontar sua outra faceta, o lado da resistência e da mobilização social.

Diante de debates, aulas e trocas de experiências proporcionadas pela pesquisa acima mencionada e do contato com os acervos históricos das organizações sindicais, entre elas da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro (Fetagr/RJ) e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos (STRC)², pareceu-nos pertinente um estudo sobre a resistência e formas de luta dos trabalhadores rurais assalariados em uma conjuntura que dificultava a promoção de mobilizações e a organização.

A escolha pela região campista se deu na tentativa de promover uma interface entre ação sindical e oportunidades políticas (McADAM; TARROW; TILLY, 1999, 2009; TARROW, 2009). Ou seja, trata-se de analisar como o STRC, primeiro Sindicato de Trabalhadores Rurais do Brasil, atuou durante o período ditatorial e na fase de abertura política, tanto na luta jurídica por direitos trabalhistas quanto na construção de uma greve geral regional, como forma de pressionar os patrões. Desta forma, torna-se nosso problema analítico entender o processo de construção da greve na Região Açucareira de Campos. Ao buscar entender o porquê da greve ser deflagrada em 1984³, apresenta-se a hipótese de que o processo de construção não é linear, que há momentos de retrocessos e avanços dentro das instâncias de representação dos trabalhadores rurais que refletem

¹ Para mais informações, ver MEDEIROS (org.), 2018.

² Destaco essas duas organizações porque durante meu trabalho no projeto foram aquelas com as quais mantive um contato mais direto através de seus arquivos. Mas não descarto ou minimizo os demais movimentos como Contag e a Comissão Pastoral da Terra (CPT).

³ Em comparação com as demais greves rurais.

na região. Um dos pontos para essa questão é a relação que se foi estreitando ao longo da década de 1970 entre a Contag, Fetag/RJ e STRC com representantes sindicais campistas assumindo cargos na diretoria da Federação, assim como o próprio direcionamento de atuação política da Contag com foco na luta dos assalariados a partir do seu III Congresso em 1979. Ao se tratar da greve dos canavieiros campistas, veremos que o evento não foi nem espontâneo, partindo somente dos trabalhadores, nem foi deflagrada somente pela Confederação⁴, Federação e Sindicato, mas foi um processo no qual os sujeitos e eventos se entrelaçaram, seja a partir dos cursos fornecidos pelo STRC em parceria com a Contag e Fetag que realçavam um senso de identidade entre os trabalhadores com a luta sindical, seja no próprio contexto de redemocratização e eclosão de diversas greves dos canavieiros em curso no território nacional desde o final da década de 1970.

Buscamos desenvolver a pesquisa a partir dos conceitos de ação coletiva e oportunidades políticas cunhados pelos autores Douglas McAdam, Charles Tilly e Sidney Tarrow. Com esse embasamento teórico, pretendemos examinar as formas de luta encontradas pelos trabalhadores assalariados que possibilitaram, em uma determinada conjuntura política, ações coletivas em torno de mobilizações, alianças políticas, passeatas e, enfim, a greve (McADAM; TARROW; TILLY, 1999, 2009; TARROW, 2009).

Segundo os autores, o confronto político ocorre quando, de forma coletiva, um grupo de pessoas promove reivindicações a outro grupo cujos interesses seriam afetados se tais reivindicações fossem atendidas. De acordo com Tarrow, o confronto político “surge como uma reação às mudanças nas oportunidades e restrições políticas em que os participantes reagem a uma variedade de incentivos materiais e ideológicos, partidários ou baseados no grupo, de longa duração ou episódicos” (2009, p. 27). Podemos entender, então, de acordo com este ponto de vista, que as oportunidades políticas se constituem como dimensões consistentes da luta política que encorajam os sujeitos a se engajarem no confronto político, e as restrições políticas como fatores que desencorajam o confronto (TARROW, 2009)⁵.

Ao analisar o confronto político entre movimentos sociais e Estado, devemos compreender as restrições políticas apresentadas na conjuntura, bem como a formação de alianças e mediações necessárias para o confronto. Ou seja, as possibilidades, ou não, do uso de repertórios de ação em determinada conjuntura histórica. Assim como também as bases de diálogo, troca e auxílio fornecidas através de partidos políticos, advogados sindicais e sociedade civil que, ao mediar o confronto, pudessem tornar legítima a greve dos canavieiros. Em virtude de que:

⁴ Mesmo a greve não se enquadrando na Lei de Greve de 1964, principal diretriz da Contag, a Confederação passou a construí-la e apoiá-la.

⁵ Se pudermos analisar a greve geral dos canavieiros campistas a partir destes conceitos, podemos, então, provocar, de certa maneira, o motivo de trabalhadores que não se engajaram na greve? Deixamos estas questões como provocações para os leitores e demais pesquisadores, visto que não procuraremos nos aprofundar em condições que expliquem o não engajamento.

As organizações formais de governo e de políticas públicas; a facilitação e a repressão das reivindicações dos grupos desafiantes por parte das autoridades e a presença de aliados potenciais, rivais ou inimigos afetam, de forma significativa, qualquer padrão de confronto do sistema político (McADAM; TILLY; TARROW, 2009, p. 26).

Ainda, segundo os autores:

Os movimentos também combinam as reivindicações coletivas às autoridades com demonstrações de que a população é merecedora, unificada, numerosa e comprometida. E isso dirige nossa atenção para as ações públicas – as performances – que os movimentos apresentam, tanto para marcar suas demandas às autoridades como para criar e manter seus adeptos (McADAM; TILLY; TARROW, 2009, p. 35).

Observamos duas medidas como condições para a mobilização dos canavieiros a partir da conjuntura local: a primeira viria das oportunidades políticas que tendem a pressionar os rivais (patrões e Estado) e a segunda se estenderia à facilitação ou repressão por parte das autoridades, o que permitiria ou não o uso da greve como repertório de ação.

Os autores afirmam que, dependendo da experiência, da situação e das oportunidades e restrições políticas, dá-se a escolha dos repertórios por parte dos movimentos sociais e também sua efetividade, como por exemplo: as grandes greves gerais características da luta operária, as manifestações de caráter pacifista no movimento de independência da Índia; a luta armada das guerrilhas na América Latina, assim como os confrontos civis na Europa Ocidental (TILLY, 1999). Tem-se, assim, o caráter cíclico do confronto, no qual há momentos de apogeu das manifestações e de declínio em relação às próprias dinâmicas culturais e políticas de cada sociedade.

Um panorama sobre as lutas dos canavieiros

Esta dissertação se baseia fundamentalmente em estudos anteriores sobre Campos que contribuíram para compreender as relações de trabalho, assim como a modernização da produção de cana. Há uma vasta literatura sobre a agroindústria canavieira de Campos e sobre as lutas dos trabalhadores rurais. A pesquisadora Delma Pessanha Neves, por exemplo, possui estudos de intensa análise sobre a temática, dos quais utilizamos alguns conceitos e categorias nesta dissertação. Em suas pesquisas, a autora privilegia as mudanças das relações de trabalho envolvendo os pequenos fornecedores de cana e as lutas por terra dos trabalhadores campistas (NEVES, 1981, 1988, 1989, 1999, 2005). Também utilizamos o relatório do projeto de pesquisa *Trabalho Rural e Alternativas Metodológicas de Educação*, realizado em 1981 com a finalidade de compreender as mudanças dos cursos do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) na região.

No que tange às ocupações de terras derivadas dos despejos de posseiros, elas não constituem a temática central dessa dissertação. Não entanto, é preciso compreender as diferentes

atuações dos trabalhadores para se obter uma noção macro da complexidade de resistência frente a ofensiva de especulação imobiliária no campo a partir dos anos de 1950 no estado do Rio de Janeiro. Para entender as lutas pelas ocupações de terras nos embasamos nos estudos de *Grynszpan*, 1987; *Neves*, 1981 e *Medeiros*, 1988. No que tange aos estudos sobre a greve dos canavieiros da Região Açucareira de Campos em 1984 temos as pesquisas de *O'Dwyer e Dabul*, 1984; *Fase*, 1985; *Ribeiro*, 1987; *Costa e Iamamoto*, 2018. Vale ressaltar que o trabalho de O'Dwyer e Dabul foi escrito também em 1984 meses depois da deflagração da greve, o que apresenta em suas narrativas elementos captados no calor do momento, não permitindo, no entanto, uma análise mais apurada sobre o evento. O mesmo ocorreu com o trabalho da Fase de 1985, do qual nos utilizamos de trechos de entrevistas com alguns representantes dos grevistas como veremos ao longo deste trabalho. Ribeiro, assessora educacional do STRC e Fetag/RJ nos anos de 1980, por sua vez traz de maneira mais contextualizada a discussão sobre a greve, contudo, seu foco analítico está centrado nos dissídios coletivos realizados pelo STRC entre a década de 1970 e meados de 1980, acompanhados dos processos de modernização da região que atingiram as relações de trabalho. Por sua vez, Costa e Iamamoto (2018), trazem uma análise das condições da deflagração da greve.

De modo geral, as pesquisas demonstram que a greve geral dos canavieiros na Região Açucareira de Campos foi um processo de construção das organizações de representação dos trabalhadores em diálogo com os canavieiros locais. A greve teve duração de 48 horas e afetou significativamente o processo de produção de cana da região (IAMAMOTO & COSTA, 2018). Foi a primeira greve no Norte Fluminense desde o golpe de 1964.

Esta dissertação busca compreender os aspectos das mudanças nas relações de trabalho e no perfil destes trabalhadores até o momento da eclosão da greve e de um possível fortalecimento no processo de construção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais enquanto campo de representação dos canavieiros, sendo necessário entender a conjuntura local, estadual e nacional daquele momento. Nesse sentido, são apresentadas as particularidades da Região Açucareira de Campos em relação às mobilizações e greves de trabalhadores rurais que ocorriam desde o final dos anos 1970, pioneiramente em Pernambuco, em 1979, estendendo-se, ao longo dos anos, para diversos estados brasileiros. São levadas também em consideração os objetivos das demais greves, a dimensão cultural local, a conjuntura política e o possível aprendizado para os canavieiros campistas.

As pesquisadoras Ana Costa e Marilda Iamamoto (2018) nos fornecem pistas valiosas sobre o caráter da greve e suas diferenças em relação às greves que ocorreram em outros locais. Seguindo estas pistas, busca-se compreender o processo de luta que os canavieiros e o STR de Campos estavam enfrentando na época, os principais motivos da greve, como ela se organizou e deflagrou e quem aderiu. Privilegiamos também a discussão sobre as alianças realizadas pelo STR, a fim de

analisar em que medida o contexto político e social de Campos e o processo de abertura política do país se relacionaram com este episódio, visto que:

O referido arco de alianças incluiu outros sindicatos combativos e respectivas lideranças sindicais, intelectuais assessores, segmentos da Igreja católica que apoiaram os trabalhadores e os sujeitos coletivos que exerceram influência política na ação sindical na região nesse período, a saber: o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8), o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), o Partido Democrático Trabalhista (PDT) e o Partido dos Trabalhadores (PT) (COSTA & IAMAMOTO, 2018, p. 558-9).

Essa greve, que começou no dia 30 de julho e durou até o dia 1 de agosto de 1984, teve grande expressividade para o setor sucroalcooleiro local, “paralisando 25 mil trabalhadores no primeiro dia⁶” e chegando a atingir “pelos cálculos do comando de greve, 85 mil, sendo 80 mil no Município de Campos e cinco mil nos demais municípios que estão propensos a aderir⁷”. Tornou-se, então, um marco para a luta dos trabalhadores rurais da região, visto que em 1985 e 1986 ocorreram outras greves⁸.

Sobre as principais reivindicações e algumas vitórias conquistadas, Costa e Iamamoto afirmam que:

O acordo saiu após cinco horas de negociação. Uma das vitórias dos trabalhadores rurais foi a obtenção de uma cláusula prevendo o pagamento de 50% do valor correspondente às 48 horas de paralisação. Foram 11 as conquistas, sendo as mais importantes: um salário 30% maior que o mínimo oficial; tabela do preço da cana equiparada à conquistada na greve de Guariba; transporte gratuito e seguro; fornecimento gratuito de ferramentas, assinatura de carteira diretamente pelo empregador e fim das empreiteiras; além da representação sindical dos canavieiros vinculados à usina pelo STRC (COSTA; IAMAMOTO, 2018, p. 592).

Refletir sobre a greve dos canavieiros campistas, contudo, é entendê-la em um cenário maior, no qual greves de trabalhadores rurais já vinham acontecendo e obtendo efeitos positivos para os canavieiros em outros lugares. Em depoimento realizado no Encontro de Canavieiros realizado na Paraíba em 1985, José Rodrigues da Silva, membro da diretoria do STR de Campos⁹ na época, aponta que:

[...] os trabalhadores estavam mais conscientes do que estavam antes, já sabiam que daquele momento em diante a greve era muito importante para todos os trabalhadores. Inclusive com o respaldo dos outros Estados, São Paulo e Pernambuco, que foi o primeiro Estado que entrou em greve (CADERNOS DO CEDI, 1985, p. 64).

As notícias e relatos sobre as greves dos canavieiros na Zona da Mata Pernambucana em 1980 e nos canaviais de Guariba também em 1984, assim como as trocas de experiências promovidas nos congressos e encontros de trabalhadores rurais, serviam como uma força motriz de

⁶ A *Notícia*, ano 67, nº 177 de 31/07/1984, p. 1, citado por Costa e Iamamoto (2018, p. 591).

⁷ A *Notícia*, ano 67, nº 177 de 31/07/1984, p. 1, citado por Costa e Iamamoto (2018, p. 591).

⁸ As greves posteriores também serão pontuadas ao longo deste trabalho.

⁹ O artigo não apresenta o cargo que José Rodrigues da Silva ocupava na diretoria e nos arquivos do STRC não há menção do cargo específico que o mesmo possuía.

mobilização e levante dentro das fazendas de usinas da Região Açucareira de Campos¹⁰. A própria Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e Fetag/RJ¹¹ realizavam conversas com estes trabalhadores e lideranças, havendo também uma mobilização e presença de assessores jurídicos e educacionais que promoviam o diálogo entre os sindicatos.

No que tange às referências bibliográficas sobre as demais greves abordadas, destacam-se trabalhos realizados sobre Pernambuco e São Paulo. Em Pernambuco, a pesquisadora Ligia Sigaud, em *Greve nos Engenhos* (1980), traz um panorama temporal sobre a greve da Zona da Mata Pernambucana, com um histórico da luta camponesa na região, as formas de atuação dos grevistas, suas reivindicações, conquistas e perdas dos trabalhadores, além de relatos pessoais em forma de cordel (literatura comum nas áreas rurais, visto que a grande maioria dos trabalhadores não é alfabetizada), os acordos com os patrões e figuras da eclosão da greve. Outra pesquisa no qual nos embasamos foi realizada pela FASE nos anos de 1982 e 1985 que também trazem elementos sobre a greve da Zona da Mata Pernambucana.

Para o estado de São Paulo, destaca-se a tese de Francisco José da Costa Alves (ALVES, 1991). Nela, o pesquisador analisa o processo de modernização do setor sucroalcooleiro em relação às mudanças nas relações de trabalho e mecanização do corte de cana, assim como constrói elementos de análise sobre a greve de Guariba entre 1984 e 1989 e do Sindicato de Trabalhadores Rurais na região. A pesquisa realizada pela FASE (1985) também aborda as greves na Zona da Mata Pernambucana, em Guariba e na Região Açucareira de Campos.

Esses trabalhos nos abrem possibilidades de reflexão e diálogo com as greves que aconteciam neste período de abertura política, a fim de compreender as rupturas e semelhanças com a região canavieira campista, em uma perspectiva mais ampla do cenário de greves dos assalariados.

Elementos Metodológicos

Esta pesquisa se utiliza de fontes diversas existentes nos seguintes arquivos:

- Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência dos Movimentos Sociais e Políticas Públicas do Campo (NMSPP/CPDA/UFRRJ), onde há uma série de entrevistas com dirigentes sindicais, trabalhadores rurais e advogados da região de Campos, realizadas no início dos anos 1980. Este material permitiu entender o panorama do contexto de luta sindical a partir da fala desses atores e perceber quem eram estes personagens e como eram as relações de trabalho e luta nos anos de 1960 até 1980. Há também escritos pessoais do professor Afrânio Raul Garcia Jr., na época assessor da Fetag/RJ, com conteúdos sobre a

¹⁰ Importante destacar que neste período eclodiram diversas greves rurais em outras regiões do Nordeste, como na Paraíba, Bahia (com os colhedores de café) e Rio Grande do Norte. Houve greves também em Minas Gerais, além das greves urbanas.

¹¹ Durante o ano da greve em Campos, o presidente da Fetag/Rio era Eraldo Lírio de Azevedo, ex-presidente do STR de Campos da década de 1970.

greve e sobre a atuação da Confederação neste período. No que tange às entrevistas, algumas foram realizadas no começo dos anos de 1980 para as pesquisas “Sindicalismo Rural no Estado do Rio de Janeiro”¹² e “Trabalho Rural e Alternativas Metodológicas de Educação”¹³. Elas permitiram entender melhor as transformações nas relações de trabalho. As entrevistas com os advogados datam de 2014 e foram realizadas pelas pesquisadoras Ana Costa, Leonilde Medeiros, Marilda Iamamoto e Mariana Trotta com o intuito de entender a ação dos advogados na luta dos trabalhadores a partir do golpe de 1964.

- STR de Campos, onde foram pesquisados processos trabalhistas que permitiram verificar as relações empregado-empregador na região e os principais descumprimentos de direitos trabalhistas registrados e tratados pelo sindicato. Outra fonte importante a que consegui ter acesso no sindicato foram algumas reportagens de jornais locais e nacionais (*A Tribuna*, *Jornal do Brasil*, *O Globo*, *Folha de São Paulo*, *Folha da Manhã*, *O Monitor Campista* e *A Notícia*), que fizeram alguma cobertura do momento da greve e apontaram algumas lutas jurídicas contra o patronato rural e as condições de trabalho destes canavieiros. No total, pude ter acesso a 300 reportagens que cobriam o ano de 1984 e começo de 1985.
- Arquivo Nacional, por meio do projeto “Memórias Reveladas”, onde localizamos vasta documentação sobre o período ditatorial.
- Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio de Janeiro (Fetag/RJ), no qual podemos mapear arquivos de processos trabalhistas de STRs do estado, entre eles de Campos.

Foi necessário certo cuidado metodológico ao se utilizar estas fontes, sejam as fornecidas por meios de arquivos ou por forma de história oral, visto que tendem a relatar somente partes de uma história que interessa ou é relevante para os entrevistados. Desta forma, muitas vezes, o pesquisador não tem um panorama total da situação. Ao trabalhar com arquivos, parto da ideia de que estes devem ser analisados como lugar de produção e apropriação de informações, que devem sempre ser colocadas em questão. Debater a questão dos arquivos é pensar tanto na disponibilidade de acesso documental quanto em seu conteúdo e manuseio (CATELLA, 2002).

Em se tratando de um trabalho histórico e de um período marcado pela repressão, os arquivos devem ser vistos como espaço de memória vinculado à construção e reconstrução de narrativas. O processo da memória e da sua possibilidade de reconstrução a partir de arquivos e entrevistas está em permanente fluxo, com armadilhas e tecidos de memórias individuais que vão sendo interligadas ao coletivo ou, em alguns casos, mascaradas em torno das circunstâncias. Como

¹² Pesquisa realizada por Leonilde Medeiros visando compreender a ação sindical no estado do Rio de Janeiro.

¹³ Pesquisa financiada pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) e realizada pelo CPDA/FGV e Iesae/FGV, sob coordenação de Roberto José Moreira, Cândido Grzybowski, Maria Julieta Costa Calazans e Leonilde Servolo de Medeiros.

aponta Elizabeth Jellin, “Abordar la memoria involucra referirse a recuerdos y olvidos, narrativas y actos, silencios y gestos. Hay en juego saberes, pero también hay emociones. Y hay también huecos y fracturas” advierte Elizabeth Jellin (JELLIN, 2001, p. 1).

Em paralelo à pesquisa arquivística, realizei um trabalho de campo na região e pude entrevistar alguns trabalhadores rurais: o atual presidente do STRC, Paulo Honorato, e o secretário sindical que estava na organização da greve, Antônio Alves Peixoto.¹⁴ Neste trabalho, a história oral tem importância metodológica como forma de contar uma história a partir da fala dos dominados, retirando do silêncio algumas questões. Diante disto, ao pesquisar os trabalhadores canavieiros de Campos, recordo de Portelli (1997) quando afirma que “as fontes orais nos dão informações sobre o povo iletrado ou grupos sociais cuja história escrita é ou falha ou distorcida” (p. 27).

Organização dos capítulos

O primeiro capítulo tem como objetivo uma reflexão mais ampla do cenário socioeconômico da Região Açucareira de Campos. Ademais tem o intuito de analisar o universo do mundo do trabalho, bem como demonstrar as diversas intervenções do Estado na produção agroindustrial, a partir dos anos de 1930, com a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool, enfatizando os processos de modernização da cultura da cana ao longo dos anos de 1960 e 1970 como, por exemplo, através do Programa Nacional do Alcool de 1973¹⁵ (Proálcool). Nesse são estabelecidas relações entre estes processos e as modificações nas relações de trabalho dos diferentes atores sociais, a partir do fim do colonato e da morada, com o potencial aumento dos trabalhadores assalariados, perpassando, também, as mudanças ocorridas nas relações de trabalho dos médios e pequenos lavradores a partir do surgimento e acesso aos novos instrumentos mecanizados.

O segundo capítulo trata do processo de formação das organizações políticas de representação destes trabalhadores, a fim de entender o significado da organização sindical em Campos no contexto do sindicalismo rural brasileiro. Neste caso, abordamos as lutas travadas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais antes da greve de 1984, como, por exemplo, os dissídios coletivos, assim como a relação que este sindicato possuía com os trabalhadores num cenário de mudanças nas relações de trabalho, bem como as disputas políticas entre STRC e o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Açúcar de Campos (STIAC) pelo enquadramento sindical. Outro ponto trabalhado nesse capítulo é a relação desta entidade com outras organizações de representação dos trabalhadores – Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Campos (STIAC),

¹⁴ Ambos entrevistados consentiram na divulgação de seus nomes para esta dissertação.

¹⁵ Criado pelo Decreto-Lei nº 76.593, de 4 de novembro de 1975 e “coordenado pela Comissão Nacional do Alcool, presidida pelo secretário-geral do Ministério da Indústria e Comércio e integrada por representantes dos Ministérios da Fazenda, Agricultura, Minas e Energia, Interior e da Secretaria de Planejamento da Presidência da República” (NEVES, 1997, p. 191).

Fetag/RJ e Contag, a fim de refletir sobre o momento de atuação e a força política dos trabalhadores rurais no Brasil.

Este capítulo se concentra nas políticas para o meio rural, nos grandes projetos de mecanização para o setor agroindustrial e seus impactos nas mudanças das relações de trabalho, que se intensificaram a partir do golpe militar. Inicialmente, analisaremos, de maneira breve, a Lei de Greve e o Estatuto da Terra, ambos instituídos em 1964, instrumentos legais que buscavam controlar as atuações da classe trabalhadora. Em um segundo momento, abordaremos as medidas de modernização da época do Milagre Econômico (1967-1973), dentre elas o Proálcool. Desta forma, buscamos compreender os efeitos das ações estatais sobre as relações de trabalho rurais, assim como desdobramentos dessas ações sobre as principais lutas e articulações que o STR de Campos realizava com as entidades sindicais de nível superior (Fetag/RJ e Contag).

No capítulo 4 privilegiamos as mudanças políticas ocorridas no durante o período de redemocratização a fim de entender as greves nacionais dos canavieiros eclodidas no final dos anos de 1970. Abordando o processo de construção da greve geral dos canavieiros na Zona da Mata Pernambucana em 1980, e a ocorrida em São Paulo, na Região de Guariba em 1984, levamos em consideração as diferentes particularidades dos conflitos e formas de mobilizações, a fim de demonstrar semelhanças e diferenças com a greve dos canavieiros da Região Açucareira de Campos deflagrada em 1984. Para isto, descrevemos quem eram os atores sociais que deflagraram a greve campista, bem como quais trabalhadores procuravam o sindicato. Tentaremos compreender o tipo de relação que os trabalhadores mantinham com as organizações trabalhistas. Para tanto, pesquisamos as alianças políticas construídas pelo STR de Campos neste período e em que medida elas contribuíram com a consolidação da greve.

CAPÍTULO I. A AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA EM CAMPOS DOS GOYTACAZES E AS PLANTAÇÕES DE CANA-DE-AÇÚCAR

Este capítulo tem como objetivo realizar uma reflexão mais ampla sobre o cenário socioeconômico da Região Açucareira de Campos. Ademais, tem o intuito de analisar o universo do mundo do trabalho, bem como demonstrar as diversas intervenções do Estado na produção agroindustrial, a partir das décadas de 1930 e 40, com a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) e do Estatuto da Lavoura Canavieira (ELC), respectivamente. Buscamos compreender as relações entre estes processos e as modificações nas relações de trabalho dos diferentes atores sociais. Desta forma, perpassamos as mudanças ocorridas nas relações de trabalho a partir do fim do colonato e da morada e, também, do que ocorreu com médios e pequenos lavradores a partir do surgimento e acesso aos novos instrumentos mecanizados. Por fim e de maneira introdutória, refletimos sobre os processos de modernização da cultura da cana ao longo dos anos de 1960 e 1970 como, por exemplo, através do Programa Nacional do Alcool de 1973 (PROÁLCOOL).

1.1 Precedentes históricos

A produção de cana-de-açúcar no município de Campos dos Goytacazes data da segunda metade do século XVIII, tendo sido realizada, predominantemente, por mão de obra escravizada. Nesse período, Campos destacava-se como um dos principais produtores de açúcar no Brasil (PESSANHA, 1999; TAVARES, 1992). De acordo com Pessanha, na segunda metade do século XVIII, o município possuía cerca de 50 engenhos de açúcar a tração animal, alcançando, progressivamente, o montante de aproximadamente 400 unidades, até o momento de implantação do primeiro engenho a vapor em 1827. Com o aumento do número de engenhos, foi expandido também o uso de trabalho escravo (PESSANHA, 1999).

Campos transformou-se, neste período [meados do século XIX], em um dos maiores centros de escravidão do Brasil. Calcula-se que existiam, no apogeu da espoliação escravagista, só na área atualmente ocupada pelo município de Campos, mais de trinta e cinco mil cativos (PESSANHA, 1999, p. 68).

Tendo importante peso para a economia de exportação, o processo de produção do açúcar passou por grandes investimentos no século XIX. Na região objeto de nosso interesse, ocorreram modificações estruturais na produção e no município em função de investimentos estatais. Entre essas modificações, podem ser destacadas a importação de novas variedades de cana, aprendizado de novos métodos de cultivo e do fabrico do açúcar, assim como construção de estradas, introdução do telégrafo e iluminação elétrica (PESSANHA, 1999).

Este processo integrava um projeto nacional de fortalecimento da posição do Brasil no mercado internacional. Com essa finalidade, o governo estimulou capitais nacionais e estrangeiros à implantação dos chamados engenhos centrais. Tais metas visavam estabelecer e fortalecer um novo conceito de produtividade, ao modernizar os engenhos que antes tinham suas atividades realizadas artesanalmente, com o uso de tração animal (PESSANHA, 1999).

De acordo com Aquino (2008), a introdução dos engenhos centrais na agroindústria canavieira resultou na redução do preço da matéria-prima e na melhoria da qualidade do produto, que se tornou mais competitivo. O mercado de trabalho também sofreu alterações, com a necessidade de mais mão de obra.

O processo de expansão das áreas canavieiras acompanhava mudanças políticas do Segundo Reinado (1840-1889), com a proibição, por exemplo, do tráfico de escravos (Lei Eusébio de Queirós, de 1850). A partir deste período, houve um processo geral de realocação dos braços escravizados no país para suprir outras culturas, em especial para a economia cafeeira do Vale do Paraíba em ascensão (BUARQUE DE HOLANDA, 1995; MATTOS, 1998).

Contudo, há controvérsias analíticas sobre o uso de escravizados no que tange à Região Açucareira de Campos. Pessanha afirma que:

[n]os anos oitenta do século passado [sec. XIX] é que as formas de lutas contra a escravidão se agudizaram de tal modo que quando, afinal, em 13 de maio de 1888, veio a Lei Áurea, já não havia no município um só escravo. A libertação fora conseguida, quer por meios pacíficos, ou não (PESSANHA, 1999, p. 79).

Em contraposição à tese de Pessanha (sugerindo um caráter vanguardista de grupos campistas na luta contra o regime escravo), Hebe Mattos afirma que a região de Campos manteve o trabalho escravo até o último momento de implementação da Lei Áurea. Segundo ela, tais áreas “sofreram fortemente o impacto do recrudescimento do tráfico atlântico, na primeira metade dos oitocentos, e que se mantiveram econômica e socialmente dependentes do trabalho escravo até princípios de 1888” (MATTOS, 1995, p. 18).

De acordo com Neves (1989, 1997) e Cruz (2014) as modificações na mão de obra – datadas do final do século XIX – são relativas às modificações na organização técnico-produtiva do processo de produção: da escravatura passou-se a parcerias e, posteriormente, ao trabalho assalariado. E o mesmo aconteceu na manufatura da agroindústria.

Acompanhando as modificações na mão de obra no final do século XIX, surgiram as seis primeiras usinas em Campos. Em 1879 foi criada a Usina Limão, em 1880 a Usina Queimados, em 1883 a Usina São José e, em 1884 as usinas São João, Outeiro e Sapucaia (OSCAR, 1985). Esta transformação de engenhos centrais para usinas, fez com que surgisse a figura do usineiro que

passou a exercer grande domínio, não só econômico, como também social, permitindo controlar toda a cadeia produtiva açucareira desde o plantio até a comercialização.

As usinas, sendo fábricas, também incorporavam grandes fazendas produtoras de cana-de-açúcar e, em consequência, mão de obra rural. Como destaca Neves (1997):

A transformação técnica dos engenhos centrais em usinas fez-se acompanhar de um controle mais amplo do usineiro sobre os agricultores que ofereciam matéria-prima. Ampliando as áreas de terra voltadas para a atividade agrícola e explorando-as através de colonos arrendatários, os usineiros podiam prescindir de boa parte da matéria-prima oferecida pelos agricultores (NEVES, 1997, p. 66).

Este aumento no processo de produção e comercialização da cana-de-açúcar é paralelo, também, a um maior controle sobre os trabalhadores que prestavam serviços nas usinas. De acordo com Aquino:

As usinas ao mesmo tempo em que possuíam fábricas, eram proprietárias de grandes extensões de terra, além de controlarem a mão de obra. Deste modo, a industrialização da produção do açúcar contribuiu para o surgimento de novas relações econômicas e de trabalho na região Norte Fluminense, por sua vez, calcadas nos moldes capitalistas, imprimindo uma dinâmica econômica concentradora de terras e capital (AQUINO, 2008, p. 55).

O trabalho então passa a ser realizado por antigos escravos e seus descendentes libertos que permaneceram na região trabalhando nas fazendas em regime de colonato, alternativa encontrada pelos produtores de cana para equacionar o problema da mão de obra após o fim da escravidão. Nesse regime, eram estabelecidos contratos informais de parceria com o patronato rural, nos quais os colonos podiam possuir uma criação de animais de pequeno porte e terras para plantios que eram cedidas pelos proprietários em troca da realização das atividades agrícolas (SOARES, 2015; NEVES, 1988, 1997). Sobre a categorização do colonato, Neves afirma que se tratava de:

[U]ma modalidade de parceria agrícola em que o proprietário participava com a cessão da terra, das mudas (toletes de cana), dos instrumentos agrícolas para o preparo do solo e com a obrigação de realizar o transporte da cana até as balanças da usina. Ao colono cabia o trabalho de preparação do solo, do plantio, de limpas, de corte e embarque das canas (NEVES, 1997, p. 55).

Em paralelo à mudança de regime de trabalho, nas primeiras décadas do século XX, havia um grande interesse do Estado em manter a produção de cana elevada para abastecimento do mercado internacional. Esse interesse provocou uma expansão da produção de açúcar no estado do Rio de Janeiro (SZMRECSÁNYI, 1979), com investimentos na criação de mais usinas. Foram cerca de 26 usinas em funcionamento nas primeiras décadas do século XX. Destas, cinco se destacavam: Cupim, Mineiros, Santa Cruz, Tocos e Barcelos (AQUINO, 2008).

1.2 Os Investimentos estatais: o Instituto do Açúcar e Alcool e o Estatuto da Lavoura Canavieira

A produção de cana na região Sudeste teve um peso importante para a economia nacional, em competição com a produção no Nordeste do país. No Estado do Rio de Janeiro, sua maior expressão ocorreu, como visto, na Região Açucareira de Campos, onde, no início do século XX, continuou em ascensão até sofrer os impactos da crise de 1929 – período de profunda recessão econômica mundial que afetou a produção industrial em escala nacional e internacional. Como forma de contornar este processo de crise, o governo federal promoveu, por pressão do patronato rural nacional, um maior investimento do Estado na produção e comercialização do açúcar a partir dos anos de 1930, sob o governo de Getúlio Vargas. Em 15 de setembro de 1931, pelo decreto nº 20.401¹⁶, os produtores e usineiros passaram a ser obrigados a estocar um montante de açúcar.

Os produtores de açúcar dos Estados brasileiros ficam obrigados a depositar em armazéns indicados pelos respectivos Governos 10 % da quantidade de açúcar que sair das suas usinas para o mercado consumidor. Servirão estes açúcares para regularizar os preços de venda do produto, do modo a garantir uma razoável remuneração do produtor, evitando ao mesmo tempo altas excessivas prejudiciais aos consumidores (Art. 1º Decreto nº 20.401, de 15 de Setembro de 1931).

Como a crise não atingiu somente o setor sucroalcooleiro, vale também ressaltar que este período demonstrou uma tentativa do Estado de investir na regulação da produção de outros artigos:

Esta situação mais dramática [crise de 29] permitiu o aumento das pressões e reivindicações encaminhadas e conferiu maior legitimidade às ações, em especial as dos produtores de açúcar e do próprio Estado. Tanto é assim que a intervenção do Estado, no tocante às atividades agrícolas, não se limitou à produção do açúcar e do café. Abrangeu a produção de mate, pinho, sal e a pecuária¹⁷ (NEVES, 1997, p. 15).

Diante deste cenário, o Estado se colocou como mediador, promovendo a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) em 1 de junho de 1933. O IAA tinha o objetivo de orientar, fomentar e controlar a produção de açúcar e álcool e das matérias-primas derivadas em todo o território brasileiro.

O rompimento com o mercado internacional, causado pela crise de 1929, afetou os produtores de Campos visto que os usineiros e os plantadores de cana estavam submetidos a um “processo de descapitalização pela não realização, a nível do mercado, do produto do capital investido na produção, ou seja, pelo rompimento dos mecanismos de reprodução e reposição do processo produtivo” (NEVES, 1981, p. 55).

¹⁶ Adota medidas para a defesa da indústria e do comércio do açúcar. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20401-15-setembro-1931-519317-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 19/05/18.

¹⁷ Importante ressaltar que para todas essas produções foram criados institutos específicos.

Em artigo sobre a crise econômica no estado do Rio durante a Era Vargas (1930-1937), Lamarão (2010) descreve algumas características do impacto da crise de 1929 na produção campista:

(...) a agroindústria açucareira fluminense foi severamente atingida pela depressão que se seguiu à crise de 1929. Analisando-se os índices relativos ao cálculo do custo de produção de cana-de-açúcar e comparando-os aos preços pagos pela tonelada na praça de Campos, verifica-se que os prejuízos que afetaram os lavradores no final da República Velha eram elevados. Entre 1928 e 1930, o preço pago pela tonelada de cana caiu de 40\$000 para 15\$000, enquanto os custos de produção da mesma quantidade do produto giravam em torno de 16\$000 (LAMARÃO, 2010, p. 14).

De acordo com Neves (1981), como medida de restauração da economia canavieira diante da crise, a mediação do Estado:

favorecia a concentração do capital industrial, a eliminação das pequenas empresas industriais e fortificava a própria intervenção a nível da produção agroindustrial do açúcar, perante os fatores definidos como deflagradores da superprodução ou da acentuação do engajamento na crise mundial. Frente à superprodução, à baixa do preço do produto (que não remunerava os custos da produção) e à livre competição dos produtores, o Estado se colocava como agente disciplinador da produção, enquanto medida cujo alcance seria eficaz a curto e a longo prazo, prevenindo ou evitando novas crises (NEVES, 1981, p. 56).

Como meio de contornar esta situação, Neves (1981, 1988, 1997) aponta o papel central de usineiros e plantadores de cana, que gozavam de forte influência no governo federal, a ponto de o pressionarem exigindo o fornecimento de subsídios para possibilitar a manutenção da atividade canavieira. Os usineiros e plantadores já estavam organizados no Sindicato Agrícola de Campos, fundado em 1922, com a função de “harmonizar interesses de classes” e de “integração da atividade agrícola aos conhecimentos técnicos fundada em princípios científicos” (NEVES, 1997, p. 77).

Segundo Neves:

O Instituto do Açúcar e do Alcool estimulou o aumento da produção do açúcar, através de diversos recursos. Minimizou a competitividade entre os usineiros pelo estabelecimento de quota de produção para cada usina, distribuída conforme a capacidade de consumo do mercado nacional. Financiou a comercialização do açúcar, sempre que dispunha de recursos suficientes. Garantiu a estabilidade dos preços do açúcar no mercado interno através de um preço-base. Colaborou para a melhor capacitação industrial e agrícola das usinas. Indiretamente, propiciou a expansão da cultura de cana (NEVES, 1997, p. 84-85).

Com a criação do IAA, o setor agroindustrial teve um aumento substancial na sua produção para suprir o mercado nacional. De acordo com Neves, a média da produção no estado do Rio de Janeiro durante a década de 1930 correspondeu a 1.969.930 sacos, superior ao período de 1925 a 1929 cuja produção média era de 1.279.420 sacos. Já a década de 1940 alcançou a média de 3.159.000 sacos, 60% superior em relação à década de 30 (NEVES, 1997, p. 85).

Este período de expansão colocou a região Sudeste em um patamar hegemônico na economia brasileira, assistindo à construção de uma forte concorrência com a produção do Nordeste. Deve-se também levar em conta que esse momento é marcado por um recuo na exportação do produto em razão da crise de 1929 e, posteriormente, da eclosão da Segunda Guerra Mundial em 1939.

Não podendo contar com a produção do Nordeste que era escoada por transporte marítimo, o IAA autorizou a criação de novas usinas e afrouxou os limites à produção nos estados do Centro-Sul, que passaram a ter hegemonia nessa atividade econômica, antes assegurada pelo Nordeste (NEVES, 1997, p. 86).

O processo de valorização da terra ocasionada pela expansão da produção de cana, além de acirrar as disputas entre os atores pela concentração de capital, também foi muito desigual em termos de absorção dos investimentos na mecanização pelas usinas, acompanhando mudanças nas condições técnicas de trabalho (NEVES, 1981; 1988; 1997). Nos anos de 1930, esse processo de expansão da produção não contou com inovações tecnológicas, mas sim com a agregação de trabalhadores e de parte do solo anteriormente voltada para o cultivo de outras lavouras, promovendo a expropriação de terras antes asseguradas aos colonos (NEVES, 1997, p. 103).

De acordo com Neves (1997), o processo de expansão da produção vai diferenciando cada vez mais as unidades industriais pela concentração da capacidade de fabricação de açúcar, nesse momento o produto principal.

O processo de concentração industrial na Região Açucareira de Campos tem se delineado após as instalações das usinas. De 1920 a 1930 desapareceram três usinas no município de Campos (Limão, Saturnino Braga e União). Na década de 30 desapareceram mais três (Abadia, Rio Preto e Taí). A eliminação das unidades industriais correspondeu à incorporação da área agrícola àquelas que permaneceram. Portanto, o processo de concentração industrial se faz acompanhar por um correspondente movimento em relação à terra (NEVES, 1988, p. 111).

Em âmbito nacional, os impactos do IAA na agroindústria permitiram novas interferências estatais, seja no que diz respeito ao processo de produção, seja nas transformações e na regulação nas relações de trabalho:

Além dos ajustes da produção, o IAA teria também um papel importante na tentativa de acomodação de conflitos entre as diversas classes participantes da economia sucroalcooleira, especialmente entre os usineiros e fornecedores, marcantes no Nordeste (NE) e em Campos (RJ). O embrião disso veio com o Decreto-Lei Federal nº 1.130, de 2 de março de 1939, em que pelo menos 70% dos aumentos da quota de produção de cada empresa deveriam corresponder ao processamento de matéria-prima dos fornecedores. Mas a primeira regulação das relações internas dentro do complexo viria com o Decreto-Lei Federal nº 3.855, de 21 de novembro de 1941, que aprovou o Estatuto da Lavoura Canavieira. Aqui se estabelecia que as usinas não poderiam moer mais de 60% de canas

próprias, garantindo assim o Executivo Federal a sobrevivência dos fornecedores (SIMÕES e MARINHO, 2015, p. 347).

O Estatuto da Lavoura Canavieira (ELC), Decreto-lei nº 3.855, de 21 de novembro de 1941, alterado posteriormente em 1944, também concedia direitos trabalhistas aos canavieiros e caracterizava a categoria de fornecedor de cana. De acordo com o Estatuto de 1941:

Art. 5º Os lavradores de usinas que trabalham em regime de colonato ou de salariado e não possam ser incluídos nas definições do art. 1º¹⁸ e seus parágrafos terão a sua situação regulada em contrato tipo, aprovado pelo Instituto.

Art. 6º Os proprietários ou possuidores de usinas que mantenham lavradores nas condições previstas no artigo anterior ficam obrigados a submeter à aprovação do Instituto, dentro do prazo de 90 dias, a contar da data deste Estatuto, as minutas dos contratos tipos que pretendam adotar.

§ 1º No caso de inobservância deste dispositivo, será imposta ao responsável multa de 5:000\$0 a 10:000\$0 e o Instituto fixará, em instruções, as normas pelas quais se deverão regular as relações da usina com os seus lavradores.

Caso o responsável pela usina se recuse a introduzir, no contrato tipo, as modificações exigidas pelo Instituto, proceder-se-á de acordo com o disposto na parte final do parágrafo anterior.

Art. 7º Nos contratos tipos deverão ser observados, a juízo do Instituto, os seguintes princípios:

- a) concessão ao trabalhador, a título gratuito, de área de terra suficiente para plantação e criação necessárias à subsistência do lavrador e de sua família;
- b) proibição de reduzir a remuneração devida ao trabalhador, com fundamento na má colheita, resultante de motivo de força maior;
- c) direito a moradia sã e suficiente, tendo em vista a família do trabalhador;
- d) assistência médica e hospitalar;
- e) ensino primário gratuito às crianças em idade escolar;
- f) garantia de indenização no caso de despedida injusta do trabalhador.

Parágrafo único. A usina deverá entregar ao trabalhador um exemplar, devidamente autenticado, do contrato tipo.

Art. 8º Os litígios entre os trabalhadores referidos neste capítulo e os usineiros serão dirimidos pela Justiça do Trabalho, tendo em vista as cláusulas dos contratos tipos e ouvido, antes da audiência, o IAA.

Art. 9º O Instituto fiscalizará a perfeita execução dos contratos tipos, na parte relativa aos devedores de assistência social das usinas (letras a, c, d, e do art. 7º). (ESTATUTO DA LAVOURA CANAVIEIRA, 1941).

A implementação da Consolidação das Leis Trabalhistas de 1943, mesmo que tais direitos trabalhistas a princípio fossem restritos basicamente ao trabalhador urbano, provocou mudanças no ELC e a revogação das cláusulas anteriores. O ELC, Decreto-lei nº 6.969, alterado em 1944, passou a determinar que:

Art. 19. Os trabalhadores rurais que percebem salário por tempo de serviço e os empreiteiros de áreas e tarefas certas, remunerados em dinheiro, que não possam ser incluídos nas definições constantes do art. 1º e seus parágrafos do Estatuto da Lavoura Canavieira, terão a sua situação regulada em contratos-tipos aprovados pelo IAA, sem prejuízo das disposições das leis trabalhistas que lhes sejam aplicáveis.

¹⁸ Artigo 1º “Art. 1º para os efeitos deste Estatuto, considera-se fornecedor todo o lavrador que, cultivando terras próprias ou alheias, haja fornecido canas a uma mesma usina, diretamente ou por interposta pessoa, durante três ou mais safras consecutivas” (ESTATUTO DA LAVOURA CANAVIEIRA, 1941).

§ 1º Para os efeitos do disposto neste artigo, *considera-se trabalhador rural aquele que presta os seus serviços na lavoura canavieira em caráter permanente, periódico ou transitório.*

§ 2º Durante e prestação de serviços industriais na usina o trabalhador rural estará subordinado aos dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho e das demais leis de proteção ao trabalhador, inclusive das que regulam o salário.

Art. 22. Nos contratos-tipos ou nas instruções baixadas pelo IAA, observar-se-ão os seguintes princípios:

- a) proibição de reduzir a remuneração devida ao trabalhador rural, com fundamento na má colheita, resultante de motivo de força maior;
- b) direito a moradia sã e suficiente, tendo em vista a família do trabalhador;
- c) assistência médica, dentária e hospitalar gratuita;
- d) ensino primário gratuito aos filhos de trabalhadores em idade escolar;
- e) garantia de indenização, no caso de despedida injusta do trabalhador.

Art 23. O trabalhador rural com mais de um ano de serviço, terá direito à concessão, a título gratuito, de uma área de terra próxima à sua moradia, suficiente para plantação e criação necessárias à subsistência de sua família.

(ESTATUTO DA LAVOURA CANAVIEIRA, 1944, grifos meus).

Para compreender o processo de criação do ELC, é importante considerar o cenário político e de dominação do patronato rural brasileiro durante a década anterior. De acordo com Neves (1997), foi feita no Rio de Janeiro uma aliança entre os plantadores campistas e Amaral Peixoto, interventor no estado desde o ano de 1937. Esta aliança visava garantir uma produção mais rentável para os plantadores através de maiores investimentos e capitalização para a produção de cana, o que, conseqüentemente, expandiria a economia canavieira, motivo de interesse do interventor (NEVES, 1997, p. 91).

O interventor do Estado se colocou como mediador dos plantadores junto aos presidentes da República e do Instituto do Açúcar e do Alcool (...). Apoiado também por agricultores de cana do nordeste do Brasil, os da região de Campos tiveram um papel fundamental no encaminhamento de pressões e reivindicações que levaram à rediscussão e reformulação da Lei nº 178 (1936) e à elaboração e promulgação do Estatuto da Lavoura Canavieira, Lei nº 3.855, de 21 de novembro de 1941 (NEVES, 1997, p. 93).

Neves afirma, ainda, que, devido à expansão da atividade agrícola acelerada pelos investimentos do IAA, a disputa pelo poder entre os usineiros e os plantadores se acirrava, estimulando a ação política dos plantadores:

Contra essa posição [domínio dos usineiros], os plantadores intensificaram a reação, as formas de organização política e o estabelecimento de alianças. Através do apoio recebido pela Câmara dos Deputados moveram uma grande campanha em torno da garantia de uma quota fixa de produção junto às usinas. A partir dessa luta mais acirrada por parte dos agricultores, a relação fornecedor-usina ganhou maior peso nas preocupações intervencionistas do Estado, culminando com a criação da Lei nº 178 de janeiro de 1936, e posteriormente, com a promulgação do Estatuto da Lavoura Canavieira (1941), que tinham como principal objetivo disciplinar tais relações (NEVES, 1981, p. 59).

Além disso, havia também a discussão sobre o caráter político da criação do Estatuto, visto que o ELC teve como um dos seus elaboradores Barbosa Lima Sobrinho, presidente do IAA entre os anos de 1938 até 1945 e próximo ao Partido Comunista do Brasil (PCB). De acordo com Soares:

A crítica dos usineiros ao Estatuto da Lavoura Canavieira estava amparada também por referências ao ideário comunista, visto no período como uma ideologia subversiva ao longo da vigência do Estado autoritário liderado por Vargas entre 1937 a 1945. Os técnicos do IAA, na visão dos usineiros, se inspiraram em “ideologias excessivamente avançadas e exóticas” que podiam destruir a harmonia social entre usineiros e lavradores defendida pela ideologia senhorial (SOARES, 2015, p. 23).

Os direitos da categoria de fornecedor também foram endossados pelo Estatuto da Lavoura Canavieira, que delimitava regras e princípios de regulamentação das relações entre usineiros e fornecedores (NEVES, 1981, p. 60).

De acordo com o Estatuto de 1941¹⁹:

Art. 1º considera-se fornecedor todo o lavrador que, cultivando terras próprias ou alheias, haja fornecido canas a uma mesma usina, diretamente ou por interposta pessoa, durante três ou mais safras consecutivas.

§ 1º Na definição deste artigo, estão compreendidos os parceiros, arrendatários, bem como os lavradores sujeitos ao risco agrícola e aos quais haja sido atribuída, a qualquer título, área privativa de lavoura, ainda que os respectivos fornecimentos sejam feitos pôr intermédio do proprietário, possuidor ou arrendatário principal do fundo agrícola.

§ 2º Na definição deste artigo incluem-se os lavradores aos quais venha a ser atribuída quota de fornecimento em consequência de contratos assinados pelos mesmos com as Usinas, a partir desta data e observadas as disposições do presente Estatuto.

De acordo com Neves:

Através deste instrumento legal foi definida a posição do fornecedor enquanto proprietário de um fundo agrícola e de uma quota de produção a ela vinculada; o cálculo do preço da cana em correspondência ao preço do açúcar e do álcool, tendo em vista o coeficiente de rendimento industrial médio das fábricas de cada estado, e, indiretamente, pela riqueza de sacarose e pureza das canas fornecidas (NEVES, 1997, p. 93).

Diante desta definição, é importante destacar os tipos de assistência que o Estatuto da Lavoura Canavieira (1944) determinava para o fornecedor e indagar até onde estes direitos se estendiam no cotidiano dos trabalhadores:

Art. 6º A assistência médico-social abrange:

1. assistência médica, dentária e manutenção de ambulatórios;
2. assistência hospitalar;
3. manutenção de creche e maternidade;
4. manutenção de escolas primárias e de cursos práticos de agricultura para filhos de colonos-fornecedores e de seus agregados ou empregados;
5. manutenção de instituições pré-escolares e bolsas de estudos;
6. manutenção de parques recreativos para crianças e de instituições recreação para adultos;
7. realização dos serviços de saneamento que se tornaram necessários, a fim de garantir a salubridade das zonas de moradia dos colonos-fornecedores e seus empregados.

¹⁹ O ELC de 1944 manteve essa definição de fornecedor.

No que concerne aos direitos dos trabalhadores vinculados às usinas, Soares destaca que:

O Estatuto da Lavoura Canavieira, no que tange à questão trabalhista, tinha como objetivo estender proteção aos trabalhadores de canaviais, garantindo assim a transferência de parcela da mão de obra rural que se ocupava da agricultura de subsistência para o setor açucareiro alcooleiro. Sendo assim, os trabalhadores rurais ligados à indústria agroaçucareira que estavam sob a órbita do IAA passam a ter garantidos legalmente direito à assistência médico-hospitalar, direito à estabilidade no emprego, o direito a uma área de terras gratuitas e próximas a moradia para a produção de culturas de subsistência e a proibição da redução salarial em safras ruins (SOARES, 2015, p. 21).

Com isso, cabe indagar a relação entre essa extensão (ou não) dos direitos garantidos pelo Estatuto da Lavoura Canavieira com as lutas políticas dos trabalhadores travadas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos.

1.3 As transformações nas relações de trabalho (1930-1970)

1.3.1 O fim do colonato (1930-1950)

Para uma visão ampla do sistema de interseção entre agricultura e indústria na produção de cana, deve-se levar em consideração as alterações que ocorriam paralelamente na produtividade e nas relações de trabalho vigentes na Região Açucareira de Campos. Tal processo pode ser exemplificado com a gradual expropriação de terras cedida a colonos e moradores no interior das fazendas a partir da década de 1930 e as mudanças nas relações de trabalho através de uma maior modernização dos mecanismos de produção de cana em Campos a partir dos anos de 1950.

Para tratar estes temas, baseio-me, especialmente, no trabalho realizado por Neves (1979; 1981; 1988; 1997), que busca compreender a complexa teia das relações capital-trabalho, a fim de esclarecer, da melhor maneira possível, quem são estes trabalhadores que vendem sua força de trabalho para os usineiros e grandes fornecedores de cana.

A tentativa de expansão do controle sobre terras pelos proprietários acarretou restrições de áreas para cultivos próprios dos colonos que viviam no interior das fazendas e na promoção de mudanças das relações de trabalho. Sobre isto, Neves afirma que

[a] relação de colonato foi primeiramente atingida e mais ainda se se objetivasse em unidades agrícolas que estivessem sob processo de expansão mais intensa de cultivo da cana, como era o caso das fazendas das usinas. Desejando transformar todos os membros da família do colono em assalariados, os empregadores passaram a exigir maior número de dias de trabalho sob tarefa e dificultaram a dedicação às lavouras próprias, embora também minimizadas em alguns casos pela restrição da área da terra para elas liberadas (NEVES, 1997, p. 106).

O universo socioespacial dos colonos se passava dentro das fazendas, o que os deixava a mercê dos proprietários. Era neste espaço que os colonos moravam, trabalhavam, plantavam seus

alimentos e constituíam família. A figura do plantador tinha forte poder no cenário político, sobretudo o poder que exerciam na configuração das relações sociais da região, visto que:

[n]a fazenda, muitas vezes, se situava a capela. Por isso, eram eles que recebiam os padres e promoviam as festas católicas de padroeiro. Podiam-se colocar como juízes de paz, delegados de sindicato ou representantes da cooperativa de crédito. Eram intermediários dos demais produtores na comercialização de cana e, alguns, nas relações clientelísticas específicas ao sistema político vigente e ao sistema de poder mais amplo (NEVES, 1997, p. 49).

No regime de colonato, o trabalho era mediado pelas relações de parentesco e a família do colono constituía uma unidade no trabalho. Esse fato agravava a exploração através da apropriação, pelo patrão, do trabalho não pago. Os colonos recebiam uma baixa remuneração pelo seu trabalho e tanto suas mulheres quanto seus filhos trabalhavam como forma de ajuda ao chefe da família. A ajuda das mulheres se dava pelo trabalho gratuito e a ajuda dos filhos “propiciava o rebaixamento do valor da força de trabalho porque ampliava o número de trabalhadores para atender à reprodução da unidade familiar” (NEVES, 1997, p. 58). Vê-se com isto que tal relação é marcada por forte dependência e subordinação dos colonos aos fazendeiros:

Constituía-se como uma forma de imobilização da força de trabalho em que o proprietário da terra, garantindo seu acesso nos momentos de pico, liberava-se dos custos de sua reprodução naqueles de diminuição das atividades agrícolas. (...) Subordinados econômica, social e politicamente aos proprietários de terra, os colonos mantinham uma relação de dependência pessoal constitutiva dessa modalidade de uso da força de trabalho (NEVES, 1997, p. 56-57).

Na Região Açucareira de Campos, a relação da morada era similar ao regime do colonato. Neves afirma que:

A relação da morada era uma alternativa aberta a alguns trabalhadores chefes de família que conseguiam internalizar as regras consensuais de subordinação pessoal ao fazendeiro ou do sistema de poder personalizado. Constituía-se de uma modalidade de vinculação do trabalhador que supunha a venda da força de trabalho para o fazendeiro por um salário de menor valor, acrescido pela complementação oferecida pelo acesso às lavouras de subsistência, casa de morada, criação de pequenos animais, direito à utilização de lenha e, em certos casos, ao leite fornecido como concessão ou pela criação de algumas vacas (NEVES, 1997, p. 51)

Os termos consensuais seriam os mesmos para as duas categorias, mas havia modificação nas atividades produtivas, no qual “os colonos geralmente se voltavam para a lavoura branca (de ciclo vegetativo curto). Os demais trabalhadores estavam alocados como moradores e se dedicavam a atividade relacionadas à pecuária” (NEVES, 1997, p. 48).

Nestes casos, a redução de áreas para cultivo de subsistência nas fazendas, privilegiando o aumento de terras dedicadas à cana, se relaciona também com a constituição de um mercado de

trabalho local. Esta configuração alterou as relações de trabalho que se davam antes pelo regime de colonato e morada e passaram, então, à forma do trabalho de diarista. Ou seja, além da diminuição das relações de colonato e de morada, há uma imposição do pagamento por unidade de trabalho ou por tarefa. Com essa mudança, muitos dos antigos colonos e moradores passaram a integrar a camada de trabalhadores assalariados que viviam em vilas próximas das fazendas. Essas transformações implicaram tanto em uma mudança nas relações de trabalho, quanto na maneira de viver destes trabalhadores. Observa-se, ainda, a manutenção do poder pelos proprietários de terra. De acordo Neves, após a apropriação das áreas reservadas ao cultivo e moradia aos canavieiros:

Muitas vezes o proprietário facilitava o acesso à casa de moradia fora da fazenda, nos povoados próximos, como meio de pôr fim à relação antiga, mas esta atitude era estimulada pelo trabalhador. Residindo em casas em mau estado de conservação, sem fonte de água próxima e luz elétrica, distante de escola para os filhos e das estradas por onde circulavam ônibus que os conduziam à cidade em busca de assistência médica (principalmente), eles preferiam transferir, por iniciativa própria ou auxiliados pelo empregador. Passavam então a fazer uso de bicicletas para se locomoverem da casa ao trabalho e vice-versa. Rompiam assim com uma relação de trabalho que já não oferecia tantas vantagens, mas os mantinha sob o domínio pessoal do patrão (NEVES, 1997, p. 132).

A opção pelo assalariamento feita pelo ex-colono e por seus filhos se tornava cada vez mais comum já que aparecia como fonte mais ampla e imediata de obtenção de recursos e como meio de se libertar das imposições e arbitrariedades ocasionadas pela relação anterior. Essa modalidade de rescisão era bastante frequente. Contudo, vale ressaltar que havia também outra camada de colonos que obtivera o título de fornecedor, através de compra de terra, resguardado pelo Estatuto da Lavoura Canavieira.

Neves destaca que aos colonos que acumularam capital para deixar a fazenda do patrão, interessavam as garantias de direitos determinados pelo ELC a partir de seu reconhecimento como fornecedores. Ao se tornar um fornecedor, podendo comprar ou arrendar a terra, o trabalhador se tornava mais independente nas suas finanças e estava menos subordinado aos patrões. Segundo a autora, “a introdução do direito, instrumento formal e impessoal, atingia o papel e a autoridade do proprietário da terra, que tentava se desvencilhar de possíveis questionamentos ao seu poder e sua autoridade” (NEVES, 1997, p. 116).

Desta forma, o ELC mudou as relações entre os colonos e o proprietário da terra, como bem demonstra a autora:

Ao considerar fornecedor todo lavrador que, cultivando terras próprias ou alheias, houvesse fornecido cana por cinco safras consecutivas a uma mesma usina (artigo 1º do Estatuto da Lavoura Canavieira), a legislação colocava limites ao desejo do proprietário de impedir que o colono comercializasse diretamente as canas, de burlar o peso e o preço (procedimentos frequentemente utilizados), e abria a estas alternativas para reivindicação e reação mais impessoal, mediadas por instituições como o Instituto do Açúcar e do Alcool e Sindicato dos Trabalhadores Rurais (NEVES, 1997, p. 60).

Tal ruptura do regime de colonato aponta o momento de mudança na forma como a terra e o trabalho eram até então apropriados, reordenando, assim, um novo sistema de poder e configuração social na região:

A partir de tais processos de mudanças nas relações de trabalho, as formas de vinculação dos trabalhadores vão ser alteradas. A diminuição significativa dos trabalhadores permanentes, por vezes ainda sem contrato formal, irá corresponder a um expansivo crescimento do trabalhador temporário, sem vínculo empregatício e sem direitos sociais, consensualmente qualificado de clandestino. Em ambas as situações, os trabalhadores passaram a se colocar como simples vendedores da força de trabalho (NEVES, 1997, p. 133).

Com estas mudanças nas relações sociais e de trabalho, houve nas fazendas das usinas um aumento da apropriação do trabalho excedente dos outros trabalhadores vinculados como diaristas, através da diminuição do valor e da intensificação do uso da força de trabalho via pagamento de salário com base na tarefa (antes o pagamento era realizado por diária), prolongamento da jornada e o uso cada vez mais amplo de equipes de trabalhadores, principalmente, no corte da cana ou da cooperação simples.

Em linhas gerais, não se pode esquecer que a expropriação dos colonos do interior das fazendas promoveu um fluxo migratório para o entorno da cidade, como veremos mais adiante.

1.3.2 Os lavradores de cana

Ao escolher como objeto de estudo os lavradores e pequenos produtores de cana, Neves (1981) afirma que estas categorias contrastam no que toca ao seu posicionamento frente aos plantadores de cana e usineiros. A respeito da categoria de lavrador, a autora destaca que:

ela é utilizada para unificar todos os agricultores, independentemente das condições diversas em que atualizam a produção de cana. A atribuição desse significado ocorre especialmente nos contextos políticos, isto é, quando os agricultores estão em processo mais acirrado de luta por direitos ou por melhores condições de comercialização do produto (NEVES, 1981, p. 23).

Entretanto, internamente, os lavradores eram subdivididos em médios e pequenos produtores, conforme a área de terra que possuíam, pela propriedade ou não dos instrumentos mecanizados e pelo volume de produção de cana comercializada (NEVES, 1981, 1988). Aos médios lavradores correspondia de 40 a 50 até 150 a 200 ha, nos quais se valiam dos membros da família para as tarefas produtivas (NEVES, 1988, p. 75). Os pequenos lavradores, com áreas entre 5 a 39 ha, para a reprodução de sua família precisavam, em muitos casos, que seus filhos buscassem emprego fora da unidade familiar como forma de ajudar nas despesas, inclusive para carregar a cana até as usinas.

Segundo Neves (1988), tanto os pequenos quanto os médios lavradores aproveitavam-se do trabalho familiar no processo produtivo, como maneira de se dedicar à cultura da cana, à criação de gado de corte, leiteiro e tração, ao cultivo da lavoura de subsistência. Ou seja, produziam bens que auxiliavam na economia de despesas e na reprodução social da família:

Através dos produtos em questão, os lavradores de cana – pequenos e médios – asseguravam a reprodução social da família e do processo produtivo, fazendo recair sobre a cana os gastos considerados extras – roupas de uso pessoal e de casa, móveis, conserto ou ampliação da casa, poupança etc. (NEVES, 1988, p. 77).

Com isso, era possível que os filhos de pequenos e médios lavradores pudessem acumular algum dinheiro e fazer uma poupança a fim de ter recursos para a compra e troca da área da terra dos pais. Desse modo, “tais recursos podiam resguardar sua permanência enquanto produtor[es] potencia[is] de cana e oferecer ao pai maior flexibilidade para enfrentar as vicissitudes do mercado” (NEVES, 1988, p. 78).

A autora observa também que os médios e pequenos lavradores possuíam características que os aproximavam de outros atores sociais. Os médios lavradores se aproximavam dos plantadores de cana, na maneira de organização das relações de produção ao contratar colonos e moradores para o período de safra, de maio a setembro. Esse consistia em um momento necessário para agregar trabalhadores de fora da família, aglutinados em torno da turma para o corte e transporte da cana para a usina (NEVES, 1981, 1988, 1997). Porém, há aspectos que os diferenciam. De acordo com Neves:

[o] plantador e o lavrador se diferenciavam pelo fato de o primeiro colocar-se basicamente como administrador e o segundo encontrar-se vinculado diretamente ao processo de trabalho. A diferença se manifestava nas diversas orientações quanto à articulação das atividades produtivas, aos fins a serem alcançados e às posições diante do mercado dos produtos agrícolas (NEVES, 1997, p. 47).

Por mais que as categorias sociais se confundissem muitas vezes na configuração local entre os atores, a autora demonstra a diferenciação, principalmente, no que tange ao cenário político:

O termo plantador de cana era mais valorizado nos contextos das lutas desenvolvidas por tais produtores diante das condições adversas de comercialização impostas pelas usinas ou quando reivindicavam a proteção e a interferência do Estado nos conflitos. Nessas situações, todavia, o termo que melhor caracterizava o espírito combativo, batalhador, era lavrador de cana (NEVES, 1997, p. 46).

1.4 A modernização da agroindústria canavieira: processos de mecanização e relações de trabalho (1950-1980)

A cultura da cana e a atividade industrial nos anos 1930 não contava com grandes inovações tecnológicas. Eram realizadas pela agregação de trabalhadores e pela expansão em terras antes destinadas ao cultivo de subsistência, como apontado anteriormente. Porém, a partir da década 1950, intensificou-se a demanda pela mecanização do processo produtivo. Havia um interesse, por parte do governo federal, em investir na expansão da produção agrícola e industrial, visando “abastecimento do mercado interno e aumento da exportação” (NEVES, 1997, p. 107) e pressão do governo estadual “com diversos dos seus centros de decisão liderados por plantadores de cana e usineiros dessa região” (NEVES, 1997, p. 107)²⁰.

Szmrecsányi (1979) afirma que havia um maior interesse do Estado na expansão da produção do açúcar nacional, com maior intensidade no Centro-Sul. Isto se dava pela crescente demanda do mercado interno decorrente de uma acelerada urbanização e industrialização na região. Como resultado dos investimentos, a produção de açúcar superou o consumo nacional e recolocou o Brasil no patamar dos grandes exportadores do produto.

Os investimentos se deram a partir de uma aliança entre o governo federal e estaduais. Sob a órbita do IAA e em parceria com o Ministério da Agricultura, a cultura da cana passou a contar com mais investimentos em máquinas, jipes, caminhões e material para irrigação, ocorreram mudanças nos métodos de produção e houve um desenvolvimento da produtividade e intensidade do trabalho. Ocorria, assim, uma intensificação com a introdução e expansão do uso de máquinas no trabalho agrícola, em especial no preparo de solo e no transporte das canas (NEVES, 1988,1997).

A partir do início da década de 50, este Ministério [da Agricultura] havia criado programas especiais para facilitar a importação (taxas de câmbios preferenciais), o acesso ao crédito para compra de tratores, caminhões, jipes (pagamento de 25% do valor como entrada e o restante em 3 anos com juros de 6% ao ano) e fertilizantes, através da constituição do Fundo de Mecanização da Lavoura) (NEVES, 1997, p. 111).

Havia também uma maior pressão do patronato rural sobre o governo estadual para que fossem implementadas medidas minimizadoras do custo de produção²¹. De acordo com Neves (1997, p. 111):

²⁰ Vale ressaltar que em setembro de 1949 aconteceu o I Congresso Açucareiro Nacional em Petrópolis no Rio de Janeiro. Neste congresso os produtores de açúcar expuseram suas reivindicações para que fossem diminuídos os custos com a produção de cana. Uma delas foi a criação de um preço fixo e nacional para a venda de açúcar.

²¹ A autora escreve que o interesse do patronato rural campista “fez-se acompanhar de processos de ampliação do poder político institucional dos plantadores de cana que passaram, cada vez mais, a legitimar sua posição pela redistribuição de recursos assistenciais; e de luta dos usineiros no sentido de minimizarem os efeitos negativos da concentração industrial nas usinas do estado de São Paulo” (NEVES, 1997, p. 107).

Estímulos congêneres foram oferecidos pelo governo estadual. A Secretaria de Agricultura assinou um convênio com o governo francês para importação de tratores, caminhões, jipes e implementos²² e, através de parte do imposto sobre venda e consignações e de recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico, criou a Carteira de Fomento do Banco de Estado para facilitar a oferta de crédito agrícola.

No entanto, é na década de 1960 que o uso de instrumentos mecanizados nas atividades agrícolas se intensificou na região. Isto ocorreu porque tais instrumentos passaram a ser produzidos no Brasil e, também, porque foram oferecidas maiores facilidades para sua aquisição (por meio de créditos). Tais fatos consubstanciaram a construção de um novo padrão tecnológico que redundou em diminuição dos custos de produção. Este novo padrão pode, deste modo, ser absorvido pelos lavradores que, até então, encontravam mais dificuldades em adquirir os instrumentos para a modernização da produção e tinham, na maioria das vezes, que alugá-los de outros lavradores (NEVES, 1981, 1997).

Durante a década de 60, um processo de concentração industrial começa a ser melhor delineado entre algumas usinas que mantiveram o projeto de expansão da produção. As dificuldades vividas frente à competitividade com as condições de produção e produtividade das usinas do estado de São Paulo induziam os usineiros da região açucareira de Campos a obter aumentos de ganho em escala. Para tanto, era necessária a eliminação das unidades de menor capacidade produtiva (NEVES, 1997, p. 188).

Em cenário nacional, o IAA propôs, em 1963, o Plano de Expansão da Indústria Açucareira Nacional que compreendia desde a introdução de insumos importados ao carregamento e transporte automotrizes do produto. Esta integração tardia dos lavradores, em relação aos usineiros e plantadores, ao uso de instrumentos mecanizados foi acompanhada de mudanças nas relações de trabalho. Com a possibilidade de compra pelos médios e pequenos lavradores de instrumentos como os tratores de carretas, houve uma protelação do uso de trabalhadores familiares e temporários e, assim, alterações nas relações internas à família. Segundo Neves:

A compra do trator pelos médios lavradores se deu em grande parte pela venda do gado de tração que possuíam ou que recebiam por ocasião da herança, aliada a outras formas de poupança. Num primeiro momento eles adquiriram tratores de “segunda mão”, oriundos das usinas ou dos plantadores que pretendiam reequipar ou remodelar seu patrimônio em instrumentos mecanizados. Em alguns casos, os irmãos, ao participarem da partilha dos bens herdados dos pais e ao se colocarem frente a recursos financeiros acumulados, se organizavam no sentido de adquirir um trator e carretas que atendessem a todos enquanto patrimônio comum (NEVES, 1997, p. 136).

²² Tais implementos foram: as grades, semeadeiras, pulverizadores e polvilhadeiras, adubadeiras, fertilizantes e cultivadores, que aparecem nos dados do Censo Agropecuário de 1960 (CENSO AGROPECUÁRIO, 1960).

Outro aspecto importante, além do uso dos tratores, foi a existência de uma rede de serviços criada, em sua maioria, por médios lavradores para os demais agricultores²³, reordenando, assim, as relações sociais pelo domínio de lógicas mercadológicas. Os pequenos lavradores excluídos da posse desses instrumentos se tornavam compradores de tais serviços, já que o acesso à propriedade dos tratores, das carretas e das máquinas diversas não estava aberto a todos os produtores, visto que “ele implicava a posse de fatores de produção que assegurassem a hipoteca ou a contrapartida ao recurso financeiro adiantado” (NEVES, 1997, p. 135). Sobre a incorporação de médios e pequenos lavradores ao uso destes equipamentos²⁴, Neves escreve que:

A utilização destes instrumentos e o aumento tecnológico na cultura da cana campista permitiram uma maior intensidade do trabalho, liberando parte dos membros produtivos da unidade familiar de produção dos pequenos e médios lavradores. Além disto, impôs a ampliação do número de trabalhadores inseridos como assalariados nos picos de processo produtivo.

Dessa forma, não só eles participaram como compradores e vendedores da força de trabalho, como também criaram seus próprios assalariados. A adequação a esta forma de utilização da força de trabalho e a dependência do salário facilitaram a criação de predisposições para desvalorização da propriedade de lotes ínfimos e a participação supostamente “livre” ou de “livre arbítrio” no processo de proletarização ou no de assalariamento. Desse modo, se o alegado entrave dos pequenos lavradores à produção em escala não pôde ser eliminado, pôde ser reordenado em outros níveis (NEVES, 1997, p. 138).

Por fim, foi possível a incorporação do uso de instrumentos mecanizados por pequenos e médios lavradores, colaborando para sua consolidação ou para minimização de alguns efeitos prejudiciais ao ganho dos pequenos lavradores, frente à competitividade com os demais agricultores. Desta forma, o uso desses instrumentos liberou os pequenos lavradores para a venda da força de trabalho ou lhes impôs essa alternativa como forma de compensar a parte do rendimento transferida para pagamento desses serviços e da força de trabalho externa à família, incorporando-os, desta forma, como clandestinos e/ou temporários.

Os próprios lavradores, principalmente os pequenos, passaram a integrar, por força da incorporação dessas técnicas, a massa de trabalhadores temporários, com a contrapartida de estarem imobilizados pela propriedade de um lote de terra que não lhes propiciava o sustento pleno, mais limitado ainda porque se viam obrigados a pagar trabalhadores extrafamiliares (NEVES, 1997, p. 138).

De acordo com a autora, na medida em que o uso intensivo de instrumentos mecanizados e a opção pela especialização no cultivo da cana pelos produtores da Baixada Campista estavam, cada

²³ “Essa alternativa pôde ser utilizada por alguns dos médios lavradores, porque conseguiram acrescer a compra do trator e carretas à racionalidade do trabalho familiar, quando um dos filhos se especializava como tratorista” (NEVES, 1997, p. 135).

²⁴ Segundo Neves (1997, p. 139), “A compreensão da condição de existência dos pequenos lavradores, no contexto de implantação ampla do uso de instrumentos mecanizados, só se torna possível se se põe em cena as relações destes com os médios lavradores. Esse fator é revelador dos deslocamentos de relações de dependência entre esses produtores”.

vez mais, diminuindo o tempo de trabalho nas unidades de produção e demandando uma alocação de trabalhadores temporários, ou seja, extrafamiliares, o trabalho direto, reservado aos chefes dessas unidades, foi minimizado, restringindo-se praticamente à administração e ao trato com o gado. Os plantadores de cana assumiam o papel de administradores, na tarefa de organização e supervisão do trabalho. As mudanças no trabalho atingiam também as famílias dos médios e pequenos lavradores conforme demonstra Neves:

Os filhos dos médios e pequenos lavradores, que antes se voltavam para o trabalho na cultura da cana, passaram a se dedicar a outras atividades produtivas porque as unidades não demandavam trabalho contínuo e não alcançavam um rendimento que os absorvessem, exceto na situação tratorista (NEVES, 1997, p. 246).

De modo geral, os trabalhadores temporários, no caso da cultura da cana, limitavam-se às tarefas de limpa e corte. A utilização de herbicidas, por algumas usinas e plantadores de cana e a restrição do número de limpas, tinham limitado a demanda de trabalhadores para os tratos culturais.

Com o uso da plantadeira, alguns poucos trabalhadores se especializavam nas tarefas de plantio, limitadas à coordenação ou adaptação dos movimentos à velocidade com que esse instrumento desliza nos sulcos. Com o uso da embarcadeira, boa parte dos trabalhadores não aprendia ou não mais praticava os movimentos necessários ao transporte do feixe de cana do chão às carretas ou caminhões e o saber necessário para arrumá-las, evitando perdas na estrada (NEVES, 1997, p. 247).

Por fim, outra modificação na divisão do trabalho diz respeito ao processo de seleção, corte e plantio dos toletes que eram reservados aos trabalhadores com maior experiência, sendo estes geralmente os mais velhos da localidade. De acordo com Neves, este ponto foi importante porque postergou a definição social da “velhice”, na medida em que incluía os mais velhos no tempo de dedicação ao trabalho, ampliando sua força moral em relação aos mais novos.

Entre os produtores de cana, principalmente aqueles que estavam mais diretamente vinculados às tarefas produtivas – médios e pequenos lavradores basicamente –, a mecanização das atividades agrícolas propiciou àqueles mais idosos a sua permanência como membros produtivos. Em virtude de as tarefas agrícolas realizadas anteriormente à mecanização serem consideradas pesadas, especialmente o corte, o embarque e o transporte de cana, os produtores, na medida em que iam adquirindo mais idade e podiam contar com os filhos para substituí-los, transferiam para estes as tarefas agrícolas (NEVES, 1997, p. 247).

Nos anos de 1970 há uma série de políticas e programas de expansão das inovações tecnológicas, que se traduziram no aumento da mecanização das atividades agrícolas e na absorção quase que total do uso de insumos químicos (fertilizantes, defensivos e herbicidas). Tais fatores favoreceram o aumento da intensidade e a redução do período de trabalho, propiciando um aumento

na desigualdade de produção na medida em que restringiram ainda mais o número de produtores de cana capazes de alcançar a reprodução ampliada dos fatores de produção voltados para essa cultura.

Tais medidas propiciaram a oferta abundante de crédito associado à utilização de insumos, tendo em vista o aumento da produção e açúcar e de álcool e, por conseguinte, da cana. Consolidaram ou intensificaram mudanças que vinham ocorrendo anteriormente. Em decorrência, o processo de especialização na produção de cana foi ampliado e áreas de terra antes voltadas para outras culturas foram a ela destinadas (NEVES, 1997, p. 184).

No plano nacional, havia pelo Estado novos incentivos de créditos e programas de apoio à economia canavieira, em conjunto com os usineiros e plantadores, como parte de um modelo de desenvolvimento econômico para agricultura. De acordo com Neves:

Ultrapassando as medidas implementadas no sentido de expandir a fronteira e propiciar o uso extensivo da mão-de-obra, esse novo modelo tinha como um dos objetivos principais a utilização intensiva dos fatores de produção e o aumento da produtividade agrícola, através de uma maior incorporação de instrumentos mecanizados, de insumos e de novas tecnologias agrícolas. Apoiava-se no estabelecimento de preços mínimos, na política de crédito e em todo um conjunto de ações que direcionavam a atividade agrícola para os fins propostos pelas políticas públicas (NEVES, 1997, p. 189).

Tais medidas foram expressas pela implementação do Programa de Racionalização da Agroindústria Açucareira em 1971²⁵, que visava à modernização das usinas, de forma a aumentar a escala de produção reduzindo os custos. No caso da atividade agroindustrial canavieira, tais políticas tornaram-se significativas diante da oferta de condições favoráveis para a comercialização do açúcar no mercado externo. Essas condições favoreceram a criação de recursos financeiros para o processo de concentração industrial e de aumento da interdependência entre agricultura e a indústria (SZMRECSÁNYI, 1979).

Contudo, a modernização do complexo agroindustrial canavieiro implementada pelo IAA refletiu de forma negativa nas atividades de muitas usinas na Região Açucareira de Campos. Nesta região, o processo de reestruturação industrial não foi acompanhado das necessárias transformações da base produtiva da cana que, por sua vez, deveriam ocorrer na mesma intensidade. Além disso, as lavouras foram expandidas para regiões acidentadas, de baixa produtividade. Desse modo, o parque industrial sucroalcooleiro campista cresceu em uma proporção muito superior à capacidade de expansão da cultura de cana, fazendo com que muitas usinas operassem, na maioria das vezes, com ampla capacidade ociosa (NEVES, 1981, 1997).

No plano nacional, Szmrecsányi e Moreira (1991) apontam que, em grande parte do país, a atividade canavieira atravessava tensões. Por volta de 1975, o açúcar brasileiro experimentou um

²⁵ De acordo com Szmrecsányi e Moreira (1991, p. 69), embora a criação do Planalsucar (Programa Nacional de Melhoramento de Cana-de-açúcar) em 1971 constituísse parte dessas políticas, os efeitos de sua atuação foram mais débeis e alcançáveis em longo prazo.

declínio no mercado internacional. O preço do produto caiu repentinamente e o valor das exportações brasileiras de açúcar esteve sujeito a um declínio nos anos seguintes. Desse modo, para estes autores, uma crise nacional no setor sucroalcooleiro só não eclodiu neste período devido aos choques no mercado internacional de petróleo e a decisão do governo federal de promover um aumento da produção de álcool combustível. Todavia, os efeitos dessa situação crítica da agroindústria canavieira brasileira foram apenas adiados, mas não realmente evitados ou superados.

Em razão desse contexto nacional e internacional, a criação do Proálcool tinha como objetivo expandir a produção da cana-de-açúcar e viabilizar seu uso progressivo como combustível através de energia líquida. Pretendia-se, assim, diminuir a dependência que o país tinha de combustíveis fósseis (NEVES, 1997; SZMRECSÁNYI e MOREIRA, 1991).

Através do novo órgão foram oferecidos estímulos econômicos como a garantia de mercado para o produto e condições favorecidas de prazo e juros subsidiados. Além disso, créditos para instalação de destilarias e implementação de lavouras (AQUINO, 2008). Para Szmrecsányi e Moreira, os incentivos oriundos do governo:

capacitaram a agroindústria canavieira do Brasil a rapidamente alcançar e ultrapassar as metas de produção governamentais. Nos primeiros dez anos de existência do PROÁLCOOL, a produção brasileira de álcool aumentou a uma taxa média de 35% ao ano, sem que o setor deixasse de produzir volumosas quantidades de açúcar, tanto para a exportação como para o mercado interno. Uma tão rápida expansão só era possível à custa de grandes e graves distorções. No plano agrícola, ela provocou o excessivo crescimento de uma monocultura cheia de riscos, bem como uma exagerada concentração fundiária, extremamente deletéria do ponto de vista social (1991, p. 73).

Na Região Açucareira de Campos, esses estímulos, no entanto, não chegaram a ser plenamente utilizados porque a expansão da cultura da cana não se fez acompanhar na mesma amplitude, mantendo a desigualdade de produção entre os usineiros e os fornecedores e entre usinas. Neves nos dá um panorama do universo produtivo das usinas nesta época:

As condições de participação das usinas na produção são diferenciadas. Enquanto as usinas Barcelos, Cambayba, Paraíso, São João e Outeiro tiveram diminuída a produção de açúcar, a de Novo Horizonte²⁶, Pureza Santa Maria, Santo Amaro, São José e Conceição de Macabu mantiveram praticamente o mesmo índice de produção. Mas outras delas encontraram possibilidades de expansão: Quissamã, Santa Cruz, Sapucaia, Cupim e Queimado. A diminuição ou estagnação do volume de produção de açúcar correspondeu ao momento em que as usinas ampliaram o volume de produção de álcool. Todas as usinas experimentaram a expansão nesse produto, exceto Queimado, Cupim e Pureza (NEVES, 1997, p. 194).

Vê-se também que o processo de mecanização das atividades agrícolas se tornou mais intenso na década de 1970, não somente pelo aumento do número de tratores, mas também e

²⁶ Esta usina foi a primeira a falir, na primeira metade dos anos de 1980, aproximadamente.

principalmente, pelo aumento do número de plantadeiras e embarcadoras. Esses instrumentos propiciaram um ritmo mais intenso nas jornadas de trabalho, maior número de empregados permanentes e de dias de safra²⁷. O mesmo se passou com o uso de herbicidas para aumento da produtividade. Conforme Neves, este uso passou a ser obrigatório para os produtores de cana cujas unidades de produção se localizavam em áreas de solo menos fértil.

O desregulado e desenfreado uso dos herbicidas e fertilizantes, acompanhado pela ausência ou má qualidade de acessórios de proteção nos canaviais, trouxe grandes problemas à saúde dos trabalhadores, sendo datados deste período casos de cegueiras causados por contato com mercúrio (RIBEIRO, 1987; IAMAMOTO e COSTA, 2018).

(...) invadindo o ambiente de moradia ainda a presença de agrotóxicos, herbicidas -- e fungicidas que aumentam a periculosidade do trabalho na lavoura de cana e que foram introduzidos em maior escala, especialmente nos últimos dez anos [décadas de 70 e 80] (RIBEIRO, 1987, p. 168).

Iamamoto e Costa apontam o uso de mercúrio e seus danos no final da década de 1970:

Em Campos, a aplicação de fungicidas mercuriais tinha lugar em dois momentos no plantio: o primeiro, inteiramente manual, quando os toletes de cana eram banhados por uma solução de água e fungicida; o segundo, mediante a pulverização da mesma substância nos toletes com bomba manual. As partículas podiam penetrar nos pulmões por vias respiratórias, cutâneas e digestivas, ingressando na corrente sanguínea e causando intoxicação. O contato dérmico ocorria quando se preparava a solução, durante a aplicação e no plantio. A ingestão era processada durante a alimentação, feita no mesmo local de trabalho (IAMAMOTO e COSTA, 2018, p. 585).

Já a partir de meados de 1980, houve queda do preço do petróleo no mercado internacional. Ao mesmo tempo, o país foi se tornando cada vez mais autossuficiente nesse produto, em virtude da descoberta de bacias petrolíferas submarinas na costa, reduzindo as suas importações para menos que 40% do seu consumo. Uma das consequências foi a diminuição da participação de veículos movidos a álcool no setor automobilístico brasileiro. Com isso, o Proálcool foi se tornando cada vez mais oneroso e menos necessário (SZMRECSÁNYI e MOREIRA, 1991).

Em paralelo, emergiu a crise econômica que assolou o país em 1980. Este período ficou popularmente conhecido como a década perdida da economia brasileira. Tratou-se de uma conjuntura marcada pela desorganização econômica e por um intenso processo inflacionário. Tais fatores abalaram o setor canavieiro, repercutindo diretamente em Campos dos Goytacazes, uma vez

²⁷ No final da década de 1970 o movimento sindical dos trabalhadores se rearticulou, reivindicando principalmente o cumprimento da legislação trabalhista (RIBEIRO, 1987; NEVES, 1997). “Com o incremento do uso dos instrumentos mecanizados e a dependência do ciclo produtivo de um só produto, a utilização descontínua da força de trabalho facilitou o descumprimento da legislação. A conjuntura política na década de 80 propiciou a criação de restrições a essa prática. Os trabalhadores passaram a reivindicar o contrato formal, mesmo que periódico. Como a diversificação agrícola dependia de um uso menos descontínuo da força de trabalho, supunha o cumprimento da legislação e o pagamento dos direitos sociais” (NEVES, 1997, p. 199). Este ponto será tratado nos próximos capítulos.

que inviabilizou a continuidade da produção de álcool e comprometeu a viabilidade do Proálcool (AQUINO, 2008).

Assim, após sessenta e quatro anos de intervenções do governo federal, a atividade canavieira experimenta, a partir de 1989, uma retração nos recursos governamentais injetados na indústria sucroalcooleira e, no início no da década de 1990 se depara com o desmonte do IAA bem como a extinção do PROÁLCOOL, pelo governo de Fernando Collor de Mello (AQUINO, 2008, p. 60).

Desse modo, se, no momento de reestruturação das usinas nos anos 1960 e 1970, parte considerável dos trabalhadores da agroindústria canavieira conseguiu manter-se nos seus postos de trabalho, por meio da estratégia do trabalho volante, como boias-frias – mediante a precarização de suas atividades e expulsão das casas de morada (NEVES, 1997) –, com a crise da década de 1980 sua situação se agravou. Resta-nos, portanto, entender esses acontecimentos e seu impacto na situação dos trabalhadores, questões que serão melhor exploradas no capítulo a seguir.

CAPÍTULO II. ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES DA CANA NO BRASIL E EM CAMPOS

Neste capítulo iremos refletir sobre os primeiros passos da organização dos trabalhadores rurais no Brasil e em Campos, assim como enfatizar o surgimento e as disputas travadas no sindicalismo da Região Açucareira de Campos no final dos anos de 1930. Buscaremos ainda narrar as deflagrações de greves dos trabalhadores durante os anos de 1950 até 1960 e as demandas por direitos, assim como as ocupações de terras como outra forma de luta. Outro ponto abordado é a criação do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), da Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (Falerj) e da Contag.

2.1 O processo de sindicalização urbana (1930-1950)

Este tópico versa sobre o processo de sindicalização de trabalhadores durante a chamada Revolução de 30, movimento armado e liderado pelos estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba para realizar um golpe de Estado²⁸, depondo o último presidente da República Velha, Washington Luís (1926-1930). Para o historiador Boris Fausto (1995, p. 327) a Revolução de 30, não modificava as estruturas do país, apenas promoveria “uma troca de elite de poder, sem grandes rupturas”, visando o fortalecimento da burguesia nacional.

O golpe alçou Getúlio Vargas à presidência do Brasil em regime provisório (1930-1934). Esse movimento foi caracterizado por alianças entre as elites urbana e rural e as Forças Armadas, bem como pela concentração de coalizões heterogêneas de forças dos governos estaduais, em especial o Rio Grande do Sul e Minas Gerais, para delimitar o poder político dos oligarcas paulistas (SKIDMORE, 1982).

No Brasil, a estrutura socioeconômica era mais agrícola do que urbana, o que dava aos chamados “coronéis” grande poder político para explorar economicamente e dominar politicamente os trabalhadores rurais. Victor Nunes Leal afirma que “coronelismo é, sobretudo, um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente, fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras” (NUNES LEAL, 2012, p. 44). O coronel, portanto, pode ser definido como aquele sujeito que possui liderança em determinada localidade sobre os demais, podendo interferir em todas as esferas individuais e com o

²⁸ A realização do golpe foi para acabar com o período da política do café-com-leite, no qual o poder era alternado entre os oligarcas de São Paulo e Minas Gerais durante a República Velha (1898-1930)

poder de comandar um “lote considerável de votos de cabrestos” (NUNES LEAL, 2012, p. 45). O autor ainda continua:

Além do mais, no meio rural, é o proprietário de terra ou de gado quem tem meios de obter financiamentos. Para isso muito concorre seu prestígio político, pelas notórias ligações dos nossos bancos. É, pois, para o próprio “coronel” que o roceiro apela nos momentos de abertura, comprando fiado em seu armazém para pagar com a colheita, ou pedindo dinheiro, nas mesmas condições, para outras necessidades (NUNES LEAL, 2012, p. 46).

Com a crise de 1929 e o enfraquecimento econômico brasileiro, o Estado ampliou sua inserção no controle da produção agrícola, a exemplo da criação do IAA. Desta forma, nos primeiros momentos da presidência de Vargas, houve o fortalecimento de alianças com as diferentes frentes políticas.

Os vitoriosos de 1930 compunham um quadro heterogêneo, tanto do ponto de vista social como político. Eles tinham se unido contra um mesmo adversário, com perspectivas diversas: os velhos oligarcas, representantes típicos da classe dominante de cada região do país, desejavam apenas maior atendimento a sua área e maior soma pessoal de poder, com um mínimo de transformações; os quadros civis mais jovens inclinavam-se a reformular o sistema político e se associaram transitariamente com os tenentes, formando o grupo chamado “tenentes civis”, o movimento tenentista - visto como uma ameaça pelas altas patentes das forças armadas – defendia a centralização do poder e a introdução de algumas reformas sociais; o Partido Democrática – porta-voz da classe média tradicional – pretendia o controle do Estado de São Paulo e a efetiva adoção dos princípios do Estado liberal, que aparentemente asseguraria seu predomínio (FAUSTO, 1995, p. 326).

Com a finalidade de promover a industrialização do país e o interesse do Estado em construir um forte mercado nacional a partir de políticas sociais para o meio rural, Getúlio Vargas adotou medidas que fortaleceram o sindicalismo urbano, enfraquecendo o poder, sobretudo, dos anarquistas, que atuavam na organização dos trabalhadores desde o começo do século XX. O Estado passou a agir como mediador político nos conflitos entre empregadores e empregados. Em 26 de novembro de 1930, foi criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC), que, mais tarde, serviu como órgão formulador da maior parte das leis trabalhistas sintetizadas na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) de 1943. Segundo Matos (2009, p.63):

Caberia ao Ministério, também, a tarefa de difundir o novo modelo de sindicato oficial (...). Os objetivos desses novos sindicatos serão claros: servir como interlocutores dos trabalhadores junto ao governo e vice-versa, funcionando dentro do Estado, como órgãos públicos e, portanto, submetidos também às diretrizes das demais instâncias governamentais.

Dessa forma, interessa-nos pesquisar as medidas tomadas pelo governo que incentivaram o processo de sindicalização e de ampliação dos direitos dos trabalhadores urbanos e, em alguma

medida, dos rurais. Em um cenário geral, em 19 de março de 1931, o Decreto-Lei 19.770, regulou a sindicalização das classes patronais e operárias²⁹.

Contudo, houve pouco avanço no processo de sindicalização dos trabalhadores rurais. Havia muita dificuldade de obtenção de reconhecimento legal pelo MTIC, também pela pressão do patronato rural. De acordo com o artigo 2º do Decreto-lei 19.770:

Art. 2º Constituídos os sindicatos de acordo com o artigo 1º, exige-se ainda, para serem reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e que adquirirem, assim, personalidade jurídica, tenham aprovados pelo Ministério os seus estatutos, acompanhados de cópia autêntica da ata de instalação e de uma relação do número de sócios com os respectivos nomes, profissão, idade, estado civil, nacionalidade, residência e lugares ou empresas onde exercerem a sua atividade profissional (grifos meus).

O artigo 8º do Decreto, que dizia respeito aos sindicatos, dispõe que:

Art. 8º Poderão, igualmente, os sindicatos pleitearem perante o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio:

- a) medidas de proteção, auxílios, subvenções, para os seus institutos de assistência e de educação, já existentes ou que se venham a criar;
- b) a criação pelo Governo da República, ou por colaboração deste e dos Governos estaduais, de serviços de assistência social que, por falta de recursos, não puderam ser instituídos ou mantidos pelos sindicatos;
- c) a regularização de horas de trabalho em geral, e, em particular para menores, para mulheres e nas indústrias insalubres;
- d) melhoria de salários e sua uniformização em igualdade de condições, para ambos os sexos; fixação de salários mínimos para trabalhadores urbanos e rurais;
- e) regulamentação e fiscalização das condições higiênicas do trabalho em fábricas, em oficinas, em casas de comércio, usinas e nos campos, tendo-se em conta a localização, natureza e aparelhagem técnica das indústrias, sobretudo quando oferecerem perigo à saúde e à segurança física e mental dos trabalhadores, ou quando, tendo-se em vista o sexo a idade e a resistência orgânica dos mesmos, se lhes dificultar ou reduzir a capacidade produtiva, pelo uso de maquinismos deficientes ou inadequados, ou por má distribuição ou má divisão do trabalho;
- f) medidas preventivas ou repressivas contra infrações de leis, decretos e regulamentos que prescreverem garantias ou direito às organizações sindicais.

A tentativa de regulação do Estado via relação patrão-empregado contribuiu para o surgimento de diversas organizações de trabalhadores. Vale frisar que era do interesse de Vargas criar mediações entre os interesses de classes divergentes a fim de garantir avanços para a economia nacional, assim como uma ideologia patriota, que buscava apagar as classes e ressaltar o nacionalismo. O homem ideal em detrimento do inimigo, o outro. Porém, as legislações da época ainda negligenciavam os trabalhadores rurais, que aproveitavam de brechas para reivindicar seus direitos: “os instrumentos legais, que testemunhavam da vontade do Estado em organizar e controlar as relações entre classes ignoravam um imenso contingente de assalariados agrícolas” (DABAT, 2008, p. 297).

²⁹ Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19770-19-marco-1931-526722-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso: 23/06/18.

O período de 1934 a 1937 é conhecido por parte da historiografia como o Governo Constitucional (SKIDMORE, 1982; MATTOS, 2009), uma vez que em 1934 havia sido promulgada uma nova Constituição. De acordo com Mattos (2009, p. 67), essa Constituição marcou uma segunda fase da relação entre o Estado e os trabalhadores. “Foi o momento das maiores mobilizações sindicais, com crescimento do número de greves e engajamento dos trabalhadores organizados na luta pela democratização do país pela Aliança Nacional Libertadora (ANL)”³⁰. Em 1934, foi criada também uma Frente Única Sindical (FUS), no entanto, não há menção a representação dos trabalhadores rurais.

De toda forma, esse período de mais abertura e organização dos trabalhadores e intelectuais de esquerda não durou muito. No ano de 1937, eclodiu o episódio conhecido como Plano Cohen, que consistia em um documento escrito por Olímpio Mourão Filho, capitão integralista e membro do Serviço Secreto, que alegava haver uma intenção dos partidos, em especial após a Rebelião Comunista de 1935³¹, de fazer uma revolução comunista no Brasil.

O episódio serviu como oportunidade para Vargas dar um golpe de Estado e implantar o chamado Estado Novo (1937-1945). Durante esse período, foram extintos os partidos, suspenso o Habeas Corpus, o direito de fazer greve e foi criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), assim como o programa de rádio Hora do Brasil. Era um período de centralização do poder presidencial.

No cenário internacional, estava em curso a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), da qual o Brasil, mesmo não sendo alvo geograficamente, iria sofrer consequências econômicas:

Entre 1939/1945, as limitações causadas pela guerra às importações de máquinas, equipamentos e matérias-primas industriais afetaram a continuidade da industrialização da década de 30. Nos anos da guerra, o ritmo de crescimento industrial caiu para 5,4% ao ano. O crescimento da produção industrial para atender a demanda interna foi obtido através de uma utilização mais intensa do equipamento existente. Em consequência, no fim da guerra, uma grande parte da capacidade produtiva da indústria brasileira estava gasta e obsoleta (FAUSTO et al, 2007, p. 110).

Conquanto o país passasse por um período de estagnação econômica, Vargas conseguiu promover, paulatinamente, um processo de industrialização, através de investimentos em produção de motores e com a criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em 1941, e da mineradora Vale do Rio Doce em 1942. Em matéria de legislação trabalhista, o Governo Vargas promulgou a CLT em 1943.

³⁰ A ANL (1934-1937) se constituiu como uma frente da esquerda de caráter anti-imperialista e anti-integralista. Possuía uma ideologia marxista-socialista e era próxima ao PCB de Luís Carlos Prestes. Entre esses intelectuais, destacam-se Caio Prado Júnior, Gregório Bezerra, João Saldanha, entre outros. Entre suas bandeiras estava o não pagamento da dívida externa, a estatização do sistema bancário e a realização de uma reforma agrária radical.

³¹ Realizada por militares comunistas em novembro de 1935, consistiu em uma tentativa de derrubar o governo de Vargas. Seu principal líder era Luís Carlos Prestes.

Entretanto, o cerco das alianças políticas varguistas estava se fechando, provocando fissuras na presidência devido às medidas centralizadoras e ditatoriais que violavam os mandamentos da Constituição de 1934, que estabelecia a realização de novas eleições em 1938. Vargas deu um golpe e permaneceu no poder até 1945, inaugurando o período que os historiadores chamam de Estado Novo, “um estado híbrido, não dependente de apoio popular organizado na sociedade brasileira e sem qualquer base ideológica consistente” (SKIDMORE, 1982, p. 54).

É nesse cenário de bloqueio político aos comunistas e oligarcas contrários ao regime que vai tomando força a institucionalização sindical. Contudo, no tocante à questão sindical, Matos afirma que “a instalação da ditadura do Estado Novo em 1937, fez-se acompanhar de uma matriz fascista, que retomava o modelo do sindicato único” (MATOS, 2009, p. 70).

Esse modelo restringia a liberdade sindical dos trabalhadores, na medida em que estes teriam um espaço de organização espelhado ao dos patrões, conforme suas respectivas categorias. Em uma apresentação na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), o juiz do trabalho do Rio de Janeiro e presidente da Associação dos Magistrados do Trabalho da 1ª Região, Alexandre Teixeira Bastos Cunha assinala que:

O sindicato formado unicamente sobre o modelo unitário imposto coativamente não se harmoniza com os reclames de uma sociedade plural. Um sistema jurídico que imponha tal delineamento do modelo sindical contraria os preceitos internacionais que tratam de um sistema democrático de relações sindicais (CUNHA, 2004, p. 1).

Desta forma, a unicidade sindical gerou conflitos com as organizações de representação dos trabalhadores que, no começo, concordavam, em parte, com a orientação trabalhista do governo varguista.

No entanto, somente na década seguinte, em 10 de novembro de 1944, diante de pressões políticas, foi promulgado o Decreto-Lei nº 7.038 que legalizava a criação de sindicatos rurais. De acordo com artigo 2º do Decreto-Lei, é considerado trabalhador rural aquele que: “exerce profissão rural, como empregador [empreiteiro] ou como empregado, que explora estabelecimento rural ou presta-lhe serviços como dirigente, parceiro, auxiliar, empreiteiro, colono, agregado ou assalariado”. Foi sob o respaldo deste Decreto, que se tornou possível a criação de novos sindicatos.

2.2 Trabalhadores rurais na Região Açucareira de Campos

Foi neste cenário de conflitos políticos, mas também de criação de medidas voltadas aos trabalhadores, que emergiu o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Açúcar e Classes Anexas em Campos no ano de 1936. Este sindicato é considerado o primeiro sindicato rural do Brasil (O'DWYER e DABUL, 1984; RIBEIRO, 1987; GRYNZSPAN, 1987; NEVES; 1988, 1997; SOARES, 2015, FERREIRA, 2015). As primeiras reivindicações e conquistas referiam-se ao

pagamento de férias, assinaturas nos contratos de trabalho e aviso prévio (RIBEIRO, 1987, p. 231) e representava os trabalhadores na indústria e nos canaviais: “a diretoria eleita prosseguiria a atuação sindical em cima de reivindicações trazidas pelos trabalhadores que eram empregados de usina na maioria, rurais e industriários, mas também pelos empregados das fazendas que participaram da fundação da entidade” (RIBEIRO, 1987, p. 224).

Este período de organização sindical dos trabalhadores não foi bem recebido pelos usineiros e plantadores. A mobilização dos trabalhadores “não era do agrado do patronato agrícola e sofria perseguições constantes o que levava o sindicato a realizar suas reuniões e assembleias escondidas no meio dos canaviais” (SOARES, 2015, p. 45).

Outro empecilho era a questão do enquadramento dos trabalhadores rurais das lavouras enquanto industriários. Ribeiro (1987), a partir de entrevista realizada com Antônio João de Faria, um dos fundadores e membro da diretoria, explica que o fim do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Açúcar e Classes Anexas em Campos deu-se em função do enquadramento. Caso os trabalhadores das lavouras não fossem enquadrados como industriários eles não teriam respaldo da lei³².

Desta forma, foi criado um sindicato voltado somente para os assalariados rurais das fazendas:

Em 1936 houve uma assembleia importante no sindicato, na qual compareceram parlamentares que defendiam a fixação passiva da lei de férias e a jornada de 8 horas em projeto na Câmara e constituiu-se uma comissão, da qual fizeram parte a diretoria do Sindicato e mais dois trabalhadores, com o objetivo de levar ao governo as reivindicações da categoria. Essa comissão, entretanto, para os rurais, teria extrapolado suas atribuições e propiciou-se o precedente da separação da categoria [entre trabalhadores rurais e industriários, no qual os rurais seriam aqueles que exercem o trabalho nos canaviais e os industriários, os que trabalham nas fábricas das usinas] (RIBEIRO, 1987, p. 225).

O direito a férias e à jornada de trabalho de oito horas “só seria contemplada se o sindicato fosse genuinamente de ‘industriários’, segundo a ótica do governo” (RIBEIRO, 1987, p. 225), o que promovia uma divisão entre os trabalhadores rurais e os industriários. Assim, em outubro de 1937, como relatou Antônio João de Faria:

Foi convocada a assembleia para relatar aos associados os resultados da negociação estabelecida pela Comissão [da qual fizeram parte a diretoria do Sindicato e mais dois trabalhadores], junto ao Governo. Quando foi anunciada a mudança do nome da entidade e a exclusão dos rurais, houve revolta na plenária, embora nesta condição estivessem sendo excluídos do Sindicato aqueles que trabalhavam em lavoura de cana nas terras dos fornecedores para a usina e não na usina (RIBEIRO, 1987, p. 226).

³² A luta pela aplicação dos direitos de seus associados, em especial a concessão de férias e a adequação da jornada de trabalho, era vista como uma pauta exclusiva aos trabalhadores de usinas campistas que exerciam seu ofício no setor industrial e não em trabalhos agrícolas (SOARES, 2015, p. 45).

Ainda em 1937, foi fundado e reconhecido pelo Ministério do Trabalho o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Açúcar (STIAC) que atendia às reivindicações dos trabalhadores industriários. Pouco depois, em 1938, foi criado o Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas e Pecuários de Campos (NEVES, 1989, 1997; SOARES, 2015). No entanto, ainda não possuía base legal, só vindo a obter após o Decreto-Lei nº 7.038 de 1944.

Os únicos incluídos no Decreto-Lei de 1944 foram os trabalhadores considerados industriários, ou seja, os que trabalhavam no setor industrial das usinas. Isso acabou dificultando ainda mais o reconhecimento, a organização e a reivindicação por direitos trabalhistas dos canavieiros. De acordo com Ribeiro, aqueles que eram industriários:

Tinham ainda direito à estabilidade e podiam ser incluídos no Instituto de Pensão e Aposentadoria, o que não existia, definitivamente, para os "rurícolas", só para os assalariados do setor industrial. Uma parte dos canavieiros, mas muito especial para o sindicato, ficou assim, protegida pela CLT (RIBEIRO, 1987, p. 231).

Segundo Neves:

A presença dos trabalhadores rurais nesse novo espaço da arena política dificultava a atuação do sindicato, porque as pressões e os limites impostos para o reconhecimento e obtenção de benefícios por esta categoria levavam a que as reivindicações dos trabalhadores da indústria se tornassem de difícil solução nesse contexto político (hegemonia da oligarquia rural) (NEVES, 1989, p. 50).

A partir da entrevista com Faria, Ribeiro aponta quem era a base do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas e Pecuário de Campos:

Se filiaram trabalhadores que moravam nas fazendas de cana e os empregados em usinas, na parte da lavoura. As reuniões eram aos domingos, mas, aos poucos, os trabalhadores foram se afastando. Em 1940 a participação *era insólita*, e conta Faria que na entidade não havia dinheiro nem para passar telegrama para as autoridades, encaminhando as reivindicações da categoria. Essa situação teria durado até 1941, pelo fato do Sindicato não encontrar meios de agir juridicamente na defesa dos trabalhadores e não apresentar soluções reais (RIBEIRO, 1987, p. 228).

No que tange ao termo utilizado por Faria sobre a participação *insólita* dos trabalhadores, a pesquisa de Ribeiro nos apresenta uma pista importante para pensar as disputas pela base dos trabalhadores entre o Sindicato dos Empregados Rurais e o STIAC. Segundo a pesquisadora:

Destaque-se que ao longo do relato de Farias aparecem indícios claros do fato de que esse sindicato organizava sua identidade junto ao pessoal assalariado que se encontrava na maioria na condição de vinculado às usinas, enquanto o pessoal das fazendas subsistia em regimes de trabalho por demais personalizados. Desta forma, tornou-se possível perceber que a "participação insólita" refere-se à concepção de trabalho sindical para o pessoal de

usina que nestes termos se fazia ausente desta entidade e não da outra [STIAC], em função dos direitos que se poderia obter (RIBEIRO, 1987, p. 228).

O Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas e Pecuários de Campos foi fundado pelo trabalhador rural de fazenda Antônio João de Faria. Para tanto, contou com o auxílio do advogado Valdir Rocha e do inspetor do Ministério do Trabalho Daniel de Araújo Góes (FERREIRA, 2015, p. 35). A partir das memórias de Faria, escritas por Avelino Ferreira³³, é possível ter acesso aos primeiros passos da criação do sindicato. De acordo com Faria, ele:

Orientava os trabalhadores da lavoura e colhia as assinaturas, juntamente com as carteiras de trabalho. [...] recolheu 516 carteiras e entregou-as ao inspetor do Ministério, tendo marcado uma assembleia para a criação do sindicato, que seria realizado no dia 23 de outubro de 1938. [...] foram organizados os estatutos e o livro de matrícula (filiação) e aguardaram o dia 23. À assembleia compareceram 800 rurais. [...] Além dos 516, entregaram suas carteiras mais de 112 trabalhadores. (...) foi lido o estatuto e seus itens aprovados por unanimidade (FERREIRA, 2015, p. 37).

Em relação ao fato de Faria falar em carteira de trabalho, deve ser ressaltado que esse instrumento era pouco usual na época, conforme Ribeiro aponta:

Com relação a este número curiosamente grande de carteiras profissionais que aparecem no relato, algumas hipóteses podem ser levantadas. Ou trata-se de erro de memória, ou essas carteiras poderiam ser algo semelhante às cadernetas de colonos, comuns no interior de São Paulo na época, onde se anotavam as prestações de conta entre os colonos e os fazendeiros (RIBEIRO, 1987, p. 227)³⁴.

O sindicato enfrentava obstáculo para o seu funcionamento relacionado ao fato de que muitas de suas ações encaminhadas à Justiça do Trabalho eram vetadas em função da ilegalidade do sindicato (SOARES, 2015). No entanto, mesmo com estes contratemplos, os dirigentes buscavam legitimar a luta sindical ao construir e disseminar a narrativa de que os trabalhadores urbanos, industriários e da lavoura enfrentavam problemas semelhantes o que possibilitava a construção de identidade de classe entre as categorias (NEVES, 1988).

Ainda sem reconhecimento, os dirigentes desse sindicato se colocavam em defesa dos direitos dos trabalhadores rurais, negando a diferenciação entre rurais e urbanos que os marginalizava. Diante dessa situação, posicionavam-se como mediadores nas contendas, tentando alcançar consensos e acordos entre trabalhadores e empregadores (NEVES, 1988, p. 272).

Em 1941, foi criada uma comissão interministerial para estudos da aplicação da organização sindical, formada por representantes do Ministério da Agricultura, Ministério da Justiça e Ministério

³³ Faria contribuiu diretamente na produção do livro, desta forma é importante destacar um possível caráter de não-neutralidade dos fatos. Outro ponto é a dificuldade enfrentada em entender a totalidade da direção do STRC nesta época visto que todas as pesquisas se focam na atuação de Faria.

³⁴ O mesmo dado aparece na entrevista concedida por Faria a Ribeiro (1987).

do Trabalho, Indústria e Comércio, além de líderes de sociedades patronais rurais (SOARES, 2015, p. 71). De acordo com Ribeiro (1987), no mesmo ano foi criada comissão para solicitar ao presidente a criação uma Junta de Conciliação e Julgamento no município de Campos, ato que demonstrou o pioneirismo local na luta dos trabalhadores:

[...] vários sindicatos trabalhistas de Campos, entre eles o rural, se reuniram e tiraram uma Comissão para ir ao Presidente da República e pedir a criação da Junta de Conciliação e Julgamento de Campos. O então presidente do STR fez parte da Comissão e esteve pessoalmente com Getúlio que assumiu o compromisso de criar a Junta, o que fez dois anos mais tarde (RIBEIRO, 1987, p. 229).

A Junta de Conciliação e Julgamento (JCJ) foi criada em 1º de maio de 1943, mesmo dia e ano da promulgação da CLT. Neste período, a ação sindical cresceu mais ainda e aumentou a participação dos associados (RIBEIRO, 1987, p. 230-231).

De acordo com a CLT³⁵:

Art. 7º Os preceitos constantes da presente Consolidação salvo quando for em cada caso, expressamente determinado em contrário, *não se aplicam*:

....

b) aos trabalhadores rurais, assim considerados aqueles que, exercendo funções diretamente ligadas à agricultura e à pecuária, não sejam empregados em atividades que, pelos métodos de execução dos respectivos trabalhos ou pela finalidade de suas operações, se classifiquem como industriais ou comerciais. (grifos meus)

Já o título V, artigo 515, dessa mesma lei, para o reconhecimento de sindicatos estabelece que:

Art. 515 - As associações profissionais deverão satisfazer os seguintes requisitos para serem reconhecidas como Sindicatos: a) reunião de 1/3 (um terço), no mínimo, de empresas legalmente constituídas, sob a forma individual ou de sociedade, se tratar de associação de empregadores; ou de 1/3 (um terço) dos que integrem a mesma categoria ou exerçam a mesma profissão liberal, se tratar de associação de empregados ou de trabalhadores ou agentes autônomos ou de profissão liberal; Parágrafo único - O Ministro do Trabalho poderá, excepcionalmente, reconhecer como Sindicato a associação cujo número de associados seja inferior ao terço a que se refere à alínea A.

Contudo, em 1944 foi promulgada a Lei nº 7.038, que dispunha sobre a sindicalização rural³⁶. De acordo com O'Dwyer e Dabul (1984), o Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas e Pecuários foi oficialmente reconhecido. Já Soares afirma que é em 1946 que o sindicato foi

³⁵ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De15452.htm Acesso em: 19/08/16

³⁶ De acordo com Grynszpan: “havia no Brasil, até então, somente cinco sindicatos rurais reconhecidos: um no estado do Rio de Janeiro, o Sindicato dos Empregados Rurais de Campos; dois na Bahia, o Sindicato dos Empregados Rurais de Belmonte, criado em 1951 e reconhecido em 1955, e o Sindicato dos Empregados Rurais de Ilhéus e Itabuna, criado em 1952 e reconhecido em 1957; um em Santa Catarina, o Sindicato dos Empregados Rurais de Tubarão, criado em 1951 e reconhecido em 1952; e, finalmente, um em Pernambuco, o Sindicato dos Empregados Rurais de Barreiros, Rio Formoso e Sirinhaém, criado em 1954 e reconhecido em 1956” (GRYNSZPAN, 1987, p. 112).

reconhecido como o Sindicato dos Empregados Rurais (SOARES, 2015, p. 61). Desta Lei, destacamos o artigo 3º, que estabelece as prerrogativas dos sindicatos:

- a) representar perante as autoridades administrativas e judiciais os interesses gerais das categorias ou profissões para que foram constituídos, ou os interesses individuais dos associados relativos à atividade ou profissão exercida;
- b) celebrar contratos coletivos de trabalho;
- c) eleger os representantes das categorias ou profissões que representar na base territorial;
- d) colaborar com o Estado, como órgãos técnicos e consultivos, no estudo e solução dos problemas que se relacionem com as categorias ou profissões representadas;
- e) impor contribuições a todos aqueles que participem das categorias ou profissões rurais representadas;
- f) promover a coordenação de seus associados para a realização do seguro grupal de acidentes do trabalho.

No entanto, um dos artigos do Decreto-Lei de 44 dava margem à disputa por base com o STIAC. Segundo o artigo 3º do Decreto-Lei: “estabelecida a diferenciação de atividade dos empregadores, poderão seus empregados congregar-se em entidade profissional de categoria específica paralela” (Decreto-Lei nº 7.038, de 10 de novembro de 1944).

Tal artigo, então, permitia que os trabalhadores rurais que prestavam serviço nas fazendas das usinas pudessem ser enquadrados como industriários. Desta forma, tinham o direito de se filiarem ao STIAC, desde que o usineiro o reconhecesse de fato como trabalhador industrial.

Diante destas questões, é preciso destacar que o processo de formação de representação e luta dos trabalhadores rurais estava diretamente conectado às mudanças das relações de trabalho, como demonstrado no primeiro capítulo desta dissertação. Um dos pontos que envolve esse processo diz respeito ao fato da base do Sindicato dos Empregados Rurais de Campos ser, naquele momento, também composta por antigos colonos e moradores.

Com o fim do colonato, há um aumento no processo de proletarização rural, o que se tornaria do interesse do Sindicato dos Empregados Rurais de Campos por conta da filiação destes trabalhadores. Com o contexto de transição das relações de produção e trabalho, uma das maneiras de mobilizar os trabalhadores da lavoura canavieira foi através da organização sindical (O'DWYER e DABUL, 1984; SOARES, 2015).

Como vimos, tais mudanças implicaram em uma disputa pelo enquadramento sindical. O enquadramento sindical foi estipulado na CLT para ordenar as diferentes categorias profissionais em seus respectivos sindicatos. No entanto, a disputa na Região Açucareira de Campos foi intensa devido à separação, em 1937, entre os sindicatos que representariam os trabalhadores rurais das fazendas (aqueles que prestassem serviço na parte da lavoura) e os trabalhadores rurais das usinas (enquadrados pelo MTIC como industriários). Esse conflito permeou a região por conta do imposto sindical. O imposto era obrigatório aos filiados para manter as estruturas da sede sindical.

Ribeiro (1987), contudo, aponta que, mesmo no período da expulsão dos colonos do interior das fazendas, o sindicato privilegiou a luta por questões trabalhistas:

Embora esse período [entre 40 e 50] representasse o momento da destruição da "morada", não existe nenhum indício de uma ação voltada para a "recuperação da morada", no conjunto das reivindicações sempre presentes na condução da entidade. *O sindicato se estrutura, claramente, em cima da luta trabalhista: férias, melhores salários, aposentadoria, etc.* Enquanto a "recuperação da morada" e, por exemplo, um tipo de luta desenvolvida pelos trabalhadores rurais em São Paulo, no mesmo período e assim como em Pernambuco, o processo de degradação da morada corresponde a luta pela "lei do sítio" (RIBEIRO, 1987, p. 232, grifos meus).

Simões e Marinho (2015), ao analisar o processo de extinção do regime de colonato da região, também fornecem pistas de lutas que eram encaminhadas pelo sindicato:

Casos arquivados documentando situações de falecimento de colonos em que sua família reivindicava a manutenção ou indenização da benfeitoria indicavam alguns dos dissídios envolvendo o processo de expropriação. A intermediação de situações de conflito relativas à permanência na terra de famílias de colonos era feita pelos dirigentes sindicais ou diretamente através do IAA, mesmo antes da promulgação do Estatuto da Lavoura Canavieira. As primeiras iniciativas para constituir um mediador recaíam sobre o presidente do sindicato, que visitava ele próprio a lavoura e apresentava uma proposta. Caso não se chegasse a bom termo, o processo era encaminhado ao IAA (SIMÕES e MARINHO, 2015, p. 351).

Vale relembrar que, em 1945, Getúlio foi deposto e o país passava por um momento de arrocho salarial. É neste cenário que o general Eurico Gaspar Dutra foi eleito presidente (1945-1951) pelo Partido Social Democrático (PSD). Entre suas medidas políticas, estiveram a proibição de funcionamento do PCB, que dirigia o STIAC e a cassação dos mandatos dos parlamentares desse partido. Segundo Skidmore:

O Partido Comunista estava facilmente encontrando terreno fértil para suas atividades. Os preços subiram rapidamente e os comunistas se infiltravam com sucesso na liderança de muitos sindicatos. Conseguindo uma importante votação nas eleições de 1945, o partido parecia ter assegurado uma base de massas. [...] Defrontando com essa crescente força, o governo de Dutra decidiu usar a repressão. Fora incluído na Constituição de 1946 um dispositivo legal mediante o qual os partidos "antidemocráticos" poderiam ser impedidos de participação aberta na política. A cláusula foi invocada pelos procuradores do governo e o PCB foi declarado fora da lei, por decisão judicial em 1947 (SKIDMORE, 1982, p. 93).

Além disso, concomitante à solidificação dos projetos de industrialização e urbanização para o país, eclodiram em São Paulo diversas greves de trabalhadores agrícolas, em sua maioria, colonos que trabalhavam em especial nos cafezais paulistas e lutavam por direitos trabalhistas, entre eles aumento salarial, repouso remunerado, pagamento de férias, entre outras demandas (MEDEIROS, 1989, p. 19-23).

Na Região Açucareira de Campos, eclodiu uma greve em 1946 realizada pelos empregados rurais da Usina São José, dirigidos pelo PCB. Esta greve teve êxito porque conseguiu fazer com que

os usineiros pagassem os trabalhadores com repasse do IAA. No ano seguinte, em 1947, o Sindicato dos Empregados Rurais sofreu intervenção, que se estendeu até 1955, ano em que o Ministério do Trabalho nomeou para a presidência do sindicato Paulo Francisco Fernandes, que ficou responsável por organizar novas eleições. Ribeiro nos traz uma informação importante sobre o motivo desta intervenção no sindicato:

[...] essa intervenção em meio ao clima de abertura democrática no País, pode ter sido consequência da influência getulista, particularmente pelo apoio explícito a organização de alguns sindicatos na região. Essa intervenção representava a reação da oposição, especialmente dos proprietários rurais. Pelo que pude depreender do relato de Faria, não só a luta sindical se afinava com o esquema do "protecionismo" estatal, como os assessores e colaboradores eram todos getulistas. E no âmbito da Comissão Sindical era possível verificar a presença dos comunistas (RIBEIRO, 1987, p. 238).

Novas eleições foram convocadas para 1957 e Faria retornou ao cargo de presidente, seu mandato terminou em outubro de 1962 e novas eleições foram realizadas. Dessa vez, Amaro Jorge da Silva, do mesmo grupo político de Faria, foi eleito presidente. Em 1964, o Sindicato dos Empregados Rurais passou a ser reconhecido como Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos, nomenclatura que recebe até hoje. De acordo com Ferreira (2015, p. 68), uma das ações de Faria foi promover um curso de orientação para a formação de novos dirigentes. O curso era dado pelos Círculos Operários, ligados ao Padre Carvalho, da ala anticomunista na Igreja Católica.

2.3 De 1950 até 1964: industrialização e luta dos trabalhadores rurais

No cenário político nacional, Vargas retorna ao poder em 1951, agora pelo Partido Social Progressista (PSP), construindo a imagem de político de caráter populista e próximo das massas de trabalhadores. Alegava, em seus discursos, a necessidade de um Brasil mais nacionalista e que privilegiasse o trabalhismo, restaurando no imaginário popular a figura do “pai dos pobres”, constituída à época da CLT:

Como líder do PTB, Vargas enunciava a sua filosofia política do trabalhismo – uma mistura de medidas de bem-estar social, atividade política da classe operária e nacionalismo econômico. Era uma versão atualizada (agora, num contexto democrático, ao invés de autocrático), da filosofia social que havia sido expressa em termos de corporativismo do Estado Novo (SKIDMORE, 1982, p. 103).

Vargas investiu em políticas setoriais para o desenvolvimento industrial visando o crescimento econômico nacional. Entre as medidas, destaca-se a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), em 1952, da Petrobras, em 1953, e da Eletrobrás, em 1954, assim como uma política de aumento do salário mínimo.

Apesar de contar com uma base política fortalecida, o Brasil passava por um processo inflacionário e Vargas sofria forte pressão da União Democrática Nacional (UDN) e das Forças

Armadas para renunciar ao cargo. Suicidou-se em 1954. Seu vice, Café Filho, do PSP, passou a governar o país até as eleições de outubro em 1955, no entanto, adoeceu e ausentou-se do cargo que foi ocupado pelo presidente da Câmara dos Deputados, Carlos Luz, próximo à UDN. Sob pressão dos militares articulados no Movimento 11 de Novembro³⁷, Carlos Luz permaneceu na presidência por 4 dias e foi substituído pelo marechal Henrique Lott até as eleições de 55 (FAUSTO, 1995).

Em outubro de 1955, Juscelino Kubitschek (JK), pelo PSD, ganhou as eleições tendo João Goulart (Jango) do PTB como vice. Assumindo de 1956 até 1961, JK possuía políticas desenvolvimentistas para o país sob o lema de “cinquenta anos de progresso em cinco de governo” Com JK, o crescimento econômico teve como fundamento os investimentos estrangeiros no país, além de aumento da capacidade nacional de produção de aço e ferro e, principalmente, aumento crescente de uso de mão de obra. De acordo com Skidmore:

A base para o progresso foi uma extraordinária expansão da produção industrial. Entre 1955 e 1961, a produção industrial cresceu 80% (em preços constantes), com as porcentagens mais altas registradas pelas indústrias de (100%), indústrias mecânicas (125%), indústrias elétricas e de comunicações (380%) e indústrias de equipamentos de transportes (600%). De 1957 a 1961, a taxa de crescimento real foi de 7% ao ano e, aproximadamente, 4% per capita (SKIDMORE, 1982, p. 204).

Ainda como parte do cenário desenvolvimentista, Celso Furtado e JK criaram a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), em 1959, com a finalidade de tornar a região mais competitiva para o mercado nacional e internacional, assim como combater a seca que assolava a região. No entanto, em cenário nacional, o setor agrário não se desenvolveu social e economicamente. De acordo com o estudo de Jaqueline Haffner (2002) sobre a Cepal, era necessário um fortalecimento da política agrária que acompanhasse o desenvolvimento industrial de um modo que fosse difundido no meio rural técnicas de produção mais modernas e competitivas para a promoção do país em um cenário internacional.

É nesse contexto que Mario Grynszpan (1987) aborda o processo de ocupações de terras que vinha ocorrendo no estado do Rio de Janeiro. As ocupações de terras foram sendo realizadas em função do aumento da atuação dos grileiros (aqueles que, com base de documentos ilegais da propriedade, tomam posse de terras devolutas). Muitos destes grileiros, faziam ameaças e expulsão dos moradores com a ajuda de jagunços e pistoleiros (GRYNSZPAN, 1987). As atuações para a expulsão compulsória eram basicamente sempre as mesmas. Destruição de casas, invasão do gado nas plantações de subsistência e perda da parte da roça para plantio próprio (O'DWYER e DABUL, 1984; GRYNSZPAN, 1987).

³⁷ De acordo com Ângela de Castro Gomes, o Movimento 11 de Novembro foi “um movimento militar, liderado pelo general Henrique Teixeira Lott, destitui Carlos Luz, que é substituído por Nereu Ramos, vice-presidente do Senado. O objetivo da ação era neutralizar uma conspiração, tramada para impedir a posse de Juscelino Kubitschek, eleito presidente. No dia 25, Nereu Ramos decreta o estado de sítio, que vigora até a posse de JK” (GOMES, 2007, p. 57).

Um dos casos emblemáticos de resistência contra os despejos de posseiros ocorreu na Baixada Fluminense, na região de Pedra Lisa, em Nova Iguaçu, sob a liderança do lavrador comunista Bráulio Rodrigues. A região passou a sofrer com o aumento de pessoas em busca por terras e trabalho (GRYNSZPAN, 1987; MEDEIROS, 2018). A ocupação obteve sucesso e contou com apoio de outros movimentos rurais e urbanos, o que deu visibilidade a ação e espelhou outras, como falaremos mais adiante.

Houve um aumento de diálogo com as organizações sindicais urbanas.

No campo sindical, a aproximação de comunistas e trabalhistas de esquerda para conquista das direções de sindicatos e órgãos de cúpula da estrutura oficial, bem como o clima de relativa liberdade democrática que marcaria o governo JK, abriram espaço para a fase de mais ampla mobilização sindical já conhecida até então (MATTOS, 2009, p. 89).

Mesmo com seu plano de metas posto em ação, JK enfrentou períodos inflacionários, que deram origem a fissuras internas do governo e à pressão popular. Novas eleições foram feitas em 1960. Em 1961, Jânio Quadros tornou-se presidente, tendo governado de janeiro até agosto do mesmo ano, quando renunciou ao cargo. Jânio também teve como vice João Goulart que assumiu até sofrer o golpe em 1964.

Com João Goulart assumindo a presidência em 1961 até 1964, foram formuladas uma série de pautas de desenvolvimento para o Brasil baseadas nas chamadas reformas de base, que incluíam os setores: educacional, que visava combater o analfabetismo a partir do método de educação popular, baseada em Paulo Freire; a reforma eleitoral que estenderia os votos aos militares de baixa patente e analfabetos; a reforma urbana, que pretendia melhorias para as cidades em expansão e melhorias nas habitações; a reforma bancária, que facilitaria aos produtores o acesso aos financiamentos, visando um aumento na produtividade; a reforma fiscal, que propunha a limitação da remessa de lucros para o exterior, aumentando a arrecadação do Estado; e, por fim, a reforma agrária, que visava democratizar a propriedade da terra e que também estenderia os direitos trabalhistas para o campo.

Tratava-se de um plano de medidas populares que, de um lado, enfurecia os partidos conservadores e os proprietários rurais e, do outro, servia como pano de fundo para disputas entre as esquerdas:

Jango enfrentava desafios dentro das esquerdas, que tinham seu próprio projeto de poder, tangenciando e até competindo com o dele. Leonel Brizola, Miguel Arraes, o PTB, o Partido Comunista, o movimento sindical e o movimento estudantil pressionavam Jango em várias direções, tendo em vista aquilo que melhor servia aos interesses de cada grupo (FERREIRA e CASTRO GOMES, 2014, p. 10).

Mesmo com um governo mais progressista e com os trabalhadores se organizando e lutando no campo jurídico, com ocupações de terras e greves, como veremos a seguir, as disputas de

projetos políticos da esquerda e da direita não acentuaram a criação de legislações que estendessem os direitos trabalhistas para todos os trabalhadores rurais. O Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) foi sancionado em um período de ações grevistas (MEDEIROS, 1995, p. 122).

O ETR foi sancionado pela Lei nº 4.214, em fevereiro de 1963, e promoveu extensão de direitos garantidos na CLT aos trabalhadores rurais. No entanto:

O Estatuto do Trabalhador Rural não chegou a romper com o laço umbilical que o ligava a Consolidação das Leis de Trabalho, desse ângulo não chegou a preservar a especificidade das relações de trabalho rural em face das relações de trabalho na indústria e comércio. Aparentemente, representava a extensão da legislação social trabalhista para o campo e a concretização da proteção legal a ser dada ao trabalhador rural (BOTTA FERRANTE, 1973, p. 194).

O ETR tornou obrigatória a carteira de trabalho a todo trabalhador rural maior de 14 anos, independente do sexo; determinou a jornada de trabalho em oito horas; estabeleceu o direito ao aviso prévio, à estabilidade e à indenização em caso de término de trabalho. Outro ganho importante é que nenhum trabalhador poderia ser remunerado com base inferior ao salário mínimo regional e os trabalhadores menores de 16 anos receberiam a metade do salário atribuído ao adulto. O Estatuto também garantiu o direito ao repouso semanal e às férias remuneradas, assim como a não rescisão de contrato em caso de gravidez (com afastamento remunerado de seis semanas antes do parto e seis dias depois, podendo se estender para mais duas semanas, mediante atestado médico) e a duas semanas de repouso em caso de aborto. Contudo, não se pode garantir que sua extensão se deu em todas as esferas no que tange as relações e condições de trabalho no Brasil.

Neste período, ocorreu maciça expropriação dos colonos do interior das fazendas. Um caso emblemático, na Região Açucareira de Campos, foi a ocupação do Imbé, realizada no ano de 1963, liderada pelo lavrador comunista José Pureza (NEVES, 2004; SIGAUD *et al*, 2008). Eles ocuparam uma área devoluta³⁸, e as terras do Imbé foram desapropriadas em junho de 1963 pela Superintendência da Política Agrária (SUPRA), tendo servido como exemplo de vitória para outras ocupações que se sucederam no Estado, como em Paracambi, Duque de Caxias e Magé na mesma década (GRZNSZPAN, 1987; NEVES, 2004). Esta ocupação também teve grande apoio popular. Entre eles dos metalúrgicos de Campos, de trabalhadores rurais de outras regiões e, em grande medida, contou com o recrutamento de trabalhadores recém expropriados. Contudo, não houve adesão do Sindicato dos Empregados Rurais de Campos, apesar de que participaram os trabalhadores assalariados da cana desempregados sob a coordenação da Falerj (O'DWYER e DABUL, 1984, p. 5).

³⁸ Nomenclatura que permite argumentar pela legitimidade da posse e pela reivindicação da aplicação do programa de reforma agrária.

Esses conflitos davam-se por diferentes motivações. No entanto, Medeiros demonstra que havia algo em comum a todas elas:

A resistência dos trabalhadores rurais, fossem posseiros, arrendatários, foreiros ou moradores, em deixar a terra em que trabalhavam e da qual estavam sendo expulsos. Essas lutas ocorreram em diferentes pontos do país: Paraná, Goiás, São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco, Paraíba, Maranhão. Alguns deles conseguiram romper seu isolamento e ganharam repercussão nacional, dando substância à demanda por reforma agrária, que até então fora postulada principalmente pelo PCB. Essa bandeira passou assim a ganhar sentido no interior das lutas esparsas, articulando-as numa reivindicação que ultrapassava a localidade e especificidade de cada um dos conflitos (MEDEIROS, 1989, p. 34).

Medeiros ainda destaca o papel do PCB em organizar e liderar estas ocupações:

A resistência da terra se somava e se articulava a outras formas de luta, definidas em cada local, conforme a configuração de forças presentes e as possibilidades de ação: recurso à justiça (para tanto, era fundamental o apoio dos advogados, muitas vezes ligados ao PCB, impetrando pedidos de habeas corpus, sustação de despejos, ação de usucapião); manifestações públicas em frente à sede do governo estadual, noticiadas pela imprensa da época e descritas nas memórias de alguns militantes (PUREZA, 1982; SILVA, 2008); apelo às autoridades e denúncias nos jornais, muitos dos quais abriam suas páginas para “os camponeses”. A repressão, nesse momento inicial, já era grande, especialmente após a cassação do registro do PCB em 1947 (MEDEIROS, 2018, p. 61).

Três lideranças, Bráulio Rodrigues, em Nova Iguaçu, Manoel Ferreira, em Magé e José Pureza, em Duque de Caxias e em Campos, uniram-se e criaram, no ano de 1963, a Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (Falerj), com o objetivo de organizar lavradores e posseiros (GRYNSZPAN, 1987). Vale ressaltar que a Falerj passou a disputar base com outros movimentos, como as Ligas Camponesas, mesmo com pouca atuação no estado, e a antiga Flerj (Federação dos Lavradores do Estado do Rio de Janeiro).

Todas essas representações de trabalhadores rurais passaram a orbitar nacionalmente sob a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), fundada 20 de dezembro de 1963 e reconhecida pelo Decreto-Lei nº 53.517, de 31 de janeiro de 1964.

Há de se ressaltar que passaram desde então a existir três instâncias da estrutura sindical de trabalhadores rurais no Brasil. A instância máxima é a Contag, seguida por Federações dos Trabalhadores em nível estadual e, por fim, as instâncias que acompanham no cotidiano dos trabalhadores são os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, de base municipal. Criada a Contag, por meio de disputas políticas, os cargos de dirigentes foram alocados. Quatro cargos foram destinados ao PCB, três à Ação Popular (AP) e dois para “grupos cristãos” vinculados às federações católicas (RICCI, 1999, p. 53). O PCB ficou com dois cargos: presidente (Lindolfo Silva) e tesoureiro (Nestor Veras) e a Ação Popular com o cargo de secretário (Sebastião Lourenço e Lima) (MEDEIROS, 1989, p. 78).

Tal composição foi fruto de duras negociações e da exclusão de outras organizações. Em outubro de 1963, as federações cristãs de Sergipe, Rio Grande do Norte e Pernambuco haviam fundado a Contag, em um encontro em Recife, iniciativa essa vetada em seguida pelo CONSIR [Conselho Nacional de Sindicalização Rural]. Por ocasião destas negociações, sindicalistas vinculados ao PCB e AP selam um acordo com o objetivo de isolar as lideranças dos círculos operários. Militantes do MEB se abstiveram da possibilidade de compor a chapa por recusar esta política de exclusão. [...] O fato é que a AP desmontou a tentativa de se articular uma diretoria exclusivamente composta por lideranças cristãs, como sugeriam setores conservadores da Igreja (RICCI, 1999, p. 53).

A Contag assumiu alguns compromissos básicos: a luta pelo reforço e ampliação dos sindicatos, a unidade do movimento e a encampação das resoluções do Congresso de Belo Horizonte³⁹, ocorrido em novembro de 1961, e organizado pela União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultab), controlada pelo PCB.

Dessa forma, para entender a composição e ação “contaguiana” é importante levar em consideração a orientação de duas forças políticas na luta pelo sindicalismo rural: o PCB e a Igreja Católica.

2.4 A ação sindical da Igreja Católica

Nos anos 1950, a Igreja passou a colocar os problemas do homem do campo na pauta de suas ações⁴⁰. No entanto, foi na década de 1960 que a questão da sindicalização do trabalhador rural ganhou maior expressividade na agenda política e social da Igreja (MEDEIROS, 1989; STEIN, 2008).

Em 1961 o SAR (Serviço de Assistência Rural do Rio Grande do Norte) criou um setor de sindicalização rural que passou a mobilizar e treinar líderes sindicais e dar orientações sobre a formação de sindicatos. Embora não houvesse regulamentação legal para tanto, a Igreja também se juntou às forças que passaram a pressionar o Estado para obtê-la (MEDEIROS, 1989, p. 75).

Em 1962, após lutas e negociações entre o Governo João Goulart e as instâncias e representantes de trabalhadores rurais, ocorreu a regulamentação do sindicalismo rural (Portaria nº 209-A/25 e 355-A do Ministério do Trabalho)⁴¹. Iniciou-se uma corrida pela formação de sindicatos

³⁹ MEDEIROS (1989, p. 58) enfatiza que esse congresso foi um marco: “Do ponto de vista da reforma agrária, tema central do encontro, a Declaração emanada do evento enfatizava a necessidade de uma ruptura imediata e liquidação do “monopólio da terra exercido pelas forças retrógradas do latifúndio e o consequente estabelecimento do livre e fácil acesso à terra dos que a queriam trabalhar”. Ao mesmo tempo, o Congresso se definiu pela luta em torno de medidas imediatas, tais como respeito ao direito de organização dos camponeses em associações, direito de sindicalização dos trabalhadores assalariados e semi assalariados, aplicação da legislação trabalhista já existente pertinente aos trabalhadores rurais, ajuda efetiva e imediata às formas de economia camponesa existentes”.

⁴⁰ “O crescimento das organizações de trabalhadores correspondeu também a um período em que a Igreja se tornava mais sensível para os problemas sociais, ao mesmo tempo em que se preocupava com o avanço das forças de esquerda, o ‘perigo comunista’, no campo” (MEDEIROS, 1989, p. 75).

⁴¹ De acordo com Ricci tal regulamentação ocorreu porque João Goulart “tenta, com a regulamentação dos STRs, ampliar sua base de sustentação política e conter os movimentos sociais rurais mais radicais em projeção, como as Ligas Camponesas. Pretendia forjar um novo agrupamento político sindical, esvaziando, de um lado, outro, o poder privado

de trabalhadores rurais. Duas entidades passaram a disputar a organização desse segmento e a criação e reconhecimento dos novos sindicatos pelo Ministério do Trabalho: o PCB e a Igreja Católica.

Em muitas áreas já existiam associações ou então sindicatos que funcionavam sem reconhecimento. Tratava-se de legalizar sua situação. Em outras, o sindicato era criado independentemente da existência de organizações anteriores ou da mobilização dos trabalhadores. Como o controle sobre um grande número de entidades também garantiria o controle sobre a federação a ser criada a nível estadual e como esse mecanismo se repetiria para a direção da confederação, em âmbito nacional, é fácil perceber o interesse das forças políticas em terem em suas mãos o maior número possível de sindicatos (MEDEIROS, 1989, p. 77).

No emaranhado dessas forças políticas, há um espectro de posições formadas no interior das diversas entidades da Igreja. Entre elas, as que se desenvolveram a partir do crescimento da Ação Católica, a Juventude Estudantil Católica (JEC) e a Juventude Universitária Católica (JUC). Algumas delas deram origem à Ação Popular (AP), de caráter mais progressista em relação às causas dos trabalhadores rurais. Um outro grupo dentro da instituição era o Movimento Circulista, de cunho mais conservador. A AP ganhou força em Minas Gerais e em alguns estados do Nordeste e o Movimento Circulista tinha maior presença no Centro-Sul, como no Rio de Janeiro, São Paulo, as frentes agrárias no Paraná, Santa Catarina e em especial no Rio Grande do Sul, que estimulavam a sindicalização para se contrapor ao Movimento dos Agricultores Sem Terra do Rio Grande do Sul (Master), criado com apoio do Partido dos Trabalhista Brasileiro (PTB), ao qual pertencia Leonel Brizola, então governador do estado.

De acordo com Medeiros, nestas linhas de atuação da Igreja, havia a influência da Confederação Nacional dos Bispos Brasileiros (CNBB), que pregava “a criação de um sindicalismo cristão, afastado das lutas de classe, mas defensor dos direitos dos trabalhadores e de uma reforma agrária, baseada na propriedade familiar, tendo como objetivo central o combate ao comunismo” (MEDEIROS, 1989, p. 76).

Criada em 1962, pelo desdobramento das juventudes estudantis e universitárias (JEC e JUC), a Ação Popular (AP) possuía um caráter político mais radical e progressista “quanto à orientação da hierarquia da Igreja, o que lhes permitiu um engajamento nas lutas que se verificavam muitas vezes com orientação distinta, colocando-se ao lado dos que defendiam transformações radicais na estrutura social” (MEDEIROS, 1989, p. 76).

do latifúndio, base da dominação política regional que admoestar o governo federal. A superação do latifúndio era considerada pela corrente nacional-desenvolvimentista – projeto articulador do governo populista- um pré-requisito para a industrialização do País. Era também um mecanismo do poder público se contrapor ao poder privado do latifúndio” (RICCI, 1999, p. 52).

Entrando em conflito com a hierarquia da Igreja, setores da Ação Católica criaram uma organização propriamente política, a Ação Popular, que já nasceu em âmbito quase que nacional. A prioridade que essa organização definiu para sua ação dizia respeito à organização de operários e camponeses, baseada nas “exigências concretas das massas”. E com essa perspectiva que ela se voltou para o trabalho de sindicalização rural, tendo por horizonte a construção de uma nova sociedade, de perfil socialista. Dentro dessa visão entrou na disputa da representação dos trabalhadores rurais, não só com setores considerados conservadores da Igreja (os vinculados à hierarquia católica), mas também com o PCB (MEDEIROS, 1989, p. 76).

AP desvinculou-se da Igreja em 1964, assim como a JEC e JUC que, em 1966, desvincularam-se da hierarquia católica e acabaram dissolvendo-se em função das represálias da ditadura. Os Círculos Operários continuaram atuando e, em 1964, José Rotta se tornou presidente da Contag, permanecendo no cargo até 1968 (IOKOI, 1996; STEIN, 2008).

2.5 O PCB e os trabalhadores rurais: a organização de greves

A Região Açucareira de Campos, neste período, possuía 16 usinas sendo estas: Barcelos, Cambaíba, Cupim, Mineiros, Novo Horizonte, Outeiro, Paraíso, Poço Gordo, Queimado, Quissamã, Santa Cruz, Santo Amaro, Santo Antônio, São João, São José e Sapucaia. Como demonstrado a seguir, muitas dos trabalhadores rurais de algumas usinas deflagraram greves sob o comando do PCB.

O Partido Comunista do Brasil foi criado em 1922 e, já nos anos 1930, consolidou-se como a principal força que se propunha a organizar os trabalhadores no país, bem como olhar para os problemas agrários. No entanto:

Apesar de apontar para a questão agrária, desde sua criação, como um dos nossos mais sérios problemas e de ter a reforma agrária como uma de suas bandeiras, não desenvolvera nenhum trabalho sistemático no meio rural. A repressão à sua ação que se seguiu ao levante de 35, levou seus principais dirigentes à prisão. A reorganização só se iniciou em 1943 e com ela ganhou forças a proposta da transformação do PCB em um partido de massa, o que implicava em maior aproximação com os trabalhadores tanto urbanos quanto rurais (MEDEIROS, 1989, p. 26).

Em 1945, no pós-Estado Novo, o partido voltou-se para o trabalho da organização do campo, mesmo decretado ilegal em 1947, e criou a Juventude Comunista de Campos. De acordo com Soares (2015), ainda no ano de 1945, os comunistas voltaram a atuar em Campos e retomaram seu trabalho de base junto ao setor industrial nas usinas canavieiras, como a de Queimados, Mineiros, São José e Cupim. A atuação do PCB nestas usinas, indica uma competição pela base sindical com o Sindicato dos Empregados Rurais. Ferreira (2015) retira de uma entrevista de Delson Gomes que⁴²:

⁴² Militante comunista e autor do livro *História do Partido Comunista em Campos* (GOMES, 2000).

Os operários da indústria do açúcar eram, no momento, o centro das atenções políticas do Partido Comunista na região. Esta prioridade era devido a concentração de mão de obra, estimada em cerca de 40 mil de trabalhadores neste setor da economia de grande importância para a região norte-fluminense e fator de prestígio político das classes dominantes no cenário político do antigo do Estado do Rio de Janeiro. Em determinada época [anos 40 e 50] foi importante no cenário nacional, dando-lhe status social (DELSON *apud* FERREIRA, 2015, p. 62).

O interesse do PCB na Região Açucareira de Campos, em especial, nos trabalhadores das usinas, demonstra a importância que a região possuía no território fluminense para a capilarização da atuação do partido. Neste cenário, foram registradas greves em 13 usinas e 4 fazendas de usinas entre meados de 1950 e início de 1960:

A ocorrência pontual de greves e paralisações em usinas e fazendas campistas no decorrer dos anos de 1950 até 1960 está, em sua maior parte, atrelada à aplicação de direitos trabalhistas aos operários industriais e rurais o que revela que a criação de uma jurisprudência, iniciada na era Vargas, desse segmento laboral não foi suficiente para garantir a sua efetivação (SOARES, 2015, p. 57).

Em cenário nacional, Medeiros (1995) discute a importância das greves como instrumento de ação dos trabalhadores rurais:

Desde logo ficou patente que as greves provocaram a abertura de um caminho em direção a um poder externo que, se muitas vezes significava o reforço da autoridade patronal, abalada pela ocorrência do fato inédito e contestatório que era a ação coletiva dos trabalhadores, em outros momentos, era o sustentáculo dessas mesmas práticas (MEDEIROS, 1995, p. 182).

Ao tentar entender as greves nos anos de 1950 e 1960 a partir da literatura de jornais comunistas, a autora menciona que a imprensa afirmava haver uma consciência de classe na execução e organização das greves. Segundo Medeiros, o próprio jornal incentivava este discurso, como exemplo do jornal *Terra Livre*⁴³, que, ao noticiar os ganhos das greves, incentivava a ação de outros trabalhadores:

[...] Depoimentos de lideranças também mencionam entradas em fazendas, através de pessoas conhecidas, reuniões na calada da noite, como o momento inicial do processo de desencadeamento das greves, explicitando assim um lento processo de organização, de identificação de lideranças, de constituição de laços de confiança e solidariedade, essenciais no processo de produção da classe (MEDEIROS, 1995, p. 130).

Num quadro elaborado por Medeiros (1995) sobre as greves entre os anos de 1945-1964⁴⁴, mapeadas em sua maioria a partir do jornal comunista *Terra Livre* e por alguns jornais locais, foram encontradas reportagens sobre 54 greves em São Paulo, 20 no Nordeste e 4 na Região Açucareira de Campos. Estas últimas ocorreram nas usinas Outeiro, Santana, Paraíso e Cambaíba e foram

⁴³ Jornal vinculado à Utab, editado entre 1949 e 1964.

⁴⁴ Para mais informações, consultar MEDEIROS (1995).

lideradas pelo PCB (MEDEIROS, 1995, p. 272-292). As informações da autora, com base nos jornais, apontam que, na Região Açucareira de Campos, havia trabalhadores rurais e industriários participando das greves⁴⁵. Sobre o tema, Medeiros retira um trecho de uma reportagem realizada em 1954:

Os usineiros, tendo que pagar o salário mínimo, tentaram forçar os “operários” e os “assalariados agrícolas” a assinarem contratos nos quais estabeleciam um desconto absurdo pelo aluguel das casas. Como as casas sempre foram gratuitas, por obrigação do Estatuto da Lavoura Canavieira e também porque o novo decreto do salário mínimo não permitia o desconto, os “operários” e “assalariados” das usinas de Campos resolveram protestar através da greve. Na usina Outeiro, voltaram ao trabalho após 36 horas, com a condição de ser abolido o aluguel das casas e o pagamento do salário mínimo integral. Com essa vitória, as outras entraram em greve (MEDEIROS, 1995, p. 280).

Já nos anos 1960, Soares (2015) ressalta:

Algumas greves nos anos 1960 tiveram cunho político, além da reivindicação tradicional das demandas trabalhistas. Em 1962, as usinas Santa Cruz, Santo Antônio e Queimados tiveram suas atividades paralisadas pelos trabalhadores a partir de um comando de greve nacional. O trabalho de organização da greve é associado ao STIAC que passou ao direcionamento do PCB local desde o início dos anos 1960. Em suas memórias, Delson Gomes afirma que a eleição de Almirante Costa a presidência do STIAC, trabalhador e militante comunista da usina Queimados, assim como de outros diretores sindicais comunistas, fora vista como uma grande vitória do PCB. Nesse sentido é possível compreender como o STIAC estabeleceu como demandas de greve pautas defendidas pelo PCB em relação ao governo de Jango, como a crítica comunista da relação do presidente com os EUA, sofrendo acusações de se submeter ao imperialismo norte-americano, e a reivindicação do retorno do Partido Comunista à legalidade (SOARES, 2015, p. 71).

As pesquisadoras O'DWYER e DABUL (1984) também relatam o acontecimento de greves em 3 usinas, Santo Antônio, São José e Outeiro. Segundo as autoras, as reivindicações dos trabalhadores rurais canavieiros estavam voltadas para o pagamento de salários atrasados, férias remuneradas, o pagamento do 13º salário e fim do constrangimento de se verem obrigados a consumir mercadorias fornecidas no pelos barracões das usinas e fazendas⁴⁶.

Como forma de ilustração e tendo como base o quadro de greves construído por Soares (2015, p. 64-65), apresentamos o quadro abaixo a partir das pesquisas realizadas pelos autores citados.

⁴⁵ Na literatura sobre a atuação do sindicato dos rurais não encontrei nenhuma menção a estas greves, o que aponta para uma carência de estudos. No entanto, não podemos esquecer que essas informações são provenientes de um jornal do PCB e, provavelmente, as greves ocorreram fora do controle do Sindicato dos Empregados Rurais. De acordo com as memórias de Faria, houve uma greve em 1946 que reuniu “os trabalhadores das fazendas Partido, Limão, Colégio, Tocaia, Braga e Judas. [...] A questão foi resolvida, com atendimento [o presidente do IAA, Togo de Barros, foi negociar com as lideranças] à reivindicação dos trabalhadores, que só queriam receber seus salários” (FERREIRA, 2015, p. 48).

⁴⁶ Importante destacar que a pesquisa documental de Medeiros (1995) a partir do jornal *Terra Livre*, aponta quatro greves no ano de 1954: nas Usinas Outeiro, Santana, Paraíso e Cambaíba. Sendo que as duas últimas não aparecem nas pesquisas de O'Dwyer e Dabul (1984) e Soares (2015) que utilizaram os jornais *Tribuna Popular*, *Terra Livre*, *Voz Operária* e *Novos Rumos*.

Quadro 1 - Greves e paralisações dos trabalhadores rurais campistas entre os anos de 1950 a 1964

Usina ou Fazenda	Ano	Duração	Categoria Profissional	Motivação
Usina Queimados	1950	S/I ⁴⁷	Operários da Máquinas e assalariados agrícolas	Reajuste Salarial, desconto habitação e construção de posto médico.
Usina Queimados, Poço Gordo, Cupim, Sapucaia e Santa Cruz	1952	S/I	Operários e Camponeses ⁴⁸	Desconto habitação.
Usina Santana	1952	S/I	Operários	Pagamento de salários atrasados.
Usina Santana	1953	S/I	S/I	Pagamento de salários atrasados e melhoria nas condições de trabalho.
Usina Mineiros	1953	S/I	Trabalhadores	Pagamento de salários e protesto contra os altos preços dos produtos nas cooperativas de consumo.
Usinas Outeiro, Santana, Paraíso e Cambaíba	1954	S/I	Assalariados agrícolas, operários e colonos	Pagamento de salários atrasados e desconto do aluguel.
Fazenda São José, Imburi, Desterro, Carrapato	1955	S/I	Assalariados agrícolas	Salários atrasados e pagamento de férias.
Usina Santa Cruz, Queimados e Santo Antônio	1962	S/I	S/I	Revisão de salário mínimo e estabelecimento de um governo nacionalista e democrático.
Usina São João	1963	1 dia	Operários do setor industrial e lavradores da usina	Cumprimento de acordo salarial.
Usina Santa Cruz	1964	3 dias	Trabalhadores da fábrica e da lavoura	Readmissão de nove empregados demitidos.

Fonte: O'DWYER e DABUL (1984), MEDEIROS (1989) e SOARES (2015). Reportagens dos jornais a *Tribuna Popular*, *Terra Livre*, *Voz Operária* e *Novos Rumos* entre os anos de 1950 e 1964.

Neves (1989), por sua vez, trata do funcionamento do STIAC a partir de suas principais reivindicações e problemas enfrentados pelos trabalhadores associados. De acordo com a autora, no período de 1960 até março de 1964, a luta do sindicato girou em torno da conquista do dissídio

⁴⁷ S/I significa Sem Informação.

⁴⁸ Não é claro quem são estes camponeses, mas dado à reivindicação de desconto habitação, indica que são realizadas por trabalhadores que moravam nas fazendas.

coletivo, que asseguraria índices de aumento de salário conforme a correlação de forças entre os trabalhadores e os empresários (NEVES, 1989).

A direção sindical tentava correlacionar o aumento dos salários ao índice e aos momentos em que o preço do açúcar era majorado. [...] A direção sindical valia-se assim da própria ação dos usineiros, ao tentar ampliar o valor de sua produção, e de sua posição de poder frente ao IAA ou outras instâncias estatais, para reivindicar o aumento do preço do açúcar e, por conseguinte, a melhoria salarial (NEVES, 1989, p. 22).

Como forma de organização e luta no campo, o PCB criou a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), com a proposta de aglutinar e direcionar as lutas. Seu primeiro presidente foi o sindicalista comunista Lindolfo Silva.

Os comunistas tinham como direcionamento político a organização dos trabalhadores assalariados, sem excluir os arrendatários e posseiros. Já a ênfase dada aos assalariados rurais ocorreu por “uma concepção teórica, segundo a qual no meio rural brasileiro ainda predominavam relações sociais semifeudais, ou semi-escravistas” (RICCI, 1999, p. 71).

Deve-se levar em conta que a bandeira de luta do PCB, em relação aos assalariados, baseava-se na articulação operário-camponesa para lutar contra o capitalismo. Neste contexto, Ricci aponta que o PCB acreditava ser necessário desenvolver as relações de trabalho no campo, pois só chegando ao capitalismo é que seria possível lutar pelo socialismo.

Essa luta dos assalariados se dava por direitos trabalhistas que eram encaminhados através de processos na Justiça:

Por tais direitos entendiam-se os já assegurados aos assalariados urbanos, através da CLT: carteira profissional, jornada de oito horas, horas extras, férias remuneradas, salário mínimo, proibição de descontos (especialmente o referente a desconto de moradia), pagamento em dinheiro e não em gêneros, descanso semanal remunerado, liberdade de organização etc. O caminho seguido era o da Justiça do Trabalho (MEDEIROS, 1989, p. 44).

Em resposta às ações promovidas pelo governo Jango, principalmente após o discurso na Central do Brasil de 13 de março sobre as reformas de base, a alta cúpula conservadora da Igreja Católica, organizou a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em 19 de março de 1964. Temendo um avanço comunista, as Forças Armadas, em conjunto com uma elite orgânica empresarial organizada através do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (Ipes), a organização anticomunista do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad), consolidaram em 31 de março de 1964 o golpe civil-militar (DREIFUSS, 1987).

A ação da elite orgânica empresarial deve ser considerada como a praxe de um bloco burguês de poder, premeditada e cuidadosamente amadurecida durante vários anos. Trazendo à tona a dimensão orgânica e a dinâmica envolvidas (situação, posição e ação de classe), pode-se perceber e revelar a evidência histórica do emergente bloco de poder

multinacional e associado forjando a sua própria forma de Estado. O que ocorreu em abril de 1964 não foi um golpe militar conspirativo, mas sim o resultado de uma campanha política, ideológica e militar travada pela elite orgânica centrada no complexo IPES/IBAD. Tal campanha culminou em abril de 1964 com a ação militar, que se fez necessária para derrubar o Executivo e conter daí para a frente a participação da massa (DREIFUSS, 1987, p. 235).

A partir do golpe, o aparato repressivo do Estado abateu-se por todas as camadas sociais que se opuseram às ideias autoritárias, como foi o caso do movimento estudantil, organizações sindicais e setores progressistas das Igrejas e da imprensa. As medidas repressoras se expressaram também por meio das intervenções em sindicatos, federações e confederações pelo Ministério do Trabalho e prisões de lideranças. Foram medidas não só voltadas a conter as atividades consideradas subversivas, faziam parte da razão de ser do Estado brasileiro, que tinha, como principal objetivo, o desenvolvimento econômico sem qualquer tipo de contestação aos seus custos. No setor agrário não foi diferente. Este será o assunto tratado no capítulo a seguir a partir das políticas para os setores rurais e as dificuldades de mobilização dos trabalhadores nos primeiros anos do golpe.

CAPÍTULO III. OS IMPACTOS DO GOLPE DE 1964 NO CAMPO E AS PRÁTICAS POLÍTICAS DAS ENTIDADES RURAIS NO RIO DE JANEIRO

Este capítulo se concentra nas políticas para o meio rural, nos grandes projetos de mecanização para o setor agroindustrial e seus impactos nas mudanças das relações de trabalho, que se intensificaram a partir do golpe militar. Inicialmente, analisaremos, de maneira breve, a Lei de Greve e o Estatuto da Terra, ambos instituídos em 1964, instrumentos legais que buscavam controlar as atuações da classe trabalhadora. Em um segundo momento, abordaremos as medidas de modernização da época do “milagre econômico” (1967-1973), dentre elas o Proálcool. Desta forma, buscamos compreender os efeitos das ações estatais sobre as relações de trabalho rurais, assim como desdobramentos dessas ações sobre as principais lutas e articulações que o STR de Campos realizava com as entidades sindicais de nível superior (Fetag/RJ e Contag).

3.1 A Lei de Greve e o Estatuto da Terra

No dia 1º de junho de 1964, foi promulgada, pelo presidente Castelo Branco, a Lei de Greve, lei nº 4.330. Essa lei permitia a realização de greves desde que dentro de certos requisitos: a diretoria da entidade sindical deveria convocar uma Assembleia Geral para deflagrar a greve, indicando o local, dia e hora, com antecedência mínima de 10 dias. A convocatória deveria ser publicada em jornais locais e era necessária a presença de um membro do Ministério Público do Trabalho na Assembleia, ou de “pessoa de notória idoneidade, designada pelo Procurador-Geral do Trabalho ou Procuradores Regionais” (3º artigo da Seção 1).⁴⁹ A votação para deflagração de greve deveria ser realizada por cédulas com as opções “sim” ou “não” e uma cópia da ata da votação deveria ser entregue, pelo presidente, ao diretor do Departamento Nacional do Trabalho ou Delegado Regional do Trabalho.

O procedimento para construir uma greve, além de ser moroso, era complexo, uma vez que toda a discussão e encaminhamentos nas assembleias deveriam ser previamente avisados ao Departamento Nacional do Trabalho. Deste modo, a greve perdia seu caráter surpresa. O não cumprimento da Lei de Greve gerava um risco de forte repressão. As greves de trabalhadores rurais e mesmo urbanos foram raras entre 1964 e 1978. Com isso, para evitar confrontos, a direção da Contag, no período de redemocratização, instruía tanto as Federações, quanto os Sindicatos, para que realizassem greves dentro da lei. Esse foi o caso das greves dos canavieiros na Zona da Mata Pernambucana, em 1979 e 1980.

⁴⁹ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4330.htm Acesso em: 21/04/2018.

Para Lygia Sigaud, que estudou e acompanhou as greves na Zona da Mata Pernambucana do final dos anos 1970 e início da década de 1980,

A lei de greve, apesar de todas suas limitações, se tornava uma arma importante tanto para as lideranças sindicais quanto para os próprios trabalhadores no sentido de que podiam opô-la, enquanto lei impessoal (...) representou uma utilização política da legislação, sobretudo, daqueles dispositivos que favoreciam os trabalhadores em greve e o direito de aliciamento de companheiros para a greve (SIGAUD, 1980, p. 20).

Caso os mandamentos legais fossem infringidos, o grevista poderia sofrer penalidades. De acordo com a Lei de Greve:

Art. 27. Pelos excessos praticados e compreendidos no âmbito da disciplina do trabalho, os grevistas poderão ser punidos com:

- a) advertência;
- b) suspensão até 30 (trinta) dias;
- c) rescisão do contrato de trabalho.

Parágrafo único. Se imputada ao empregado no decorrer da greve, a prática de ato de natureza penal, ao empregador será lícito suspendê-lo até decisão final da justiça criminal. Se o empregado for absolvido, terá direito de optar pela volta ao emprego, com vantagens devidas, ou pela percepção, em dobro dos salários correspondentes ao tempo da suspensão, sem prejuízo da indenização legal.

Art. 28. As penas impostas aos grevistas, nos termos do artigo 27, poderão ser examinadas e julgadas pela Justiça do Trabalho.

As condições legais exigidas para que a greve fosse reconhecida como legítima pelo Estado, as penalidades impostas aos trabalhadores, caso participassem de uma greve ilícita, tornavam o processo de construção da greve muito difícil para as entidades rurais e urbanas. No entanto, algumas greves foram realizadas de forma bem sucedida no período de abertura política, em que a Lei ainda estava em vigor, como veremos no capítulo seguinte.

Outra política de controle dos repertórios de luta dos trabalhadores rurais foi o Estatuto da Terra, lei 4504 de 30 de novembro de 1964. O Estatuto foi criado com o objetivo de legislar sobre a questão fundiária e estabelecer os parâmetros de uma reforma agrária, que, por sua vez, era aconselhada por diversos organismos internacionais e apoiada, inclusive, pelo governo norte-americano, que buscava se antecipar à possível influência dos comunistas sobre os trabalhadores rurais. O Estatuto da Terra foi promulgado em novembro de 1964. Sua função era a de “regular os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola” (artigo 1º da Lei nº 4.504). No entanto, a lógica do Estatuto privilegiava o desenvolvimento de elites econômicas agrícolas. De acordo com José de Souza Martins:

O próprio Estatuto da Terra foi elaborado de tal forma que se orienta para estimular e privilegiar o desenvolvimento e a proliferação da empresa rural. O destinatário privilegiado do Estatuto não é o camponês, o pequeno lavrador apoiado no trabalho da família, é o

espírito capitalista que organiza a sua atividade econômica segundo os critérios da racionalidade do capital (MARTINS, 1985, p. 33).

Medeiros aponta que:

Ao mesmo tempo em que se criava esse documento [Estatuto da Terra], extinguiu-se a Supra e criavam-se dois novos órgãos: o Ibra (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária), diretamente subordinado à Presidência da República, e o Inda (Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário), ligado ao Ministério da Agricultura. Com isso, compunha-se o aparato institucional necessário à promoção de transformações no campo (MEDEIROS, 1989, p. 86).

Nota-se que tais políticas, ao invés de ampararem o trabalhador rural, dificultavam sua atuação. Assim como perseguiu políticos da oposição, interviu em entidades de representação dos trabalhadores, censurou a imprensa, a repressão no período ditatorial também fez refluírem as ocupações de terras e restringiu o direito à greve. As greves só voltaram a ocorrer com mais frequência no período em que se abriram oportunidades políticas (McADAM; TARROW; TILLY, 1999, 2009; TARROW, 2009), ou seja, no início do processo de redemocratização, momento em que retorna com mais força para a agenda de lutas da Contag, Federações e sindicatos.

3.2 A modernização no setor agroindustrial

O “milagre econômico”, período entre 1967 e 1973, perpassou o final do governo de Castelo Branco e a transição do governo de Costa e Silva para o de Médici. Foi um período marcado por estabilidade econômica, com taxas elevadas de crescimento e baixa inflação. Implementada pelo Ministro da Fazenda Antônio Delfim Netto⁵⁰, essa política econômica também se valeu de uma conjuntura econômica internacional muito favorável (FURTADO, 1974; FIORI, 2003).

Foi um período de forte crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). Nessa época, os investimentos do capital financeiro internacional interessavam ao Estado brasileiro, visto que havia necessidade em acelerar a estruturação de um setor industrial produtor de bens de produção agrícolas. Para Delgado (1985), é no final dos anos 1960 que se constitui o complexo agroindustrial brasileiro (CAI). O autor afirma que:

esse processo caracteriza-se, fundamentalmente, pela implantação, no Brasil, de um setor industrial produtor de bens de produção para a agricultura. Paralelamente, desenvolve-se ou moderniza-se, em escala nacional, um mercado para produtos industrializados de origem agropecuária, dando origem à formação simultânea de um sistema de agroindústrias, em parte dirigido para o mercado interno e em parte voltado para a exportação. (DELGADO, 1985, p. 34-35).

⁵⁰ Foi ministro da Fazenda durante o final do governo de Castelo Branco (1964-1967) e todo o mandato do general Costa e Silva (1967-1969) e da Junta Governativa Provisória (1969) até o mandato de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974). Entre março e agosto de 1979 foi ministro da Agricultura.

Mais adiante, explica o papel do CAI:

O surgimento e consolidação do Complexo Agroindustrial articula novos interesses sociais comprometidos com o processo de modernização. Conforma-se um novo bloco de interesses rurais em que se sobressaem a participação do grande capital industrial, do Estado e dos grandes e médios proprietários rurais. A soldagem desse pacto modernizador é feita pela política econômica, com primazia dos aparatos financeiros do Estado (DELGADO, 1985, p. 41).

A mecanização em larga escala seria responsabilidade das medidas político-econômicas implantadas pelo Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) em 1965, que, até 1976, tiveram forte impacto nacional. No entanto, nestes anos de expansão, a conjuntura político-econômica nacional teve uma reviravolta com a primeira crise internacional do petróleo em 1973. Com a guerra do Yom Kippur, os países árabes pertencentes à Organização dos Países Portadores de Petróleo (Opep) aumentaram muito o preço do petróleo, atingindo os países importadores, dentre eles o Brasil.

Geisel, então, retomou o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND)⁵¹, segundo o qual “(...) já não se tratava agora de substituir a importação de bens de consumo, mas de avançar no caminho da autonomia do terreno dos insumos básicos (petróleo, alumínio, fertilizantes, etc.) e da indústria de bens de capital” (FAUSTO, 2015, p. 273).

No entanto, ainda pressionado pelos grandes fazendeiros e usineiros, que atuavam em conjunto com o IAA, Geisel precisava sustentar a economia açucareira nacional, tanto em termos de abastecimento, quanto de sustentação econômico-financeira das usinas. Assim, em 1975, foi instituído o Proálcool, com a finalidade de incentivar o aumento da produção de etanol para ser utilizado como combustível na mistura com a gasolina. Para isso, foram anexadas destilarias às usinas de açúcar (DELGADO, 1985; VEIGA FILHO e RAMOS, 2006).

A modernização do setor sucroalcooleiro foi acompanhada pela intensificação da mecanização por meio de tratores, embarcadeiras, plantadeiras e, por quimificação, como herbicidas, mercúrios e fertilizantes (SZMRECSÁNYI e MOREIRA, 1991). Sobre a economia nacional neste período Fiori aponta que:

O Estado se torna responsável, em grande medida, pelo surto do crescimento acompanhado de paz social que, nos anos 50/60, alimentou a utopia de uma sociedade estável de consumo de massas, com bem-estar e liberdade para todos. Depois de três décadas nos anos de 1970 e, em particular nos anos de 80, a recessão, o desemprego e a inflação parecem certificar, a partir dos próprios países centrais, que “o grande acordo” e sua eficaz operação entraram em crise, tendo alcançado, talvez, o limite de suas potencialidades (FIORI, 2003, p. 18).

⁵¹ O I PND havia sido formulado por Roberto Campos em 1967 para reequilibrar as finanças e combater a inflação. (...) Contava-se também com os investimentos da Eletrobrás, Embratel e Petrobrás (FAUSTO, 2015, p. 273-274). O II PND vai de 1974 até 1976.

Rodrigues (2003, p. 12) complementa:

Desde meados dos anos de 1970, e principalmente, nos primeiros anos da década de 1980, a economia brasileira entrara em declínio. Das taxas espantosas de crescimento verificados nos anos de chumbo da ditadura (11%, 12% e até 13,6% ao ano entre 1968 e 1974) passamos à depressão econômica (com queda do Produto Interno Bruto (PIB) em 1,6% em 1981 e 3,2% em 1983). Dos baixos índices de inflação (20%, 15% ou até 5,5% ao ano, nos primeiros anos da década de 1970) fomos à explosão inflacionária (quase 100% ao ano em 1981 e 1982, e de 200% em 1983). A estagnação econômica combinou-se com a inflação elevada.

Tais taxas evidenciam um crescimento econômico ativo dos bens de produção e de produtividade, mas não o desenvolvimento socioeconômico do país. A larga expansão industrial atingia os centros urbanos e a classe média em ascensão, mas operava uma grande concentração de renda. Na agricultura, por exemplo, os grandes proprietários foram os mais privilegiados com o aumento da produtividade e dos subsídios (FURTADO, 1971, 1981, 1984).

Na Região Açucareira de Campos, Neves (1997) afirma que o processo de mecanização foi iniciado nos anos 1950, mas começou a ser acentuado nos anos 1970, com maiores investimentos no setor sucroalcooleiro. Essa expansão partia de demandas desenvolvimentistas estatais, previstas no Fundo Especial de Exportação do IAA, e por pressão do patronato rural, que visava uma maior produtividade. Em âmbito nacional e como forma de estímulo à agricultura o Governo Federal criou:

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) em 1972, a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) em 1974, a Comissão Nacional de Pesquisa Agropecuária e de Assistência Técnica e Extensão Rural (COMPATER) em 1974 e a Comissão Coordenadora da Política Nacional de Crédito Rural (CONCRED) em 1974 (NEVES, 1977, p. 232).

Os impactos da mecanização promoveram alterações significativas nas relações de trabalho na cana, como veremos adiante.

3.3 O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos no pós-golpe

Como mencionado anteriormente, o movimento sindical possui três instâncias de representação. A primeira, de âmbito nacional, é a Confederação responsável por acompanhar e dar as diretrizes de luta para os estados. A segunda são as Federações, de caráter estadual e que reúnem os sindicatos das categorias as quais representam. Na base, no cotidiano das relações de trabalho, ficam os sindicatos. Desta forma, é importante compreender o STR de Campos, não de maneira isolada das demais instâncias, mas sim como parte integrante de um conjunto de instâncias de representação e mobilização.

O STRC não sofreu intervenção em 1964⁵². Devido à ideologia “anticomunista do presidente e uma adesão ao regime militar” (RIBEIRO, 1987, p. 261), sua forma de atuação ainda se daria pela justiça trabalhista. Ao realizar pesquisa nos arquivos da Fetag/RJ, destaquei um dissídio coletivo direcionado ao TRT de Campos, que reuniu, em 6 de dezembro de 1964, o total de 74 trabalhadores das lavouras em defesa da pauta do aumento salarial. Não há menção do resultado do dissídio, mas os trabalhadores reivindicavam aumento de 100% sobre o salário mínimo, à época quarenta e dois mil cruzeiros (ACERVO FETAG/RJ).

Presidindo então o sindicato, a figura de Faria se torna essencial para entender a atuação do sindicato, uma vez que seu mandato é marcado por um intenso personalismo, que influencia as estratégias políticas do STRC (RIBEIRO, 1987; SOARES, 2015).

Nesse personalismo, o sindicato se confunde com as concepções do dirigente. Daí fazer sentido registrar que Faria apresenta um estilo moderado, preocupado com a valorização da autoridade constituída e com o estatuto de sua competência (governo, juízes, parlamentares) para quem sempre se dirige em documentos, ou pessoalmente, em comissões. Desenvolve sua atuação sindical dentro do esquema populista no contexto da política fluminense (convite a participação como vogal a Junta, vereância com apoio de Roberto Silveira) procura ser um especialista em leis trabalhistas, chegando a decorar números de decretos e tomando esse conhecimento como o padrão da eficácia na atuação de um dirigente sindical. E traduz uma posição política conservadora fundamentada numa reação marcante às ideologias de esquerda que brotavam no movimento sindical (RIBEIRO, 1987, p. 252).

Tal modo de agir parece ter tido alguma eficácia na sua manutenção enquanto presidente durante o regime militar. Através do seu personalismo, a tomada de decisões do sindicato demonstrava um forte apego e respeito às leis. Para Faria, o PCB, que historicamente dirigiu o STIAC, tentava “aparelhar” o sindicato com gente de fora da categoria, colocando-o debaixo das ordens do partido. Faria afirma que “sempre conduziu a luta sindical dentro do direito da lei, acreditando na justiça e incomodando as autoridades para quem encaminhava as demandas da categoria” (RIBEIRO, 1987, p. 252).

Com o golpe, ainda de acordo com a autora, o sindicato adequou-se ao regime e seguiu um modelo corporativo, assistencialista. Em 1965, Faria foi indicado para o cargo de segundo tesoureiro da Contag, “que tinha como presidente José Rotta e o titular da tesouraria, Agostinho José Neto” (FERREIRA, 2015, p. 74). Ainda no ano de 1965, Faria foi convidado pela Contag para fazer um curso na Alemanha Ocidental ao lado de outros sindicalistas⁵³, entre eles Acácio Fernandes dos Santos, também diretor da Fetag. Por fim, em 1966, Faria exercia o cargo de

⁵² Diferente do STIAC que sofreu intervenção entre abril de 1964 até 1980, aproximadamente. De acordo com Neves (1989), durante o período da intervenção todos os comunistas foram afastados e o STIAC, controlado pelo Ministério do Trabalho, constituiu sua prática política através de assistencialismo e, não mais, por lutas trabalhistas.

⁵³ Infelizmente, não encontramos dados referentes ao curso. Mas, ao que tudo indica, havia um convênio com a Alemanha articulado pelos Círculos Operários. Tal informação será melhor explicada no capítulo a seguir.

secretário da Fetag/RJ e afastou-se do STRC. Em 1968⁵⁴, deixou a direção do sindicato e Abelardo Gonçalves assumiu seu lugar na presidência.⁵⁵

Abelardo Gonçalves nasceu e morou nas terras pertencentes à Usina Paraíso, onde trabalhou com carteira assinada desde 1949, como cortador e limpador de cana, passando pelo cargo de tratorista e de fiscal de turma⁵⁶. Tornou-se associado do STRC em 1952 e foi assessor de Antônio Faria enquanto este era presidente. Em entrevista, quando questionado sobre a ação do sindicato na luta por direitos trabalhistas, Abelardo afirma que:

a luta foi muito grande. Mesmo aquelas lutas de acordo salarial para os trabalhadores rurais deu para conduzir esse sindicato junto com dois sindicatos: sindicato da fundação de açúcar e sindicato rural de Campos. Temos duas classes sendo atacadas ao mesmo tempo. Nós que trabalhávamos [Abelardo como fiscal de turma] na Usina tínhamos direito a acordo sindical. E os que trabalhavam nas fazendas não tinham direito. Levamos então essa luta e conseguimos vencer. A outra luta foi carteira profissional. Esse movimento foi feito com os plantadores de cana. Não fizemos tudo, mas fizemos o possível (Entrevista realizada em 1982, disponível NMSPP/CPDA/UFRRJ).

De acordo com Ribeiro, na gestão de Abelardo, houve boatos de corrupção e desvio de verbas da entidade, o que resultou em seu afastamento, a partir de uma intervenção por parte do Ministério do Trabalho. O STRC, então, foi dirigido por uma Junta Governativa durante 180 dias, até a realização de uma nova eleição. Nesta nova eleição, a chapa vencedora foi presidida por Eraldo Lírio de Azevedo, que, naquela época, era uma das lideranças da Fetag/RJ.

A gestão de Abelardo foi concluída com Eraldo Lírio na presidência, José Carlos de Souza Freitas e Manoel Ferreira, respectivamente, como Secretário e Tesoureiro na junta governativa. As eleições foram realizadas no ano seguinte [1975], caracterizando o fim da intervenção que durou exatamente 180 dias. (RIBEIRO, 1987, p. 250)

A gestão de Abelardo Gonçalves (1968-1974) foi bastante controversa, remetendo não apenas a disputas políticas internas na direção do STRC, mas também à própria relação do sindicato com a Fetag/RJ, presidida à época por Eraldo Lírio de Azevedo, trabalhador rural campista e associado ao STRC. Eraldo, que não queria mais estar à frente da Federação, expõe em entrevista: “Qual foi a estratégia [para sair da Federação]? Arrumei a desculpa que estava tendo desvio de dinheiro em Campos e fui para Campos em 75. Só que no final de 75, a turma pediu para eu voltar” (Entrevista realizada em 1982, disponível em NMSPP/CPDA/UFRRJ).

⁵⁴ Pela leitura da memória de Faria, é controverso o motivo de sua saída. Ao que parece, deu-se em decorrência de brigas internas com a direção sindical, no entanto, neste mesmo ano, sua esposa faleceu.

⁵⁵ Vale ressaltar que em 1968 iniciou-se uma nova gestão na Contag que modificaria progressivamente as linhas adotadas pelo sindicalismo, como veremos mais à frente.

⁵⁶ Para o cargo de tratorista e fiscal de turma, Abelardo Gonçalves fez um curso dado pelo Funrural em parceria com a Contag quando era presidente do STR. “O próprio sindicato convidava e avisava. Quem quisesse participar ia fazer. Mas isso era espontâneo porque ninguém queria obrigar ninguém”. Entrevista disponível no NMSPP/CPDA/UFRRJ.

Abelardo Gonçalves, no entanto, afirmou que não chegou a sofrer intervenção do Ministério do Trabalho durante seu mandato, mas sim que sua gestão foi concluída e substituída por uma nova diretoria. Desta forma, não temos base para afirmar se, de fato, houve o afastamento. Segundo Abelardo:

O mandato terminava em dezembro e eu saí em outubro. Mas nós somos amigos [se referindo ao Eraldo]. Desejo que eles trabalhem bem. Estou pronto para colaborar com eles porque eu sou um trabalhador, respeito o direito dos outros. O cidadão tem que respeitar o meu, mas eu tenho que respeitar o dele. (Entrevista realizada em 1982, disponível NMSPP/CPDA/UFRRJ).

Eraldo Azevedo, trabalhador rural campista e sindicalizado, afirma ter sido convocado pela Federação, ainda no ano de 1975, para a direção da Fetag/RJ, e José Carlos de Souza Freitas assumiu como presidente do STRC, até 1983. Sobre sua entrada na diretoria, José Carlos narra: “Minha história é saudável porque eu não entrei como interventor indicado pelo governo, nem indicado pelo fazendeiro. Foi uma espontaneidade dos companheiros das fazendas (...). Em 1964-65 já era delegado sindical” (Entrevista realizada em 1982, disponível em NMSPP/CPDA/UFRRJ).

Eraldo Azevedo apresenta sua relação com a Fetag/RJ e o STR de Campos durante sua gestão:

(...) conseguiu associar o pagamento à folha de pagamento. A Federação não era reconhecida. Então toda contribuição do Norte [fluminense] (...) o sindicato abarcava todas as contribuições de folha de pagamento e acordos salariais. (Entrevista realizada em 1982, disponível NMSPP/CPDA/UFRRJ).

Sobre sua entrada na Federação, Eraldo explica que:

(...) é estava o Faria e o Acácio na mesma chapa, mas acontece que a gente já questionava muito o comportamento do Abelardo no sindicato⁵⁷. Precisava aumentar o número de Delegado Sindical. Então o Abelardo achando que a gente estava questionando muito, pensou: vamos levar um cara para a Federação. (...) então quando chega aqui (federação) é Faria de um lado e eu do outro. Eu não estava contra o Faria, o sindicato indicou, e eu não percebi que naquele tempo o sindicato tinha que ir. Eu segui a indicação do sindicato de Campos. Mas a questão não é essa. Mas aí eu vim para a Federação. (Entrevista realizada em 1982, disponível NMSPP/CPDA/UFRRJ).

Realizadas novas eleições, José Carlos de Souza Freitas, assalariado da cana e campista sindicalizado desde 1972, assumiu a presidência em 1975. Em entrevista, ele expõe como chegou à diretoria:

Acontece é o seguinte. Eu era suplente de diretoria. E participava, sobretudo, de reunião. Não tinha nenhum contato direto com o sindicato, com o movimento. Eu participava de

⁵⁷ O entrevistado afirmou possuir divergências políticas com Abelardo, além dos desvios de verbas, mas não adentrou nessa questão.

algumas reuniões, de algumas assembleias. Então foi numa das assembleias que o pessoal me indicou (Entrevista realizada em 1982, disponível NMSPP/CPDA/UFRRJ).

Ainda na mesma entrevista, vemos que “este pessoal” a que ele se refere, foi o próprio Eraldo, que estava na chapa. Assim que a chapa foi vitoriosa, Eraldo pediu licença do sindicato para voltar para a Federação e deixou José Carlos Freitas como diretor do STR de Campos. Sob a nova direção, foi estabelecido que José Carlos Freitas estaria na presidência, ao lado dos trabalhadores rurais de fazenda, Amaro Jorge da Silva na secretaria e Manoel Ferreira, na tesouraria. Pelo processo e resultado das eleições, marcadas por disputas políticas de grupos de sindicalistas diferentes (de um lado, Eraldo e Acácio; de outro Faria), parece-nos que havia um interesse maior da Fetag/RJ em acompanhar, mais de perto, a luta dos assalariados na Região Açucareira de Campos.

José Carlos Freitas aponta-nos as principais reivindicações dos trabalhadores nos anos de 1970 que, também, refletem como eram as condições de trabalho:

[...] um agricultor tinha um problema sobre exploração de trabalho, o pessoal trabalhando sem ganhar salário naquela época e a gente entrou com uma rescisão de contrato de 16 trabalhadores. Ganhamos a rescisão, naquela época foram pagos aos trabalhadores setecentos e poucos mil. Daí começou, né. E o pessoal, passou a confiar. E daí surgiu a luta do movimento. Não começamos a reivindicar através do dissídio coletivo alguma cláusula que o trabalhador quer o trabalhador da fazenda... Conseguimos através do dissídio coletivo o envelope de pagamento, o atestado médico, que o trabalhador rural não é amparado pela previdência, nós conseguimos o dissídio e aí o povo começou a procurar o sindicato, né [...] Pega o atestado e o patrão paga o dia dele. O dia de chuva também, conseguimos através de dissídios coletivos. E começamos a divulgar. E depois também, passamos também a fazer boletim. A gente começava a fazer boletim e espalhava para o trabalhador. (Entrevista realizada em 1982, disponível NMSPP/CPDA/UFRRJ).

Tratando-se da forma de atuação, percebe-se que, desde sua fundação até a década de 1980, o sindicato encaminhava as reivindicações dos assalariados no campo jurídico por meio de acordos coletivos, prática orientada pela Contag como forma de acelerar e pressionar o processo judicial dos trabalhadores.

A luta através dos dissídios coletivos se tornava mais eficaz para o trabalhador do que a luta individual. Uma vez que todas e todos os assalariados da cana padeciam de problemas similares, ficava mais fácil, em um cenário local, o sindicato pressionar a Justiça. Por meio dos dissídios coletivos há um maior comparecimento dos associados ao STR, assim como aumenta, a partir da conquista na Justiça, a confiança dos trabalhadores no poder da entidade. Outra forma de mobilizar os trabalhadores eram reuniões pontuais que informavam os trabalhadores sobre os seus direitos. Tal forma busca a aproximação com a base, o que foi também característica da Fetag/RJ neste período.

Fazia reunião também. Nós fazíamos aqui a reunião, todo 1º domingo do mês tem reunião, aqui na sede. Nessa reunião a gente faz a prestação de contas do nosso mês, o que a gente gastou e o que a gente recebeu. Toda correspondência que foi recebida, a gente lê para eles para o trabalhador que a gente recebeu. [...] vem bastante gente, tem época que dá 30, 40 trabalhadores [...] nós temos feito uma também reunião nas bases. Tem que ir para o interior a noite. Isso não foi feito antes, rigorosamente, tem feito naquele lugar que tem mais pessoas interessadas. Isso é até um programa que a gente tem assumido no conselho da Federação, mas que não acontecia cumprido rigorosamente (Entrevista realizada em 1982, disponível NMSPP/CPDA/UFRRJ).

Segundo Ribeiro, foi a partir de 1974, com os antigos dirigentes campistas na direção da Federação, que o STRC passou a ter uma relação mais estreita com a Fetag/RJ:

a experiência do Sindicato de Campos passou a ter uma representatividade no sindicalismo fluminense particularmente significativa. A ação sindical nessa luta pelos direitos dos assalariados se projeta na FETAG-RJ. (...) Sem dúvida a FETAG terá em Campos uma base de sustentação e uma referência da luta dos trabalhadores rurais fluminenses (RIBEIRO, 1987, p. 267).

O contexto de luta pelos direitos dos assalariados dentro do campo jurídico, privilegiando os encaminhamentos legais, seria reforçada a partir das diretrizes políticas da Federação e da Contag.

Se aconteciam formas esparsas de resistência direta dos trabalhadores nos canaviais, o sindicato não "enxergava" esse campo (na base) como de sua competência para administração sindical das contradições nesse nível. Fato, entretanto, que não pode ser explicado simplisticamente por uma negação dessa luta uma vez que o sindicato não se colocava contra nem se omitia, mas por uma certa opção de encaminhamento sindical' que afinal não particular de Campos e pode inclusive ser verificada no âmbito da luta dos assalariados no sindicalismo rural brasileiro, em outras regiões (RIBEIRO, 1987, p. 268).

Sobre a gestão de José Carlos, Ribeiro afirma que:

A gestão desse dirigente não pode ser comparada ao período de influência de Faria, pelo personalismo verificado, nem à de Abelardo, por certa "acomodação" e receptividade às práticas assistencialistas oferecidas pelo Governo. Marca outro momento, contemporâneo e ativo, pela direção firme, combativa⁵⁸ e, cuja administração da entidade rendeu-lhe uma condição financeira sólida, raramente verificada no sindicalismo rural, particularmente no caso do Estado do Rio de Janeiro. Verifica-se o crescimento de uma competência técnica na condução dos conflitos trabalhistas a nível da Justiça também raramente encontrados na esfera das entidades sindicais do 1º Grau, em geral fortemente dependentes do aparelhamento jurídico das Federações (RIBEIRO, 1987, p. 266-267).

Rodrigo Pennutt Cruz e eu realizamos levantamento, entre os anos 1960 e 1980, dos processos trabalhistas movidos na Fetag/RJ. Entre as principais reivindicações, destacamos as que

⁵⁸ Mesmo que, e aparentemente, tenha ocorrido uma aproximação mais intensa do STRC de Campos com a Fetag/RJ e Contag, o afastamento controverso de Abelardo e o caráter anticomunista de Antônio Faria (que o afastou de lutas com o STIAC) devem ser relativizados. Assim como a adjetivação feita ao ex-presidente José Carlos. Ou seja, não podemos anular a conjuntura local e nacional de cada momento, assim como as disputas por hegemonia travadas em cada instituição.

apareciam com mais frequência no STR de Campos. Entre elas: férias, feriados e repouso semanal remunerados; recebimento do salário por motivos de doenças; pagamento de horas extras; quitação na diferença salarial; descanso em dias santos, pagamento do 13º salário; assinatura de carteira de trabalho; pagamento do salário mínimo; indenização por justa causa; licença médica; pagamento em dinheiro (já que alguns patrões pagavam em vales para serem comprados em barracões dentro das fazendas das usinas); assinatura e indenização em caso de quebra de contrato (recorrente no período entressafra); pagamento de honorários advocatícios; pagamento dos serviços e retificação do tempo de serviço em CTPS; comprovantes diários das tarefas; jornada de trabalho de 8 horas diárias; dispensa de mulheres grávidas; gratificação natalina decorrente da lei 4.090 de 13 de julho de 1962; demissão de menores sem aviso prévio; prescrição de salário na aposentadoria (FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO RIO DE JANEIRO, pastas 1960-1980).

Essas reivindicações estão fortemente centradas em períodos temporais. Entretanto, fica evidente, ao analisá-las, que algumas das reclamações feitas pelos trabalhadores perpassam os anos e são recorrentes, tais como acesso às férias, pagamento de hora extra e de 13º salário, diferença salarial referente à categoria laboral, quebra de contrato, demissão sem aviso prévio, não registro na carteira profissional. Essa última reivindicação é a mais recorrente nos processos a que tivemos acesso. Praticamente, todos possuíam essa queixa, lembrando que a ausência de registro dos trabalhadores acarretava o não cumprimento de outros direitos, tais como 13º salário, pagamento de horas extras, licença maternidade, entre outros. Ou seja, ainda se reivindicava os direitos básicos da CLT e do ETR. As outras apareciam de forma corriqueira, não sistemática.

No período do pós-golpe, a grande questão presente nos processos judiciais girava em torno da moradia dos trabalhadores rurais, o que demonstra que ainda existiam colonos residindo nas fazendas das usinas. Tal questão aponta que o processo de expulsão compulsória de trabalhadores das fazendas não foi total na Região Açucareira de Campos. Outra questão recorrente era a presença, nos processos trabalhistas, de menores de idade reivindicando seus direitos. Quando um dos reclamantes era um menor, em todos os casos que conseguimos coletar, o pai (seu representante legal) também estava entrando com algum tipo de ação contra uma usina ou um fazendeiro. Também era comum, neste período, o não cumprimento de licença médica e maternidade.

As queixas contra esses descumprimentos tiveram como consequência, em alguns casos, demissões dos trabalhadores sem justa causa e sem aviso prévio. Nessas situações, o reclamante entrava com processo para pedir as devidas indenizações ao empregador.

Por fim, quanto ao período que compreende os anos entre 1980 e 1988, o que diferencia dos demais anos é o não cumprimento da jornada de trabalho, em que o trabalhador rural estava submetido a um tipo de atividade diária em que não poderia prever o tempo que gastaria para cumpri-la, pois as oito horas de trabalho, estabelecidas em lei, não eram suficientes para cumprir a

tarefa estabelecida para aquele dia pelo empregador ou pelo funcionário da fazenda. Dessa forma, o trabalhador poderia chegar à exaustão, em até doze horas por dia e, na maioria das vezes, não recebia nenhum tipo de pagamento extra pelo tempo que excedia a jornada contratada.

Estas reclamações, cujo desfecho infelizmente não conseguimos acompanhar no Judiciário⁵⁹, são denotativas de como os trabalhadores rurais, no corte de cana em Campos, tinham seus direitos sistematicamente desrespeitados pelos patrões. A única via de solução, quando não havia diálogo entre as partes, era encaminhar as questões para a Justiça. Porém, o “estar na Justiça” não era garantia de cumprimento da lei, uma vez que, em outro momento, o desrespeito poderia se repetir. Isso pode ser caracterizado pelo fato do mesmo trabalhador rural, em períodos diferentes, ter que recorrer à justiça para obter direitos que já haviam sido julgados anteriormente. Em outras palavras, o mesmo trabalhador entrou, em anos distintos, com as mesmas acusações contra os patrões e, mesmo após julgamento, nada foi feito.

3.4 As práticas políticas da Fetag/RJ: das fissuras internas ao MSTR

Compreender a relação entre Fetag/RJ, Contag e, em especial, o STR de Campos, é bastante complexo, em função das trocas constantes nos cargos de direção. Para tanto, reconstruirei um breve relato dos fatos a partir do pós-golpe. Desta forma, nesta seção, utilizarei, além da bibliografia sobre a temática, entrevistas e arquivos depositados no NMSPP/CPDA/UFRRJ, a fim de reconstruir a memória da Federação e sua articulação com a Contag e o STR de Campos.

Em abril de 1964, a Fetag/RJ, passou a ser liderada por dirigentes oriundos dos Círculos Operários, grupo conservador da Igreja Católica, ligado ao Padre Carvalho. De acordo com Bruno Nogueira⁶⁰, assessor educacional da Federação nesse período, os Círculos mantinham um convênio com a Alemanha para o desenvolvimento do sindicalismo rural e do associativismo rural como meio de financiar a Federação que estava falida. Sobre o golpe ele afirma: “Então quando nós [o Círculo Operário] viemos para a Federação foi feita imediatamente intervenção na Federação” (Bruno Nogueira, entrevista realizada por Leonilde Servolo de Medeiros e depositada no NMSPP/CPDA/UFRRJ).

Com novas eleições na Federação, Acácio Fernandes dos Santos, posseiro de São Gonçalo, assumiu a frente da diretoria em meados de 1964 (1964 até 1971, aproximadamente). Em entrevista realizada por Leonilde Servolo de Medeiros, no ano de 1982, Acácio afirma que não houve intervenção na sede por ser próxima geograficamente ao Instituto Brasileiro da Reforma Agrária (Ibra), que na época era comandada pelos generais, contradizendo a versão do Bruno Nogueira. Mas

⁵⁹ Nossa consulta foi feita nos arquivos da Fetag/RJ. Nem sempre possuíam o desfecho final dos processos.

⁶⁰ Antes de trabalhar na Federação, Bruno Nogueira trabalhava no Plano Agrário, projeto do governo estadual, extinto em 1964. Após a extinção, começou a trabalhar, através de indicação do governador do Estado Badger da Silveira (1963-1964) na Federação.

havia, segundo Acácio, grande presença dos militares do Dops dentro da Federação para acompanhar qualquer atividade que fosse considerada de cunho antigovernista e comunista.

Havia um medo dos trabalhadores em participar da Federação, ou nas organizações de sindicatos.

Por exemplo, em São Pedro da Aldeia e Cabo Frio houve uma repressão muito violenta. Chegaram na casa dos camponeses, destruíram vários pertences dos camponeses (...) Destruíram a máquina de costura de uma senhora, a Rosa. Pegaram a filha da Rosa, uma menina de uns 14 para 15 anos, e puxaram os seios dela no meio da rua. O Sílvio que é concunhado da Rosa, tinha comprado um forno a óleo porque aquela região é muito de fazer farinha. Então eles estavam começando a se estruturar, a se organizar para fazer mais farinha e aí quebraram o forno do rapaz (...) Em Nova Iguaçu tiveram problemas sérios; em Caxias também: prisão, repressão. Cachoeiras de Macacu, Campos e outros municípios que eu esqueci o nome... Trajano de Moraes... Então, por exemplo, quando nós tentamos organizar o sindicato em Trajano de Moraes, fizemos folhetos para espalhar para os trabalhadores convidando para uma reunião. O delegado prendeu os folhetos e disse que não era possível fazer reunião. Prendeu os folhetos e trouxe para o DOPS pois havia uma exigência do DOPS de que toda a geringonça que a Federação quisesse fazer, tinha que comunicar por escrito. (Acácio Fernandes dos Santos, entrevista realizada em 1982 por Leonilde Servolo de Medeiros, depositada NMSPP/CPDA/UFRRJ).

O Dops não só exigia que toda documentação das atividades da Federação por escrito, como também colocava militares infiltrados nas reuniões, o que dificultava ainda mais o processo de luta e deixava a Federação totalmente à mercê do Governo. “Então quando os folhetos chegaram à Secretaria de Segurança, trazidos pelo delegado, nós já tínhamos a autorização para fazer a reunião e então o delegado devolveu os folhetos para a Federação” (Acácio Fernandes dos Santos, entrevista realizada em 1982 por Leonilde Servolo de Medeiros e depositada no NMSPP/CPDA/UFRRJ).

Nestes primeiros anos do golpe, havia um interesse em retomar a fundação de sindicatos, pela FETAG/RJ, a fim de promover uma maior articulação do movimento sindical no Estado, no entanto, os mesmos problemas de repressão eram constantes:

As dificuldades eram muitas, pois era um período logo após a revolução. Então a repressão era demais, muito em cima do movimento sindical. No sindicato de Rio Bonito, por exemplo, prenderam gente do sindicato; já depois de 65. Na ocasião da revolução não foram presos e na ocasião da reorganização aí prendem. Em São Pedro da Aldeia, um município muito marcado, quando a gente vai lá fazer uma reunião, a polícia chega e impede. Então os trabalhadores começam a presenciar essas coisas e começam então a fugir. Em Cachoeiras de Macacu também a gente estava lá fazendo a reorganização do sindicato e a polícia chega e impede a organização do sindicato. Então, logo após 65, quem mexia com esse negócio de sindicato era comunista. Era muito difícil reorganizar os sindicatos; não havia espaço para isso. Era remar contra a maré (Acácio Fernandes dos Santos, entrevista realizada em 1982 por Leonilde Servolo de Medeiros e depositada no NMSPP/CPDA/UFRRJ).

O medo e silenciamento dos trabalhadores rurais é uma questão importante de ser levantada porque, além de dificultar o trabalho de rearticulação, os trabalhadores deixavam de encaminhar

seus processos trabalhistas ou de tentar reconstruir a ação sindical. A referência ao medo pode ser examinada pela própria memória das lutas camponesas. Isto porque a memória não é algo dado, um resgate do passado que se projetaria linearmente em direção ao presente. Ao contrário, é fruto de uma seleção e negociação (HALBAWCHS, 1990), na medida em que dá voz a determinados grupos e silencia outros. Forja-se, então, a partir de uma disputa histórica e simbólica dos atores envolvidos na construção de uma memória nacional. É desta forma que:

A fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável separam, em nossos exemplos, uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor (POLLACK, 1989, p. 6).

O medo coletivo implantado nos trabalhadores rurais aparecia no cotidiano, sendo, portanto, um duplo medo sofrido tanto pela repressão do governo, quanto pelo medo dos patrões denunciarem suas ações. Um exemplo disto aparece na fala de Acácio:

Eu me lembro uma vez que eu cheguei num sindicato que estava fechado e fui na casa do presidente. O rapaz estava tirando laranja (isso foi em Itaboraí) e a filha dele foi comigo me informar onde ele estava carregando laranja para o patrão. A menina tinha uns 7 ou 8 anos e aí gritou: "Papai! O homem do sindicato está aqui!". E ele gritou: "Cala a boca, menina! O patrão está ali." Quer dizer, era essa a situação, era às escondidas. Em Cachoeiras de Macacu, as primeiras reuniões foram feitas à noite depois de 10 horas com o pessoal. Só depois dessa hora que a gente conseguia (Acácio Fernandes dos Santos, entrevista realizada em 1982 por Leonilde Servolo de Medeiros e depositada no NMSPP/CPDA/UFRRJ).

Com as reuniões às escondidas, foi sendo projetada uma volta ao engajamento: “[e]ssas reuniões serviram para que os trabalhadores vissem que pelo menos estava sendo permitido o funcionamento dos sindicatos e tirando um pouco o medo, embora não houvesse reivindicação do trabalhador que pudesse atingir uma atuação mais forte” (Acácio Fernandes dos Santos, entrevista realizada em 1982 por Leonilde Servolo de Medeiros e depositada no NMSPP/CPDA/UFRRJ).

Contudo, ainda havia forte presença do Dops na Federação, acarretando ao diretor a convocação para uma audiência no Exército.

Isso foi a partir de 67 ou 68 até 69. Aí o negócio começou a embolar porque aí a gente entrou com garra mesmo para defender o trabalhador: era carteira assinada, era salário, problema de despejo. A gente caía em cima mesmo, mas não fomos compreendidos pela Polícia Federal e Dops. Aí começaram as perseguições. Por exemplo, no meu caso, a gente não sabia, porque havia as denúncias (porque nessa época qualquer um podia chegar com um bilhete denunciando que fulano era isso, aquilo, comunista e tal); a gente é que tinha que provar, sem conhecer o processo, que não era isso e aquilo. Daí então, parava muitas vezes no Dops, no Exército, na Polícia Federal, na Secretaria de Segurança. Prisões. Eu, por exemplo, fui preso pelo Exército⁶¹ (Acácio Fernandes dos Santos, entrevista realizada em 1982 por Leonilde Servolo de Medeiros e depositada no NMSPP/CPDA/UFRRJ).

⁶¹ No entanto, em seu relato, ao que tudo indica, ele não chegou a ser preso, mas encaminhado para o Exército para prestar depoimento. De acordo com Acácio, ele procurou o Ministério do Trabalho para fazer uma auditoria “Era

Por volta de 1968, a Federação começou um trabalho de caráter educativo. Após ter reestruturado os STRs, fazia-se necessário preparar dirigentes para atuar nos sindicatos reconstruídos. Para tanto, criou-se um Centro de Formação e Estudos Sindicais Rurais (Cenfesir), com o objetivo de realizar cursos para preparar dirigentes sindicais, secretários, presidentes e tesoureiros (TEIXEIRA, 2009, p. 6). Sobre o Centro, segundo Acácio, a atuação era precária no estado do Rio por conta da rotatividade dos trabalhadores e extensão do estado.⁶²

Esse trabalho mais educativo nós começamos por volta de 68. Tinha o centro, o Cenfesir, que foi adquirido nessa época, com o objetivo de fazer cursos para preparar os dirigentes sindicais; cursos para secretário, presidente, tesoureiro. Começamos com esses elementos já organizados e agora eles precisavam conhecer a entidade que eles estavam dirigindo para poder também melhor defender os trabalhadores. Depois partimos também para cursos de associados. Cada sindicato mandava para o Cenfesir um número de trabalhadores para fazer cursos, com isso visando a formação de delegação sindical (Acácio Fernandes dos Santos, entrevista realizada em 1982 por Leonilde Servolo de Medeiros e depositada no NMSPP/CPDA/UFRRJ).

Em 1971, Acácio foi para a Contag, convidado para participar ativamente em uma chapa para disputa da direção. Realizada a eleição, Eraldo, ex-presidente do STR de Campos, assumiu a presidência da Federação e Acácio mudou-se para Brasília, transmitindo o cargo para Agostinho José Neto⁶³, que ficou como tesoureiro. Pela entrevista realizada com Eraldo em 1982, são percebidas as fissuras e disputas políticas travadas dentro do movimento.

Segundo Eraldo, a Federação não exercia sua função com os sindicatos e demandas trabalhistas. Perguntado sobre como funcionava a prática sindical, diz:

Tudo era um grupo de amigos. Os advogados também. Pegavam vale e depois acertavam. Os parentes de Acácio queriam 500 cruzeiros, sem ter nada a ver. Era um negócio de parentesco. O sindicato na pior. Todos os sindicatos vinham na federação fazer um ofício. Então tinha o chefe de assessoria, o Bruno [Nogueira]. Faz aí o ofício para o Dops. Vamos lá saber se podemos fazer o encontro [Encontro dos Trabalhadores Rurais em Teresópolis e outro em Campos]. Eu numa dependência terrível. Era uma federação em termos de nome, mas no comportamento é muito terrível. E mandando o pessoal. Queriam que eu fizesse um curso⁶⁴ nos EUA, mas esse curso não servia para o interesse dos trabalhadores (Eraldo Lório

Ministro do Trabalho nessa época o Jarbas Passarinho. Fez auditagem; tudo certo, não teve nada. Uma vez que chamaram para fazer um acordo” (Acácio Fernandes dos Santos, entrevista realizada em 1982 por Leonilde Servolo de Medeiros e depositada no NMSPP/CPDA/UFRRJ).

⁶² “O Rio de Janeiro é um estado meio complicado para sindicato de trabalhadores rurais. É um estado perto de grande centro. Então a rotatividade de trabalhadores na área rural é muito grande. É muito mais fácil um trabalhador sair de Porciúncula e chegar a São Paulo do que em algumas regiões do país, como no Norte, o trabalhador chega à capital. Então é fácil a rotatividade: trabalha um elemento e daqui a pouco não tem mais ele. Outra dificuldade eu acho que é a consciência sindical que o pessoal não conseguiu assimilar” (Acácio Fernandes dos Santos, entrevista realizada em 1982 por Leonilde Servolo de Medeiros e depositada no NMSPP/CPDA/UFRRJ).

⁶³ Agostinho foi tesoureiro da Contag desde 1964, ano em que José Rotta, dos Círculos Operários, assumiu a Confederação. Tal ponto pode demonstrar a força que os Círculos ainda mantinham dentro da mesma.

⁶⁴ Questionado sobre o curso, este apenas diz: “Media os passos de uma empregada doméstica para saber quanto ganha” (Eraldo Lório de Azeredo, entrevista realizada em 1982 por Leonilde Servolo de Medeiros e depositada no

de Azeredo, entrevista realizada em 1982 por Leonilde Servolo de Medeiros e depositada no NMSPP/CPDA/UFRRJ).

Sobre as demandas e pautas políticas, estas vinham diretamente da Contag:

A programação não seguia a programação da Federação, ela atendia a uma programação nacional. A partir de 68 com José Francisco, se não podia discutir a questão política que estava esbagaçada, então se discutia aumentar o número e não discutir a qualidade. Então vamos fundar sindicato. Nós tínhamos como mínimo ser trabalhador para ocupar o cargo (Eraldo Lírio de Azeredo, entrevista realizada em 1982 por Leonilde Servolo de Medeiros e depositada no NMSPP/CPDA/UFRRJ).

As dificuldades apontadas na relação da Fetag/RJ com a Contag não só mostram uma fragilidade na Federação, mas apontam, também, disputas com os Círculos Operários pelas fundações de novos sindicatos no estado. De acordo com Bruno Nogueira, seu trabalho, além de ser advogado dos sindicatos de Maricá, Saquarema e São Pedro, consistia em dirigir os cursos oferecidos pela Contag, durante a década de 1970. Os cursos abordavam temáticas sobre treinamento de líderes sindicais, contabilidade, cooperativismo, previdência social do trabalhador rural, administração e aprimoramento de mão-de-obra. Abrangiam sindicatos de diversos municípios, como por exemplo, Campos dos Goytacazes, Maricá, Teresópolis e Saquarema.

Além de oferecer formação para potenciais lideranças sindicais, os cursos tiveram o papel de construir novos sindicatos demonstrando uma capacidade de mobilização da Federação durante o regime ditatorial. Perguntado sobre o funcionamento dos cursos e a participação dos trabalhadores, Bruno afirmou que, a partir deles, ao longo do tempo, foram sendo fundados os sindicatos de Maricá, Saquarema, São Pedro da Aldeia, Silva Jardim, Trajano de Moraes, entre outros. A linha política de formação da Contag foi importante no cenário do regime empresarial-militar, assim como a disposição da Federação em levá-la adiante mobilizando os trabalhadores.

No entanto, a partir dos grandes projetos de investimentos no setor agroindustrial e, ao mesmo tempo, os contínuos desrespeitos às leis trabalhistas nos canaviais foi que emergiram os ciclos de grandes greves e mobilizações rurais durante o processo de abertura política.

NMSPP/CPDA/UFRRJ). No entanto, possivelmente, era um curso do Instituto Americano de Desenvolvimento do Sindicalismo Livre (Iadesil) que reuniu vários sindicalistas.

CAPÍTULO IV. AS GREVES DOS TRABALHADORES RURAIS DA CANA NA REDEMOCRATIZAÇÃO (1979-1984)

Com as mudanças políticas ocorridas no durante o período de redemocratização, buscamos entender as greves nacionais dos canavieiros eclodidas no final dos anos de 1970. Abordando o processo de construção da greve geral dos canavieiros na Zona da Mata Pernambucana em 1980 e a ocorrida em São Paulo, na Região de Guariba em 1984, levamos em consideração as diferentes particularidades dos conflitos e formas de mobilizações, a fim de demonstrar semelhanças e diferenças com a greve dos canavieiros da Região Açucareira de Campos deflagrada em 1984. Para isto, descrevemos quem eram os atores sociais que deflagraram a greve campista, bem como quais trabalhadores procuravam o sindicato. Tentaremos compreender o tipo de relação que os trabalhadores mantinham com as organizações trabalhistas. Para tanto, pesquisamos as alianças políticas construídas pelo STR de Campos neste período e em que medida elas contribuíram com a consolidação da greve.

4.1 Do fim do regime militar à abertura política: o retorno das lutas democráticas

O processo de abertura política no Brasil no final da década de 1970, foi marcado pelo retorno das lutas democráticas e reorganização dos movimentos sociais e representações políticas. João Baptista Figueiredo foi o último militar a governar o país no período ditatorial. Seu mandato, iniciado em março de 1979, durou até março de 1985. Nestes seis anos em que esteve no poder, foi restabelecido o pluripartidarismo⁶⁵ e as eleições diretas para Governadores dos Estados, além de terem sido tomadas medidas como o fim da censura e a revogação do Ato Institucional nº 5 (AI-5). Em 1979, houve a Reforma Partidária, a partir da qual foram formados seis partidos políticos: o Partido Democrático Social (PDS), que teve a adesão de parte importante dos quadros da Arena, partido de apoio ao regime militar; o Partido Popular (PP), de caráter centrista, fundado por Tancredo Neves; o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), que deu continuidade ao MDB; o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB); o Partido Democrático Trabalhista (PDT); e o Partido dos Trabalhadores (PT) (RODRIGUES, 2003).

Concomitantemente, este foi um período de greves dos trabalhadores rurais e urbanos e de crescente retomada de ocupação de terras. Foi nesta conjuntura que, em 1979, ocorreu o III Congresso da Contag.

⁶⁵ Instaurada a ditadura militar, o Governo de Castelo Branco implementou, a partir do Ato Institucional nº 2 (AI-2), o bipartidarismo. Dois partidos foram legalmente reconhecidos: a Aliança Renovadora Nacional (Arena) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) eram legalmente reconhecidos e podiam disputar eleições indiretas (FAUSTO, 2015; RODRIGUES, 2003).

4.2 O III Congresso da Contag: o papel do MSTR e a luta dos assalariados

Em 1979, entre os dias 21 a 25 de maio, em Brasília, ocorreu o III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, que contou com a participação de cerca de 1.600 dirigentes.

A partir do III Congresso ocorreu a reorganização sindical (RICCI, 1993). Além disso, houve a continuação dos cursos que eram fornecidos pelo Centro de Estudos Sindicais Rurais (Cesir), desde a década de 1970, de caráter educacional e administrativo, e que representavam um forte avanço de conscientização política e social nos dirigentes presentes.

A linha política aprovada no Congresso orientou-se pela necessidade de fazer pressão e cobranças ao Governo. A título de ilustração, apresento a seguir alguns pontos contidos nos Anais sobre as propostas sobre sindicalismo resultantes do III Congresso. Eram cinco frentes: 1. Organização sindical; 2. Autonomia e Liberdade sindical; 3. Auto Sustentação; 4. Enquadramento Sindical; 5. Educação Sindical (Contag, 1979). Em síntese, as frentes demandavam os seguintes pontos:

1) Organização Sindical:

Foi demandado que o sindicalismo deveria centralizar e orientar seus esforços e recursos para a luta pela implantação da Reforma Agrária, a partir do Estatuto da Terra. Desta forma, os seguintes pontos discutidos foram: a) ampliação pelo Movimento sindical das informações e reflexões a respeito das pressões e injustiças a que os trabalhadores rurais estavam submetidos; b) alargamento da luta e organização dos trabalhadores rurais assalariados em conjunto com os temporários. Com isso passaria a ser responsabilidade do MSTR a formação de núcleos comunitários, núcleos sindicais e equipes educacionais para a construção de relação direta com a base e suas entidades; c) a conscientização do trabalhador de que sua libertação só aconteceria a partir da luta, e explicação de que o sindicato pertence e atende aos trabalhadores e não à diretoria ou ao governo, sendo então, papel do sindicato o de reivindicação das demandas desses trabalhadores.

2) Autonomia e liberdade sindical:

Após discussão sobre a conjuntura política nacional, a partir das limitações impostas pela CLT, do governo militar que reduziu a liberdade do país, como com o Ato Institucional número 5 (AI-5) e a Lei de Greve. Nesta seção, a Contag utilizou-se dos termos da Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que prevê a liberdade e o direito de sindicalização. Desta forma, as novas proposições seriam: o direito de redigir o próprio estatuto, bem como seus regulamentos administrativos, direito de eleger livremente seus representantes, direito de organizar

sua administração, atividades e formular programas, direito de se filiar às entidades de representação por categoria já que as autoridades devem se abster de qualquer intervenção sindical que venha limitar o direito sindical. Outro ponto foi o estímulo à união das entidades sindicais de trabalhadores de categorias diversas, para lutar pelas liberdades sindicais e para o estudo da legislação de interesse comum da classe. E também lutar pela criação de uma identidade que congregasse todos os trabalhadores brasileiros (Central Sindical) e pela livre participação dos trabalhadores na construção de um Estado Democrático.

3) Autosustentação

Visava o fim da contribuição sindical do trabalhador. O MSTR deveria recorrer às diversas maneiras para o autosustento a partir de bônus, campanhas e promoções como forma de promover autonomia sindical em relação ao Estado. Caso a proposta fosse rejeitada, a contribuição sindical seria destinada, unicamente, em prol do trabalhador. Neste caso, é apontada a importância de esclarecer aos trabalhadores a necessidade e o destino da contribuição.

4) Enquadramento Sindical

Neste ponto, os Anais demandavam que: a) “O MSTR lute pela substituição do atual critério de enquadramento, segundo a natureza da atividade da empresa, pelo critério de enquadramento segundo a natureza da atividade do empregado” (CONTAG, 1979, p. 10).

A questão da luta pela substituição do enquadramento corresponde à Súmula 57, promulgada pelo Tribunal Superior do Trabalho em 1974, no qual enquadram como industriários os trabalhadores rurais que prestavam serviço às usinas. Na Região Açucareira de Campos, muitos destes trabalhadores recorriam ao STR em vez de buscarem auxílio no STIAC, constituindo historicamente uma disputa constante.

A respeito desta questão, O’Dwyer e Dabul afirmam que:

O STR de Campos sempre reivindicou para si a representatividade de todos os trabalhadores rurais, de usina e de fazenda, e tem criticado a diretoria do STIAC [no período de intervenção pós-golpe], cuja atuação estaria muito mais adequada aos objetivos da classe patronal e as estratégias de governamentais do que propriamente aos interesses dos trabalhadores (O’DWYER e DABUL, 1984, p. 5).

Mais adiante, os Anais demandavam que: b) “que as Entidades Sindicais de Trabalhadores Rurais, através de seus assessores jurídicos lutem, da primeira à última instância, em favor do critério de enquadramento segundo a natureza da atividade do empregado” (CONTAG, 1979, p. 11), e c):

O MSTR deve manter posição firme e vigilante, mobilizando toda a categoria, até que se concretize na legislação as proposições feitas pelo grupo de trabalho referido, instituindo-se módulo específico de enquadramento sindical, com base na Instrução Especial do INCRA nº 5 e garantido o direito de opção para os produtores que detenham de 1 a 3 módulos, desde que sem empregados (CONTAG, 1979, p. 11).

5) Educação Sindical

Formação de quadros educacionais em que os conteúdos estejam voltados para as necessidades básicas do grupo, para a realidade social e para os objetivos do Movimento, favorecendo ações transformadoras. Desta forma, os programas desenvolvidos seriam direcionados a cada categoria: “pequenos proprietários, assalariados permanentes, assalariados temporários, parceiros, arrendatários e posseiros, incluindo-se os seringueiros da Amazônia” (CONTAG, 1979, p.13). Segue: b) “que seja realizada de 25 de abril a 19 de maio, a nível nacional, a Semana Sindical do Trabalhador Rural, prometida por todo o movimento” (CONTAG, 1979, p.14).

A partir dessas resoluções, percebemos que havia um interesse maior na interligação da Confederação junto com as Federações estaduais e sindicais rurais com uma proposta de pressão e cobrança ao Estado, assim como um direcionamento de autonomia e solidariedade entre as organizações.

Sobre as resoluções do Congresso, a *Revista CONTAG 40 anos* destaca duas frentes de atuação: as ações coletivas e as campanhas salariais.

A linha de ação sindical adotada a partir do 3º CNTR representou, sem dúvida, um passo significativo e decisivo para o avanço das lutas e da unidade dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. A principal “marca” foi a decisão de atuar em Ações Coletivas, que hoje chamamos de ações de massa. Campanhas salariais foram desencadeadas em todo o país, com os trabalhadores rurais recorrendo à greve como forma de dobrar a intransigência patronal (REVISTA CONTAG 40 ANOS, 2003, p. 28).

No que se refere aos assalariados, a linha política de atuação da Contag após o III Congresso, em diálogo com as Federações e Sindicatos, consistiu em campanhas salariais em diversas regiões. “Em 1980, as campanhas salariais nas áreas rurais se deram em Pernambuco⁶⁶, Bahia, em Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro” (FASE, 1982, p. 59). No ano de 1979, na Zona da Mata Pernambucana, os canavieiros de São Lourenço e Paudalho deflagraram a primeira greve neste período e, nos anos seguintes, em quase todas estas regiões, sucederam-se greves após a não conquista de acordo com os patrões, com exceção da greve de Guariba que não possuía representação sindical na época.

⁶⁶ A primeira greve na Zona da Mata Pernambucana ocorreu em 1979, diante de mobilizações, principalmente da Fetape, desde 1978.

4. 3 A Região Açucareira de Campos nos anos 80: da mecanização às modificações nas condições de trabalho

Antes de analisar a greve dos canavieiros, é preciso compreender o universo dos trabalhadores rurais assalariados de Campos no início dos anos 1980. A base sindical era composta pelos trabalhadores fichados/efetivos, clandestinos e os contratados, aqueles que possuíam carteira de trabalho por tempo determinado.

As pesquisas de Neves (1981, 1989, 1997) sobre as categorias dos assalariados da Região Açucareira de Campos nos trazem uma visão mais detalhada da região. Os trabalhadores ligados ao corte de cana eram identificados por termos indicativos da diferenciação de seus vínculos trabalhistas. Eram conhecidos como trabalhadores efetivos aqueles contratados antes do ano de 1966, com estabilidade nas usinas⁶⁷, e trabalhadores contratados, aqueles que constituíram relações empregatícias depois de 1966. Estes, por sua vez, distinguem-se em trabalhadores de contrato direto e de contrato cortado. A primeira categoria abarcava aqueles contratados durante todo o período de produção; a segunda, os temporários (NEVES, 1989). Dentre estes, há aqueles que não tinham vínculos empregatícios com os usineiros e com os fornecedores, categorizados como clandestinos, pois eram contratados por empreiteiros que organizavam turmas de trabalhadores nos períodos de safras.

Ribeiro (1987) complementa que o trabalhador fichado possuía vínculo permanente com a usina. O contratado recebia o salário mínimo regional, com carteira assinada. Já o clandestino trabalhava sem vínculo empregatício formal, através das firmas empreiteiras e, muitas vezes, de trabalhadores que faziam o papel de empreiteiro, recebendo por tarefa, quinzenal ou semanalmente.

Diante do processo de mecanização e industrialização, a Região Açucareira de Campos sofreu profundas modificações. Segundo Ribeiro (1987), na região, no final dos anos 70, ocorreram três mudanças: uma expressiva migração do campo para o entorno das cidades e outros estados, o que já vinha ocorrendo desde os anos 60, mas que se agravou nos anos 70; o aumento das empreiteiras; e mudanças nas relações de trabalho, continuando precárias as condições de trabalho.

Exporemos, em seguida, alguns trechos de entrevistas realizadas nos anos 1980 por Ribeiro (1987) e em 2016, por mim, durante o trabalho de campo, que dão a dimensão das condições de trabalho nos canaviais campistas. Os canavieiros não tinham assistência médica em caso de acidentes no trabalho, sanitários dignos nas fazendas ou tempo para descanso (divididos em meia hora para almoçar e depois 15 minutos para tomar um café). Como recebiam por produção, muitos optavam por comer no local de trabalho, num rápido intervalo ou sequer comiam. Para um melhor panorama da situação, utilizo um trecho de entrevista que me foi concedida por um ex-motorista:

⁶⁷ Em 1966, foi extinta a estabilidade no emprego, tanto urbano como rural e instituído o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, FGTS (RIBEIRO, 1987, p. 247).

Na minha época, quando eu trabalhava na roça, ainda não tinha [transporte seguro]. Eu puxava tudo, deixava a turma toda lá e trazia a cana. Eles andavam que nem pau de arara. Tinha os caminhões, tira os bancos, deixava eles lá e levava a cana. Aí voltava de tarde, botava os bancos em cima e trazia o povo de volta pras localidades (ex-motorista. Realizada por Rayanne Gonçalves em 09/12/2016).

Muitos, então, pedalavam quilômetros para chegar ao trabalho por falta de transporte. No período de entressafra, os trabalhadores ficavam sem empregos, precisando arranjar outras formas de sobrevivência:

[o] trabalhador não tem como trabalhar para si mesmo, pois a terra é monopolizada conjuntamente pelos proprietários e pelo Estado. Por isso ele precisa trabalhar para um terceiro, um fazendeiro, um patrão- aquele que está necessitado da sua força de trabalho. (MARTINS, 1986, p. 147).

Há, contudo, um adendo importante a ser feito. Muitos dos trabalhadores, no período de entressafra, por não terem trabalho nas fazendas, voltavam-se para outras atividades em busca de empregos no setor de construção civil e de cerâmica, que também demandavam mão de obra não qualificada (NEVES, 1997)⁶⁸.

Segundo relatos de um entrevistado:

Com a falta de empregos, estava todo mundo saindo do rural, a maioria indo pra pedreiro, para construção civil. A maioria dos trabalhadores rurais hoje está na construção civil, morando no Travessão, é um bairro praticamente só de trabalhadores rurais. (ex-motorista, entrevista realizada por Rayanne Gonçalves em 09/12/2016).

O bairro Travessão foi sendo construído a partir de cortadores de cana que se mudaram para o entorno da cidade em busca de melhores formas de sobrevivência. Um dos exemplos de moradores é o próprio ex-presidente do STR de Campos, José Carlos Freitas. Este bairro se constitui basicamente por trabalhadores que moravam no interior das fazendas, sendo, até os dias de hoje, um dos maiores da cidade em termos de extensão e população.

Um dado importante foi fornecido pelo ex-assessor pedagógico do STR de Campos, José Luís Vianna. Segundo ele, na década de 1980, o Norte Fluminense atingiu, aproximadamente, 90% de trabalho temporário. Estes trabalhadores, muitas vezes, preferem o trabalho temporário por alegarem mais liberdade ao não depender de patrão e a própria escolha do local de serviço de acordo com o pagamento. Essa constatação aponta para a busca de melhores meios de ganhar salário, mesmo sabendo que perdem os direitos trabalhistas quando vinculados à usina.

De acordo com Grzybowski et al.:

⁶⁸ No Norte Fluminense, de acordo com o Censo Demográfico de 1980 do IBGE, havia um total de 736.063 residentes, dentre eles 367.273 eram homens e 368.790 mulheres.

Vimos com o aumento da sazonalidade da demanda da força de trabalho na cultura canavieira acompanhou-se do aumento do emprego temporário em detrimento do emprego permanente. Sugeriu-se que a sazonalidade do emprego rural pode ter passado a funcionar como fator de expulsão desses novos trabalhadores temporários (volantes ou boias-frias) (GRZYBOWSKI et al. 1981, p. 51).

Outro ponto importante a ser explorado são as novas firmas de empreiteiras que se expandiram ao longo dos anos 1970-80 (RIBEIRO, 1987), e que recrutavam estes trabalhadores sem contrato para trabalhar em qualquer fazenda de usina. Como melhor maneira de explicar a função e o problema gerado para os trabalhadores que trabalham com empreiteiros, fazemos uso de um trecho de uma entrevista realizada com um ex-turmeiro (trabalhador que junta uma turma de trabalhadores para levar aos canaviais), sobre as reais condições apresentadas a partir das empreiteiras:

O que eu tenho a dizer a respeito do trabalhador rural é aquilo que eu mais vejo, a derrota da vida do homem do campo: as firmas empreiteiras. Elas contratam todos os serviços das usinas, colocam um administrador geral por conta da firma, chama os empreiteiros e quando é feita a limpa grossa as usinas pagam Cr\$ 2.200,00 por hectare. As firmas empreiteiras é mais 50 ou 70% para que estas fiquem responsáveis pelo pagamento semanal dos trabalhadores. Então as firmas contratam o transporte dos trabalhadores e fazem como se estivessem dando a condução. Mas elas descontam, desses Cr\$ 2.200,00 (...), portanto, por uma linha que vale Cr\$50,00 ou Cr\$ 60,00, pagam ao trabalhador uma média de Cr\$ 25,00 ou Cr\$ 30,00 (ex-turmeiro e delegado sindical da Usina São João, entrevista depositada no NMSPP/CPDA/UFRRJ).

Além das firmas, há o empreiteiro que trabalha por conta própria. Este é, em geral, um ex-trabalhador e que, portanto, conhece as regras e posicionamento do jogo da relação empregado-patrão. Sigaud, ao falar do empreiteiro na Zona da Mata Pernambucana, utiliza o termo “mediador da exploração”: “Na linguagem do trabalhador, o empreiteiro é aquele que puxa para ele mesmo” (SIGAUD, 1979, p. 143).

Para além das firmas de empreiteiras, outra modificação ocorreu a partir das empresas do governo federal e estadual para arregimentar trabalhadores. De acordo com Neves:

Na Região Açucareira de Campos, o processo de produção e difusão de tecnologias contou com a participação do PLANALSUCAR (1971), com a PESAGRO-RIO⁶⁹ (1976) e com a COOPERPLAN. A implantação dos programas agrícolas e a extensão rural estavam a cargo da EMATER-RIO (1977), do Banco do Brasil e do BANERJ (NEVES, 1997, p. 233).

Essas empresas encarregam-se da introdução de tecnologias e insumos na região. São contratados técnicos agrícolas que ensinam o manuseio do maquinário a fim de modernizar o produtor e, conseqüentemente, alguns trabalhadores capacitados⁷⁰.

⁶⁹ Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio de Janeiro.

⁷⁰ Refiro-me, neste caso, aos trabalhadores que sabiam dirigir e conheciam os canaviais para trabalhar como tratorista.

No entanto, era custoso adquirir o maquinário. Desta forma, seguia-se uma hierarquia: quem comprava primeiro eram os grandes produtores e usineiros e pagavam aqueles trabalhadores que, antes trabalhavam como motorista, para manejar o trator sob a orientação de técnicos agrícolas, que estavam na área para avaliar as condições e possibilidades de produtividade do solo e realizar treinamentos. Os demais trabalhadores, como os pequenos agricultores, deveriam recorrer à assistência técnica e creditícia para alugar os tratores (NEVES, 1997).

Desta forma, a partir das modificações nas condições de trabalho, veremos mais adiante as diferentes reivindicações dos canavieiros campistas.

4.4 Da abertura política aos ciclos de greves

No final da década de 70 e nos anos 80, diversas mobilizações sociais foram acontecendo nos canais brasileiros, entre elas a greve na Zona da Mata Pernambucana em 1979 e na região de Guariba em São Paulo em 1984. Simultaneamente, ocorriam grandes greves urbanas, entre elas, a dos metalúrgicos no ABC Paulista, a dos professores em São Paulo, a servidores públicos e inúmeras outras (NORONHA, 1992). É nesse contexto que ocorreram as greves dos trabalhadores de cana da Região Açucareira de Campos em 1984.

Ao privilegiar a greve na Região Açucareira em Campos, apenas construirei um breve relato das demais greves rurais a fim de entendê-las como ciclos de mobilização e confronto político e assim entender seus repertórios de ação coletiva (McADAM; TARROW; TILLY, 1999, 2009; TARROW, 2009).

Importante lembrarmos que este foi um período de alta taxa de desemprego, processo acelerado e conturbado de urbanização e uma maior inversão de capital na mecanização agrícola. Havia, portanto, alterações no sistema e condições de trabalho, como visto no capítulo anterior. Do ponto de vista social e político da luta dos trabalhadores de Campos, diversas reivindicações encontravam-se estagnadas na Justiça⁷¹. Estes fatores externos e internos do universo socioespacial em que se encontram os canavieiros se tornam importantes para o pesquisador na medida em que fornecem dados para analisar as mobilizações. Ao teorizar sobre as arenas públicas, Cefai (2002, p. 3) diz que deve se “retomar las arenas públicas en su dinámica de emergencia”. Vemos que foi esta medida de ocupar o espaço público, na conjuntura de redemocratização, ou já de retorno à democracia, uma das formas encontradas por estes diferentes trabalhadores, em diferentes anos e localidades e com diferentes pautas, para pressionar seus patrões.

Importante, então, entender o que motivou estes atores a deflagrarem greves, assim como quem se mobilizou. O conceito de vontade coletiva em Gramsci implica que, para ela se constituir,

⁷¹ Ao analisar os processos trabalhistas encaminhados para a Fetag/RJ e para o STR de Campos dos trabalhadores, percebi a morosidade do sistema jurídico em suas demandas, levando, muitas vezes anos e ocasionando em desistência dos trabalhadores.

deve “resultar dos contatos entre os homens, tendo um papel determinante na criação da realidade social” (COUTINHO, 2009).

Tradutor dos estudos de Antônio Gramsci, Coutinho aponta que:

[a] base da filosofia “a vontade” (em última instância, a atividade prática ou política), mas uma vontade racional, não arbitrária, que se realiza na medida em que corresponde a necessidades históricas objetivas, isto é na medida em que ela é a própria história universal no momento de sua progressiva efetivação (COUTINHO, 1999, p. 246).

São estas vontades, criadas a partir das necessidades dos trabalhadores e da sua mobilização, fatores determinantes para a ocorrência destas greves diante da conjuntura econômica. Foram elas que mobilizaram os canavieiros e suas entidades de representação para a arena pública (CEFAI, 2002), saindo da esfera interna das discussões por meio de Dissídios Coletivos ou Congressos estaduais e nacionais. Este é o ponto a que pretendo me dispor para entender a greve dos canavieiros campistas. Mas antes, abordarei brevemente as demais greves rurais.

4.5 Zona da Mata Pernambucana: a primeira greve rural no processo de transição

A greve da Zona da Mata de Pernambuco foi a primeira greve dos rurais no processo de transição política, tendo ocorrido entre os dias 2 e 9 de outubro de 1979. Foi realizada por dois sindicatos de trabalhadores rurais, São Lourenço e Paudalho, articulados pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco (Fetape) e pela Contag. “Desde o final de 1978, alguns sindicatos mais combativos da Zona da Mata Pernambucana vinham se preparando para desencadear um movimento reivindicatório que melhorasse as condições de vida dos trabalhadores das plantações de cana-de-açúcar” (SIGAUD, 1980, p. 15). Tal movimento se tornou mais expressivo e latente no III Congresso da Contag, quando “tanto a lei de greve quanto a política salarial do governo foram postas em questão” (SIGAUD, 1980, p. 15).

Para ser realizada sob a Lei de Greve, era necessária mobilização em massa que levasse todos os canavieiros para a Assembleia e para a votação. Foi então realizado um trabalho de base a partir da mobilização dos delegados sindicais, que construíam uma ponte de articulação entre os engenhos e os sindicatos. Sua função consistia em conversar com os canavieiros sobre o que estava acontecendo e distribuir panfletos com reivindicações classistas⁷². As panfletagens se estendiam também pelas feiras e pontas de rua, assim como em locais onde residiam os clandestinos, a fim de agregar cada vez mais trabalhadores ao movimento.

⁷² De acordo com a autora: “O primeiro panfleto a circular pela Zona da Mata convocava os trabalhadores para a assembleia. Era dirigido a fichados e clandestinos. Num verso havia uma explicação rápida a respeito das principais reivindicações e no outro uma explicação em relação aos direitos dos grevistas. Embora muitos fossem incapazes de ler o panfleto, havia sempre alguém que pudesse explicar o seu conteúdo, quando não alguém a própria pessoa que fazia a panfletagem” (SIGAUD, 1980, p. 23).

Em assembleia e respeitando os requisitos da Lei de Greve, foi decretada a greve que “durou uma semana e contou com 20 mil trabalhadores da cana, sendo que indiretamente participaram também do movimento outros 100 mil trabalhadores, sob a direção dos sindicatos e da FETAPE” (FASE, 1982, p, 12).

Sobre suas pautas e conquistas, a FASE relata que:

A greve foi considerada pelo movimento sindical como vitoriosa, tendo cessado a partir de um acordo com os patrões, em torno de uma convenção coletiva que previu, entre outros pontos, um aumento salarial de 52%, a cessão de uma área de terra de 2 ha para cultivo de lavouras de subsistência [garantida pela Lei de Sítio] e uma tabela que estabelece equivalências entre os diferentes serviços da produção da cana e as formas de remuneração (FASE, 1982, p. 12).

A tabela mencionada acima havia sido estabelecida em 1963, por ocasião de uma greve geral na Zona da Mata, e foi considerada uma vitória uma vez que assegurava maior clareza da correlação entre o pagamento recebido e o trabalho investido. A tabela estabelecia o valor correspondente a cada atividade produtiva, sem que o patrão pudesse estipular um pagamento menor. A retomada dessa reivindicação demonstra que a tabela foi abandonada após o golpe.

A forma de ação para manter a greve foram os piquetes realizados pelos trabalhadores para “barrar os fura-greve, impedir que o patrão trouxesse outros trabalhadores para substituí-los, fiscalizar a paralisação nas propriedades de São Lourenço e a ação de eventuais provocadores” (SIGAUD, 1980, p. 30).

Já mobilizadas e tendo saído vitoriosas na primeira greve, a Fetape e a Contag, em conjunto com outros sindicatos, mobilizaram para uma nova greve em 1980, depois das campanhas salariais.

Em 1980, em função da campanha anual pela Convenção Coletiva de Trabalho, os trabalhadores da cana voltaram a se mobilizar com força e organização ainda maiores: 240 mil trabalhadores entraram em greve. Da força dessa pressão, o TRT reuniu-se em tempo recorde, no segundo dia da paralisação, conseguindo que os patrões aceitassem algumas das mais importantes reivindicações do movimento. No terceiro dia de greve as assembleias decidiram, em função do que havia sido ganho, a volta ao trabalho (FASE, 1982, p. 12)

O aumento da força e organização contou com outros meios de mobilização para atingir demais canaviais e sindicatos que, até então, estavam desacreditados de uma possível vitória dos trabalhadores:

A informação de que se articulava um movimento reivindicatório corria a Zona da Mata através dos canais tradicionais de comunicação (feira, rádio, redes de parentesco e amizade) (...) Concluindo se poderia afirmar que os sindicatos mais fortes, de um lado, e os próprios trabalhadores, de outro, forçaram a ampliação de um movimento que inicialmente tinha como certo apenas oito sindicatos e que, na hora da greve, contava com 24 adesões (SIGAUD, 1980, p. 18-19).

Essas redes de compartilhamento de informações podem ser vistas a partir do trabalho sindical, assim como o trabalho de mobilização que a Contag realizou para levar dirigentes sindicais e assessores de outras áreas canavieiras para ajudar na greve. Com isso, dirigentes do STR de Campos foram até lá para ajudar na organização da greve. Além disto, redigiram uma carta em solidariedade aos grevistas pernambucanos. Outra medida foi a campanha nacional para arrecadar recursos para o fundo de greve, articulando com alguns estabelecimentos urbanos da região que mandavam mantimentos.

Em 1980, a Zona da Mata de Pernambuco tinha, aproximadamente, 240 mil trabalhadores rurais, sendo que 70 mil participaram ativamente da decisão de deflagrar a greve. Segundo a FASE, 42 sindicatos promoveram assembleias em suas sedes e, como consequência, ocorreu a paralisação da moagem em 28, dentre as 38 usinas do Estado (1982, p. 23). Com resultado para os trabalhadores, a greve de 1980 foi positiva e com o apoio de sindicatos, da Fetape⁷³ e da Contag.

Foram ao todo 32 demandas, algumas já colocadas em 1979, como a cessão de uma área de 2 ha de terra para cultivo de lavoura de subsistência, a aprovação da Tabela e o aumento salarial de 52% em relação ao salário mínimo⁷⁴. Outras pautas surgiram, como “o cumprimento de direitos já garantidos pela CLT como adicional em caso de insalubridade, pagamento do 13º salário, o pagamento de horas extras, entre outros” (SIGAUD, 1980).

A importância, não somente da vitória, mas do processo de construção das duas greves, assim como a história de luta da Zona da Mata Pernambucana e da região do Nordeste como um todo desde antes do golpe, com suas diversas mobilizações e frentes de atuações (MEDEIROS, 1989), incentivaram outras greves dos trabalhadores rurais, como é o caso da greve dos trabalhadores do café na Barra do Choça e Vitória da Conquista, na Bahia em 1980; dos canavieiros de Passos, em 1981, em Minas Gerais; e em Guariba, São Paulo e na Região Açucareira de Campos, ambas em 1984.

4.6 A greve de Guariba em 1984

Nesta seção, abordarei a greve de Guariba de 1984, a primeira da região⁷⁵ de Ribeirão Preto, no estado de São Paulo, onde há grande concentração do setor sucroalcooleiro. Sendo a maior produtora de cana do estado, a região passou por intenso processo de mecanização e crescimento econômico a partir das políticas do Proálcool. A região contava com aproximadamente 30 usinas e entre 120 a 150 mil boias-frias (FASE, 1985). No entanto, conforme a região urbana de Ribeirão

⁷³ A FASE afirma que a participação da Fetape foi um diferencial na construção da greve de 1980: “A Federação assumiu um papel de coordenação do movimento, convocando e procurando mobilizar o conjunto dos sindicatos na região para a campanha salarial” (FASE, 1982, p. 13).

⁷⁴ De acordo com o Decreto-Lei nº84. 135 de 79 o salário mínimo era de Cr\$ 2.268,00. Disponível em: <http://fontaocontabilidade.com.br/capa.asp?infoid=1336> Acesso em: 23/04/2018.

⁷⁵ No entanto, houve greves entre os anos de 1985 até 1989. Ver Alves, 1991.

Preto crescia economicamente, com melhores infraestruturas, o interior de Guariba passava por intensas precariedades.

A região de Guariba não possuía sindicato dos trabalhadores rurais, mas contava com a ação de delegados sindicais⁷⁶ e da CPT na organização dos canavieiros. Guariba passou a ter sindicato e representação na Federação somente após a greve de 1989⁷⁷ (ALVES, 1991). Contudo, havia sindicato em Araraquara, Jaboticabal, Barretos e Bebedouro, municípios próximos a Ribeirão Preto. De acordo com a FASE (1985), no ano de 1983, foi realizada a primeira assembleia pela campanha salarial. Nessa assembleia, também orientada pela Fetaesp e Contag, houve uma sinalização de mobilização de greve por parte de: “um grupo de sindicatos da Região de Ribeirão Preto, que já havia iniciado um trabalho de mobilização” (FASE, 1985, p. 10).

Os sindicatos já estavam se articulando para a greve desde que os usineiros alteraram o corte de cana de 5 ruas para 7. Essas ruas consistem em intervalos entre as fileiras de cana. Ao aumentar o número, exigia-se maior esforço e tempo para os trabalhos de limpa da terra, de plantio e, posteriormente, de corte da cana. Essa era uma forma do usineiro lucrar mais com a produção, sem pagar adicional do salário, visto que se ganhava por produção. O agravamento decorrente da extensão das ruas fez com que os sindicatos realizassem um levantamento das reivindicações dos trabalhadores e encaminhasse aos sindicatos dos usineiros. Durante este período de negociação, a região de Guariba, antecipadamente, deflagrou a greve (FASE, 1985).

Ao contrário da greve dos canavieiros da Zona da Mata Pernambucana, a greve de Guariba em 1984 ocorreu fora da Lei de Greve e dos repertórios de ação da Contag (FASE, 1985; ALVES, 1991). De acordo com Alves, o movimento “tomou a forma de uma greve, mas que nela se misturaram elementos típicos de uma revolta popular espontânea” (ALVES, 1991, p. 131). Mesmo o autor alegando uma espontaneidade, o trabalho da FASE apresenta outro discurso a partir da entrevista com um agente sindical da CPT de Jaboticabal⁷⁸:

O movimento de Guariba não foi espontâneo, como querem alguns. Através da CPT foi iniciado um trabalho de aproximação dos trabalhadores, comemorando eventos como o dia do trabalhador, de modo a organizá-los em grupos de base para discussão dos seus direitos. (...) a CPT promovia encontros que possibilitassem a expressão de uma consciência crítica. O nível de organização dos trabalhadores não era muito alto, mas já havia um embrião de associação (FASE, 1985, p. 11).

A deflagração da greve ocorreu diante das condições de vida dos trabalhadores que enfrentavam a fome e o aumento de mais de 200% do preço da água pela Companhia de

⁷⁶ Constituem-se enquanto trabalhadores que são eleitos pelos próprios trabalhadores da mesma categoria.

⁷⁷ A deflagração da greve ocorreu, principalmente, por melhores condições de trabalho e fim da relação com os empreiteiros, popularmente chamados de gato. Para mais ver Alves, 1991.

⁷⁸ Não cabe a esta dissertação a defesa de uma espontaneidade na greve de Guariba, mais sim entender seus motivos.

Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP), o que indica que eram trabalhadores que viviam nas periferias urbanas. Para além das precárias condições de trabalho.

Essa greve, que aconteceu na manhã de 14 de maio de 1984, pegou de surpresa não só os usineiros e fazendeiros, como a imprensa nacional⁷⁹. A importância dada pelos canais de comunicação deriva das formas de ação utilizadas pelos grevistas, como as barricadas feitas com ônibus queimados, a destruição da sede da empresa fornecedora de água, a SABESP, e os saques. As ações diretas geraram intensa repressão policial, contabilizando um morto, 33 trabalhadores feridos a bala, espancamentos, entre outros (ALVES, 1991). Os repertórios utilizados pelos grevistas e a repressão constituem um diferencial em relação às greves da Zona da Mata e da Região Açucareira de Campos. A primeira, construída dentro das exigências da Lei de Greve, se deu de forma pacífica e a segunda, mesmo sendo fora da Lei de Greve, contou com o apoio do Governador do Estado, Leonel Brizola, como veremos no próximo tópico.

Outra forma de ação foi furar pneus dos caminhões para impedir o transporte dos “fura greves” e o uso de piquetes em locais específicos. Um ponto importante destacado por Alves diz respeito à funcionalidade das táticas utilizadas pelos trabalhadores, que, por serem ações inesperadas e violentas, possuíram mais rapidez na sua resolução:

É interessante perceber, que foi exatamente a violência do movimento, a ausência de liderança visível naquele momento e papel da Região de Ribeirão Preto na produção de açúcar e álcool, que fizeram com que tanto o governo, a nível Federal e Estadual, e os patrões se mobilizassem rapidamente, ou melhor, mais rápido do que de costume, para resolver a situação (ALVES, 1991, p. 135-136).

De acordo com McADAM et al. (2009):

[a] eficácia instrumental de um repertório deriva basicamente de sua novidade, de sua habilidade de, temporariamente, pegar desprevenidos oponentes ou autoridades e de criar exemplos de desordem pública que são custosos aos interesses estabelecidos. O uso repetido do mesmo repertório diminui sua eficácia instrumental e, desta forma, encoraja a inovação tática [...] No entanto, os repertórios têm também uma função expressiva cuja lógica encoraja a persistência em vez da mudança. A lógica expressiva do repertório raramente foi reconhecida, mas ajuda a explicar por que os repertórios convencionais persistem apesar das vantagens instrumentais da inovação. Especialmente durante os estágios iniciais de um ciclo de protesto, as escolhas táticas feitas por grupos desafiantes expressam sua identificação com os primeiros insurgentes e sinalizam uma definição mais ampla e inclusiva da luta que surge (McADAM, TARROW, TILLY, 2009, p. 25).

Alves afirma que no processo de construção da greve se inicia uma conscientização coletiva dos trabalhadores rurais enquanto sujeitos com problemas e condições de vida muito semelhantes. Deste modo, contextualiza o movimento grevista como um formador de identidade de classe: “é no

⁷⁹ Entre os vídeos há um intitulado “O boia-fria, 1984” do Centro Experimental de Cinema, um gravado em junho de 1984 pelo programa Globo Repórter e outro chamado “Boias-frias e os acordos de Guariba após a greve de 1984” do canal Museu do Trabalhador Rural, entre muitos outros. Todos estão disponibilizados pela plataforma do *Youtube*.

bojo das lutas, que ocorrem não apenas no momento da greve, que os trabalhadores assalariados rurais vão se identificando como uma categoria social, com reivindicações próprias, específicas, que os tornam diferentes dos demais trabalhadores rurais (ALVES, 1991, p. 100).

Em complemento, a entrevista realizada com o boia-fria e presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araraquara contida no trabalho da FASE (1985), fornece indícios de uma conscientização:

Esse tipo de trabalhador (eu sou um deles) tentou sempre a melhoria das condições de vida pela mudança de profissão. A gente sempre considerava que iria trabalhar uma ou duas safras até obter emprego numa metalúrgica, numa indústria, no comércio na cidade. Essa visão do trabalhador dificultava muito que ele se assumisse como pertencendo a uma classe. Contudo, os trabalhadores começaram a perceber que as oportunidades de trabalho na cidade não mais existem; que as condições de vida na cidade não são melhores do que aquelas que enfrentam na área rural. O fato de um trabalhador ir para a cidade, mas só encontrar serviço na roça ajudou muito a perceber essa ilusão – que a força da propaganda contribuiu para formar- no momento em que os usineiros expulsavam os trabalhadores das propriedades e plantavam cana por toda a parte. Considero, então, importante ressaltar que essa mobilização dos trabalhadores revelou esse fato novo: a consciência de que ele pertence a uma classe, que não tem como sair dessa situação e que, portanto, deve lutar para melhorá-la (FASE, 1985, p. 10-11).

O trabalhador que só possui sua força de trabalho para vender, além de não se ver reconhecido no produto que produziu, é separado dos meios de produção, ficando totalmente subordinado ao patrão (MARX, 1997). Essa é uma maneira importante de reconhecimento pelas próprias experiências identitárias que vão sendo estabelecidas: nos momentos de conversa até o caminho para o trabalho, durante o trabalho, no pouco tempo de almoço, nos espaços de lazer e moradia (THOMPSON, 1987). Ou seja, o mútuo reconhecimento como trabalhador rural vem antes das mobilizações e entidades de representação da categoria:

Mas, mesmo sob vigilância, nas cidades dormitórios e nos bairros de habitação dos boias-frias, ainda há condições para que surja e se desenvolvam laços entre os trabalhadores, pois é onde trocam experiências, trocam sonhos e onde exercem a solidariedade mútua entre os iguais. Estes laços, estas trocas, são fundamentais para a constituição da identidade de classe, a qual depende da existência de lutas (ALVES, 1991, p. 127).

Sobre as reivindicações, havia a demanda de diminuição do preço da água cobrado pela Sabesp e, principalmente, a volta do corte de cinco ruas de cana, já mencionadas. Havia ainda demanda por escolas, hospitais, pagamento de salários atrasados, pagamento diferenciado por tipo de cana cortada, comprovante de produção e transporte para o trabalho.

A greve durou um dia e foi deflagrada por 5.000 trabalhadores (ALVES, 1991). Não houve uma liderança reconhecida, mas sim um movimento grevista composto por trabalhadores rurais, em sua maioria, por boias-frias no papel de delegados sindicais. Contudo, mesmo se analisando como uma revolta ou greve espontânea, devemos considerar as conversas nos bastidores feitas pelos trabalhadores como pontes iniciais para a ação.

4.7 A greve geral dos canavieiros da Região Açucareira de Campos em 1984

Para compreender a greve dos assalariados rurais da cana da Região Açucareira de Campos é importante entender a conjuntura política. Em 1982 ocorreu a primeira eleição livre e direta para governadores dos estados. No Rio de Janeiro, um dos candidatos era o político e anistiado, Leonel de Moura Brizola⁸⁰, um dos fundadores do Partido Democrático Brasileiro (PDT) e que tentava reviver as bandeiras trabalhistas do PTB antes da ditadura. Brizola disputou a eleição contra Moreira Franco, do PDS, organização herdeira da Aliança Renovadora Nacional (ARENA).

Para entender a candidatura de Brizola, Carlos Eduardo Sarmiento explica:

Primeiro a forma como o regime militar conduziu o processo de abertura política, no qual o pleito de 1982 assumia inquestionável importância; segundo, a estrutura e a dinâmica do campo político do Estado do Rio de Janeiro, fortemente impregnado pelo modelo de máquina política do governador Chagas Freitas; por último, e de forma bastante atenta, a forma de estratégia política de Brizola para se posicionar nesse ambiente (SARMENTO, 2008, p. 44).

É importante ressaltar que o processo de abertura política tinha como lema a abertura “lenta, gradual e segura”, o que garantia a permanência da influência dos setores militares no Governo e impedia eventuais acertos de contas pelos crimes cometidos durante a ditadura. Nesse sentido, o general Golbery do Couto e Silva e sua cúpula “avaliaram que o sistema bipartidário havia se tornado desinteressante para o regime, pois ao concentrar a oposição numa só legenda havia contribuído para fortalecê-la (...) e ao mesmo tempo dividir a oposição para manter o controle da abertura” (RODRIGUES, 2003, p. 19).

O segundo ponto levantado pelo pesquisador diz respeito ao chaguismo, que caracterizava o cenário político do Rio de Janeiro (RODRIGUES, 2003; SARMENTO, 2008). Chagas Freitas, antigo Governador do Estado (1979-1983), tinha forte apoio das redes midiáticas, vez que era dono do jornal *O Dia*. Era também conhecido como um político de práticas nepotistas e corruptas, como a compra de votos. Seu governo, no entanto, já estava em fase de esgotamento em função de sua base política estar dividida e em razão de contar com baixo apoio popular, o que evidenciava o fim do chaguismo no cenário político fluminense da época.

O terceiro ponto vinha do próprio Leonel Brizola⁸¹, que voltara do exílio junto com Miguel Arraes e já era um nome conhecido do eleitor, pois possuía uma carreira política anterior ao golpe. Em seus discursos, ele lembrou as reformas de base propostas por João Goulart e as políticas

⁸⁰ Em termos de cargos políticos, Brizola em 1947 foi eleito deputado estadual pelo PTB, em 1959, Governador do Rio Grande do Sul, período em que auxiliou e defendeu as políticas de base do seu cunhado Jango em 1963. Porém, com o golpe de 64, Brizola se tornou um exilado político, somente retornando ao Brasil em 1979 através da Lei de Anistia.

⁸¹ Sarmiento (2008, p. 61) aponta que “Não era o voto do PDT, nem em candidato do PDT, era no Brizola”, o que representa um culto carismático em torno da figura de Brizola. Segundo Weber, o que define um líder carismático é “o poder brotado da submissão ao “carisma” puramente pessoal do “chefe” (WEBER, 1968, p. 57).

sociais de Getúlio, a fim de fazer aflorar memórias e propor um novo sistema político, em oposição ao regime militar. Brizola, que era reconhecido pelo seu carisma, foi construindo apoio popular com sua retórica contrária ao regime e de apoio às demandas populares, como saneamento básico, transporte, segurança, assistência médica, educação, entre outras. Vale ressaltar que a construção de sua política se deu, primeiramente, com o eleitorado urbano⁸².

Um quarto elemento importante foi a volta da questão agrária, não mais como forma de controle dos trabalhadores pelos militares, mas sim como agenda de transformação política. Brizola, enquanto governador do RS, nos anos 1950, criou o Instituto Gaúcho de Reforma Agrária com a intenção de amenizar os conflitos de terras locais e deu apoio, no início dos anos 60, ao Movimento dos Agricultores Sem Terra do Rio Grande do Sul (Master)⁸³, ligado ao PTB⁸⁴.

Deste modo, mesmo sendo reconhecido nacionalmente como um defensor da reforma agrária e tendo apresentado uma política para o campo do estado do Rio de Janeiro, os votos que o elegeram governador foram majoritariamente obtidos na capital, onde teve quase o dobro dos votos de Moreira Franco (SARMENTO, 2008). Este autor apresenta um dado importante sobre os votantes de Brizola, “houve um fraco pleito eleitoral no interior do Rio, principalmente do Norte Fluminense, onde não ultrapassou o índice de 6,2% dos votos computados” (SARMENTO, 2008, p. 63). O autor não se aprofunda nesta questão, mas podemos inferir que o PDT não construiu uma base sólida e de massas na região.

Em seu Governo, Brizola (1983-1987) adotou medidas de não repressão das mobilizações e de expansão de uma política fundiária e agrícola para o campo. Segundo Novicki:

Durante seu governo tornou a questão fundiária fluminense passível de tratamento político, isto é, trouxe a questão da luta pela terra para a órbita da gestão do Estado, reconhecendo-a como pensável politicamente (...). Em sua gestão é criado na Secretaria de Agricultura o Grupo de Trabalho para Assuntos Fundiários (maio/83); posteriormente, subordinado à Secretaria de Justiça, à Comissão de Assuntos Fundiários (novembro/83) e, finalmente, à Secretaria Extraordinária de Assuntos Fundiários (maio/86) (NOVICKI, 1992, p. 10).

Apesar dos conflitos fundiários não constituírem a temática central desta dissertação, é importante apresentar alguns dados levantados por Novicki para termos um conhecimento mais profundo do que acontecia no campo fluminense. De acordo com o pesquisador:

⁸² “As principais demandas do eleitorado fluminense estavam profundamente associadas à caótica distribuição demográfica resultante da concentração espacial e setorial da economia estadual, levando a que, nas eleições de 1982, em somente sete municípios estivessem concentrados 73% do eleitorado, dos quais 48% na capital e o restante (25%) distribuído por Nova Iguaçu, São João de Meriti, Caxias, Nilópolis, Niterói e São Gonçalo” (NOVICKI, 1992, p. 50).

⁸³ Não cabe a esta dissertação discutir o MASTER, mas é válido lembrar que Brizola, de alguma maneira, lutava pelos direitos dos trabalhadores rurais. O que, nesta dissertação, se torna importante entender é que havia uma construção de diálogo com os canavieiros em greve na Região Açucareira de Campos.

⁸⁴ No entanto, segundo Eckert (1984), o Master possuía autonomia nas ações.

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG) e seus 33 sindicatos de trabalhadores rurais filiados, com base no primeiro levantamento de conflitos de terra no estado do Rio de Janeiro (FETAG, 1979), denunciava que, no período 1969-1979, haviam ocorrido 71 conflitos, em 18 municípios, envolvendo 4.811 famílias, dos quais 30% localizavam-se no litoral sul fluminense (Angra dos Reis e Parati) e outros 30% nos municípios de Magé, Caxias, Cachoeiras de Macacu e Casimiro de Abreu (NOVICKI, 1992, p. 31-32).

Tais pressões, como visto anteriormente, aconteceram pelas instâncias da Contag, Fetag/Rio e dos sindicatos. Com isto, estas medidas fundiárias e agrícolas não devem ser analisadas somente como questões prioritárias dos candidatos, mas sim por pressão de movimentos sociais e pelos trabalhadores rurais que enfrentavam problemas sociais e de falta de infraestrutura, seja nas condições de trabalho ou nas de moradias.

No contexto em que o governador do estado do Rio de Janeiro declara que não irá reprimir as lutas dos trabalhadores em um período de abertura política, foi se construindo como essencial para que as oportunidades políticas das lutas por acesso à terra e pela reforma agrária voltassem com força ao cenário fluminense.

Entender o processo de greve na Região Açucareira de Campos é compreender as diretrizes da Contag e a relação do STR com a Fetag/RJ, como vimos anteriormente. No entanto, mesmo não seguindo as normas da Lei de Greve, a mobilização contou com a adesão da direção sindical da Federação e da Contag, assim como de seus assessores jurídicos e educacionais dessas instâncias. Como já mencionamos, outra questão diversa da greve de Guariba foi o apoio do governador Brizola que, em negociação com o comando de greve, proibiu a repressão policial.

Nas eleições de 1984, o STRC era dirigido por Manoel Francisco Pereira, presidente; José Rodrigues, como seu suplente; Benedito Lourenço, secretário; e Salvador Domingues Pereira, tesoureiro. O ex-presidente do sindicato, José Carlos de Souza Freitas, era suplente de diretor da Federação, presidida ainda por Eraldo Lírio de Azevedo. Havia, portanto, uma participação ativa da Fetag/RJ, praticamente formada por ex-presidentes do sindicato, na organização, mobilização e no desenrolar da greve.

Em maio de 1984 foi realizado, na sede do STRC, o Encontro de Dirigentes da Zona Canavieira, com a presença também de sindicalistas da região da laranja, com o objetivo de:

levantar os problemas dos assalariados do Norte Fluminense e de modificar o trabalho sindical até então baseado fundamentalmente na defesa dos trabalhadores através do judiciário, procurando atuar também no sentido de implementar novas formas de mobilização coletiva” (O'DWYER e DABUL, 1984, p. 6).

Sobre o Encontro, o jornal *Folha da Manhã* aponta que:

[re]uniria os diretores das Federações de do Espírito Santo, Minas Gerais e Pernambuco e ainda representantes de 25 sindicatos congêneres. (...)São cinco sindicatos que participaram

Campos, São João da Barra, Macaé, São Fidélis, Bom Jesus de Itabapoana. E mais 11 representantes dos colhedores de laranjas (*Folha da Manhã* “Encontro dos Canavieiros terá a presença do Secretário do Trabalho”, sem data).

Interessante notar como a capacidade de mobilização e articulação do Encontro estendeu-se para outras regiões. Mesmo este sendo um Encontro dos canavieiros do estado do Rio de Janeiro, contou com a presença de colhedores de laranjas, provavelmente, de Saquarema e Araruama. Tal amplitude pode ser explicada por duas causas: a primeira, uma tentativa de articulação política para além do setor sucroalcooleiro, com representantes de diversas categorias dos rurais. E a segunda poderia ser analisada sob o viés solidariedade e união de laços entre os trabalhadores.

A época do Encontro coincidiu com a deflagração da greve de Guariba e contou com a presença do presidente da Contag, José Francisco que recebia informações sobre o desenrolar da greve em São Paulo e demandou que: “as discussões do Encontro se voltassem para a campanha da situação dos trabalhadores rurais fluminenses e paulistas, e para que se refletisse sobre a utilização da greve como forma de luta também no centro-sul” (O’DWYER e DABUL, 1984, p. 6).

Uma das ações da Contag e da Fetag/RJ, em conjunto com o STR de Campos, foi a organização do I Encontro dos Canavieiros do Estado do Rio de Janeiro, em 22 de julho de 1984. Nesse encontro foi realizada a primeira assembleia dos trabalhadores para discutir as condições de trabalho na região açucareira.

No dia 22 de julho de 1984, os companheiros do norte-fluminense foi se ajuntar no clube. A sede do sindicato não é tão pequena, mas não comportava todos os trabalhadores que vinham para a assembleia. Aí o movimento entre a Federação, Contag e o Sindicato alugou um clube que tinha possibilidades de caber 6 mil trabalhadores, porque nós não achamos por bem levar os trabalhadores pro campo de futebol. E ali os trabalhadores fizeram as suas reivindicações — nossas — não é? Nós trabalhadores. E deram um prazo aos patrões de oito dias para que eles atendessem as reivindicações nossas⁸⁵. Se eles — dentro deste prazo de oito dias —, se eles não cedessem nós entraríamos em greve, logo a seguir, daí a oito dias. A pauta foi apresentada aos patrões e ficamos aguardando a resposta por sete dias. Foi de um domingo pro outro, são oito dias, do dia 22 a 29 (CADERNOS DO CEDI, 1985, p. 64).

O Encontro, que reuniu cerca de dois mil boias-frias⁸⁶, teve como objetivo a organização dos trabalhadores do norte-fluminense, colocando-os em conversa direta com os usineiros e fornecedores. O evento serviu também para a construção de alianças importantes, contando com a “presença do Secretário de Justiça do Estado, do Bispo de Campos, recentemente empossado⁸⁷, e de representante da OAB-Seccional Rio, e de lideranças sindicais urbanas do município” (RIBEIRO, 1987, p. 350).

⁸⁵ As reivindicações, com bases no cumprimento dos direitos trabalhistas, serão abordadas adiante.

⁸⁶ *Monitor Campista*, 17 de julho de 1984.

⁸⁷ Bispo Carlos Alberto Navarro assumiu a Diocese de Campos em 1983 substituindo o Bispo Antônio de Castro Mayer que era da ala conservadora e articulador da TFP – Tradição, Família e Propriedade.

Ao realizar uma pesquisa nos acervos do sindicato, encontrei uma pasta com reportagens jornalísticas do ano de 1984. Dentre elas, há uma coluna escrita pelo Bispo Carlos Alberto Navarro, de 20 de maio de 1984, que evidencia seu posicionamento anticomunista, mas em defesa do trabalhador rural:

Somos contra a utopia Marxista que prega a luta de classes, a ditadura proletária. Mas não se deve ser apenas anticomunista, é preciso não favorecer tal ideologia. Correndo então do Liberalismo Capitalista, (...). Deixemos, prezados irmãos e irmãs que a dor entre em nosso coração. Dor diante dos milhões de desempregados, das crianças que deixaram as escolas para trabalhar, dos salários injustos, inclusive de nossos domésticos! (Jornal não identificado, “A Voz do Pastor: Os boias-frias”, 20 de maio de 1984).

O Bispo teve uma participação importante para o movimento desde o I Encontro e continuou apoiando a greve. O assessor sindical, José Luís Viana Cruz, destaca que José Carlos Freitas, ex-dirigente do STRC, recorreu ao Bispo e este forneceu auxílio na luta dos trabalhadores: “Acho que dom Navarro via o seguinte, que o trabalhador rural era miserável, pobre, passava fome, era roto, era uma coisa meio, juntava aí filantropia, caridade, piedade, juntava, não era tão politizado assim não” (José Luís Vianna da Cruz, entrevista realizada em 19/11/2014 por Ana Costa e Marilda Yamamoto).

O I Encontro estava tomando dimensões políticas de enfrentamento contra os patrões e adesão, troca de experiências, apoio e solidariedade entre diversas entidades rurais. Como não houve acordo com os patrões, foi marcada uma segunda Assembleia para o dia 29 de julho de 1984, que reuniu 4.500 trabalhadores. Em relato, José Rodrigues aponta as formas de ação utilizadas no primeiro momento: piquetes para parar os caminhões.

A segunda assembleia, essa já seria pra ter resposta dos patrões, se eles realmente tinham atendido à nossa reivindicação. A resposta foi negativa. Os patrões não atenderam às nossas reivindicações. O quê que nós trabalhadores decidimos? A partir de zero hora do dia 29 entraremos em greve. E não se movimentaram pra nada, pra nada, mais pra nada. Inclusive, os caminhões a gente parou também, para não trafegar para a usina, porque senão os caminhões indo para usina com cana, realmente a usina não parava. E nós queríamos ver o prejuízo da usina. Porque sem prejuízo a gente não ia ter resultado nenhum (CADERNOS DO CEDI, 1985, p. 64).

No entanto, havia controvérsias internas na segunda assembleia, em especial no que tange à necessidade de construção de alianças políticas para a deflagração, apoio e legalidade da greve. De acordo com o assessor José Luis Vianna:

A Assembleia que decidiu a greve. Aí eles decretaram greve. Mas aí, gente parou e falou não, há vontade de greve, mas não é aqui que se decreta a greve. Porque inclusive eram poucos, era um teatro e tinha uns 50, 100 trabalhadores. Aí foi planejado junto com a Contag a greve e nós botamos 5 mil pessoas no Automóvel Clube. Só que foi feita uma costura como? Parlamentares do PMDB, então a gente, todo o movimento paralelamente costurou PMDB, 84 já tinha frente da luta democrática, constituinte, pegou essa frente toda,

que em Campos pegou até uns dissidentes da Arena, que foi Aline Coelho⁸⁸, que era da Arena, presidente da Câmara, mas levantou bandeira da constituinte... então você conseguiu meter uma cunha na Arena local, PMDB e Arena local, a esquerda, os movimentos, veio todo mundo, estudantes. Era a coisa mais avançada que tinha em Campos na época. Que era de operário mesmo. E aí vieram os parlamentares, Modesto da Silveira, aquele advogado do PCB... Aí veio o Zé Francisco [presidente da Contag], e aí eles tiveram condições de articular com o bispo, que era Dom Alberto Navarro. *O clima que tinha no país era de apoio a esse tipo de manifestação, era a construção da mudança, mas foi muito bem feito, porque se eu bem me lembro do Automóvel Clube, porque os 5 mil trabalhadores, você não conseguia se mexer. Tinha uma parte de cima do salão, o segundo andar do salão, tava bispo, deputados, vereadores, advogados, o arco político estava todo representado. E eles sabiam, Zé Francisco teve uma conversa antes e nós vamos pra greve, e a greve decretada aqui é a greve que vai vingar, não há como fazer pela lei, contabilizar nem nada* (José Luís Vianna da Cruz, entrevista realizada em 19/11/2014 por Ana Costa e Marilda Iamamoto, grifos meus).

Destaco a frase do próprio José Francisco: “e a greve decretada aqui é a greve que vai vingar, não há como fazer pela lei, contabilizar nem nada”. O “não dar para fazer pela lei” relaciona-se a um debate acalorado dos trabalhadores, a própria conjuntura nacional e local, que possibilitou a reunião de diversos partidos com propostas políticas divergentes, formando uma aliança de apoio na Assembleia.

Segundo Tilly, a interação entre os diversos atores é fundamental, visto que não há movimento social autossuficiente. De toda forma, para que essa articulação ocorra é preciso de uma existência interligada entre grupos: os detentores do poder, o grupo dos que toleram o movimento ou até apoiam suas ações [os aliados] e os participantes, que vão desde as lideranças do movimento até a base social.

No social movement is self-contained, none operates without involvement of at least three distinguishable populations: power holders who are the objects claims, the minimum claim being to tolerate the movement's existence, participants, who range from minor contributors to leaders and are often connected by social movement organizations; and a subject population or when a populist power holder deserts his fellows to ally with popular claimants (TILLY, 1999, p. 257).

Sem o acordo, ocorreu no dia 30 de julho a primeira greve geral de assalariados rurais no Estado do Rio de Janeiro no pós-golpe⁸⁹ “entraram em greve mais de 80% dos 30 mil trabalhadores canavieiros” (O'DWYER e DABUL, 1984, p.1). Aderiram à greve homens, mulheres e crianças. Entre eles havia trabalhadores efetivos, contratados por safra e clandestinos, assim como trabalhadores rurais de usinas e de fazendas fornecedoras, de todo o município (O'DWYER e DABUL, 1984; FASE, 1985).

⁸⁸ Não consegui obter informações mais profundas sobre até onde a Arena apoiou a greve. Contudo, o relato aponta uma inserção do MDB na construção da greve, o que não descartaria a presença da Arena na assembleia, mesmo que seja como rito político.

⁸⁹ Utilizo o dia 30 como data concreta da greve, baseando-me na literatura existente, mesmo que parca, e nas chamadas dos jornais locais, bem como pelos demais presentes na greve.

A participação dos trabalhadores rurais de usinas seria a novidade da greve, pois quebrou a lógica de separação pelo enquadramento sindical e diferenciou da greve da Zona da Mata Pernambucana, composta por boias-frias:

A deflagração da greve pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais e a aceitação desse fato pelo Sindicato dos Usineiros rompeu na prática o enquadramento sindical. Trabalhadores que estavam filiados ao Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Açúcar de Campos passaram a se associar ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais (FASE, 1985, p. 17).

Podemos supor que ocorreu uma possível atuação do STR em pressionar o sindicato dos usineiros após o III Congresso da Contag pelo fim do enquadramento sindical. Como vimos, uma das demandas do congresso era que “o MSTR lute pela substituição do atual critério de enquadramento, segundo a natureza da atividade da empresa, pelo critério de enquadramento segundo a natureza da atividade do empregado” (CONTAG, 1979, p. 10). No entanto, é válido ressaltar que a direção do STIAC não aderiu a greve em 1984, somente nos anos de 1985 e 1986.

Organizada pelo STRC, o papel principal da greve era interromper o trabalho da moagem. Os trabalhadores da parte fabril também foram atingidos e muitos aderiram à greve. Esse ponto é importante para o contexto local, devido à disputa pelo enquadramento sindical existente na região entre o STRC e o STIAC. Quando questionado sobre a participação da direção do Sindicato dos Trabalhadores Industriais na greve, José Luís Vianna levanta uma questão controversa em relação a O'DWYER e DABUL (1984) e FASE (1985):

Foi atropelado. Essa foi a estratégia. Vamos atropelar o STIAC, o STIAC vai ficar falando sozinho e não vai ter reconhecimento nenhum da base, e foi o que aconteceu. No decorrer do processo o STIAC passou a apoiar. Apoiar, assim, o presidente deu uma entrevista apoiando. Porque ele estava isoladíssimo só que não fez nenhuma movimentação, só disse eu apoio. Preocupado que essa palavra dele preservasse ele pra um pós-greve. (...) O STIAC no meio da greve deu uma entrevista apoiando, pensando no *day after*. (...) não fez nenhum movimento, mas deu uma entrevista, porque ele estava pensando no dia seguinte, porque a base dele estava com a gente. Então ele deu uma entrevista, ficou bem com a base, digamos assim, podia depois resgatar isso e dizer não, eu apoiei. Mas a base estava reunida na liderança do sindicato, Zé Carlos. A tensão foi essa (José Luís Vianna da Cruz, entrevista realizada em 19/11/2014 por Ana Costa e Marilda Iamamoto, depositada no NMSPP/CPDA/UFRRJ)

Mais adiante, em seu depoimento, o assessor educacional afirma que o STIAC entraria tardiamente na greve:

A gente reuniu em fazenda... aí já começa a entrar o STIAC, então Zé Carlos reunia nas fazendas trabalhador rural de lavoura. E Zé Carlos, a estratégia nossa foi tirar os trabalhadores rurais de usina da base, da influência política do sindicato. Eles continuavam filiados lá, essa que foi a coisa legal, a gente sacar que não importa onde esteja filiado, é um trabalho de massa. Temos que levar a eles o seguinte, são todos cortadores de cana, e o sindicato do Zé Carlos falou vocês não precisam ser filiados a nada, porque tinha aquela coisa burocrática da filiação que implicava em recursos, e o STIAC só pensava em dinheiro. Zé Carlos tinha essa visão classista, economicista, muito de classe... não tão

politizado, mas compreendeu isso. Então quando nós fomos para o campo, fomos pra mobilizar os cortadores de cana, nós não tínhamos como trabalhar os operários de usina. E na época todos os estudos e tal, a gente já tinha a diferenciação interna do trabalhador, o morador... a essa altura 90% já era boia-fria, clandestino, itinerante, morador em favela urbana. Mas Campos tinha muita gente morando ali no Travessão, o pessoal de usina ainda tinha moradia ou perto de usina ou em aglomerados urbanos próximos que eram aglomerados de usina, mas que se tornaram separados (José Luís Vianna da Cruz, entrevista realizada em 19/11/2014 por Ana Costa e Marilda Yamamoto, depositada no NMSPP/CPDA/UFRRJ).

Ainda sobre a greve de 1984, o representante sindical José Rodrigues continua:

Tudo bem, entramos em greve. E por aí começou a loucura dos fazendeiros, dos usineiros dizendo que queriam os trabalhadores rapidamente no serviço, porque o prejuízo já era grande. E a resposta nossa era uma só: “vamos voltar ao serviço, mas depois de tudo que nós pedimos, vindo às nossas mãos. Porque há 20 anos que a gente vem sofrendo. Nós decidimos agora, está decidido”. *E os trabalhadores estavam mais conscientes do que estavam antes, já sabiam que daquele momento em diante a greve era muito importante para todos os trabalhadores. Inclusive com o respaldo dos outros Estados, São Paulo e Pernambuco, que foi o primeiro Estado que entrou em greve* (CADERNOS DO CEDI, 1985, p. 64, grifos meus).

De acordo com a entrevista do ex-motorista do STRC na época da greve:

Essa greve começou, porque, como eu falei pra você, toda época de moagem, a gente faz assembleia pra discutir salário e aí não chegou a um acordo. E aí, vamos supor, fez a assembleia, aí a assembleia aprovou: “o piso vai ser esse”. Nós vamos discutir o salário pra isso. Aí tá. Aí entra em contato com o sindicato dos usineiros, pra marcar uma reunião, aí marca o dia. Aí vai todo mundo, vai o diretor do sindicato e do departamento jurídico. E a mesa redonda era sempre marcada no Ministério do Trabalho (...). Aí discutia como chegar a um bom senso, fazia um acordo do que seria bom pra todo mundo, aí não precisava ter greve. Quando não dava... “Aí, se não fizer isso, nós vamos fazer greve”. Aí, numa época disse assim: “não dá, vamos fazer greve” (ex-motorista, entrevista realizada em 09/12/2016 por Rayanne Gonçalves).

Nos Cadernos do Cedi, de 1985, José Rodrigues expõe a escolha do STR por construir a greve dos canavieiros por fora da Lei de Greve, o que era contrário ao direcionamento da Contag. Para Rodrigues, a demora e a dificuldade em obter ganhos nas causas trabalhistas através da Justiça do Trabalho, deram um contorno de urgência as necessidades de conquistas das reivindicações. Outra questão foi a visibilidade das conquistas das greves dos canavieiros, principalmente, na Zona da Mata Pernambucana e em Guariba. Os resultados dessas greves motivaram os sindicalistas campistas a utilizarem a greve enquanto repertório de ação:

Os trabalhadores com muitos processos na justiça, cobrando seus direitos e achando a justiça muito demorada. Infelizmente que ela é devagar mesmo (...) a gente entra no processo na justiça, leva dois, três anos para ser resolvido — desanima um bocado o trabalhador. *A gente, em 84, ouvia falar na greve dos canavieiros de São Paulo e ouvia falar também na greve de Pernambuco* (CADERNOS DO CEDI, 1985, p. 63, grifos meu).

A conjuntura política nacional e estadual possibilitava o uso da greve como repertório de ação. Mesmo José Rodrigues apontando que os grevistas não respeitaram os ditames da Lei de Greve por obra do acaso:

É que devido ao sofrimento dos trabalhadores estavam passando a gente estava achando que o tempo era curto para procurar a lei de greve. Esta lei 4.430 também ela traz muita falsidade, mas a gente sabe que ela existe. Mas devido o sofrimento do pessoal não aguentar mais, a gente não se importou com lei. Fizemos ela na marra e tivemos êxito. Não sei se foi sorte, eu não sei. Fizemos com muita organização dos trabalhadores também, nas bases. *Saiu uma equipe do movimento da Contag, da Federação, do Sindicato para negociação na subdelegacia do trabalho* (CADERNOS DO CEDI, 1985, p. 65, grifos meus).

O papel desempenhado pela Contag e pela FETAG/RJ, em conjunto com o STRC, em especial do presidente José Carlos de Souza Freitas que acompanhou todos os passos para a construção e resolução da greve foi importante para a vitória. Mesmo que deflagrada fora da Lei de Greve, foi construída através de mobilização, com os equipamentos disponíveis (carros e megafones) e atuação dos mediadores educacionais e advogados. Desta forma, o trabalho de base foi peça chave para a realização da greve, reforçando a importância do trabalho de preparação:

A luta e organização popular, para romper a prática da classe dominante, articula-se, desde a base, para estar presente, todos os dias, lá onde acontece a luta pela vida. Esse trabalho exige vontade política, dedicação, tempo, pessoas e recursos. (...) O trabalho de base é, então, essa convicção profunda que se dispõe a superar a cultura autoritária e o personalismo, e contribuir para que o povo seja protagonista e torne a direção da barca (PELOSO, 2002, p. 17).

Um ponto controverso para reflexão e provocação é a ideia de que a greve surgiu a partir dos trabalhadores, demonstrando, de acordo com o relato de Ana Motta Ribeiro – que prestava assessoria educacional para o STR na época –, ter havido uma espontaneidade inicial para a deflagração da greve, não estando o movimento grevista sob o controle do Sindicato ou da Fetag/Rio e Contag. Ribeiro afirma que:

O que eu sei é que, um dia eu recebo um telefonema de Delma Pessanha e que me diz: Ana estourou a greve em Campos. Eu falei: “como que é?” Isso era umas 6 da manhã, ela me acordou. Falei: como que é? Delma: “ah, acabei de receber um telefonema. Tem não sei quantos trabalhadores, 300, 800, 500 trabalhadores na porta do sindicato”. Quando o Zé Carlos chegou com a chave pra abrir o sindicato, tinha uns 500, “a gente veio aqui saber, cadê a tal da greve? A gente quer fazer a tal da greve”. Foram os relatos que eu recebi na época. E ele responde: que greve? A tal da greve... Bom, na metodologia da greve, a federação e a confederação estão presentes e levam os seus assessores pra dar suporte a uma negociação de greve. Inclusive, assessoria jurídica necessária de pressão policial, milícias privadas, risco de vida, né! Então os caras queriam fazer assim, por conta própria, de baixo pra cima, queriam a tal da greve. (Ana Maria Motta Ribeiro, entrevista realizada em 12/07/2017 por Rayanne Gonçalves).

E, mais a frente, aponta que:

Eles se ajustaram depois ao modelo Contag, que era uma verdadeira máquina de fazer greve no Nordeste. Trouxe essa maquininha inteira pra cá, advogados de outras áreas, enfim. Interessante notar que, contra a minha análise, minha visão, fizeram alianças sim. eclodiu na hora que tivesse que acontecer. O estopim foi simples. Foi de baixo pra cima, não foi de cima pra baixo. Eu estava envolvida era no esquema da metodologia Contag, do complexo Contag. E eles fizeram por fora, fizeram por fora (Ana Maria Motta Ribeiro, entrevista realizada em 12/07/2017 por Rayanne Gonçalves).

No entanto, esse relato do “eles fizeram por fora” é passível de reflexão, tendo em vista que os dados apresentam que já havia uma vontade coletiva presente nos trabalhadores e mobilização dos dirigentes das entidades de representação rural, ou seja, os debates já vinham sendo realizados meses antes da deflagração.

Iniciada no município de Campos, já no segundo dia, a greve se estendeu para os municípios vizinhos do Norte Fluminense, atingindo “os municípios de São João da Barra, São Fidélis, Macaé e Conceição de Macabu” (RIBEIRO, 1987, p. 349), que eram áreas de canaviais. Não se sabe ao certo a quantidade de trabalhadores que pararam suas atividades, visto que as fontes de jornais fornecem números distintos. De acordo com o jornal *O Dia*⁹⁰, a greve atingiu cerca de 30 mil trabalhadores em Campos, já a *Folha de São Paulo*⁹¹ apresenta o número de 40 mil trabalhadores, enquanto o *Jornal Força Sindical*⁹² fala em 100 mil trabalhadores e o ex-motorista do STRC entrevistado afirma que eram “de três mil para cima”. Em seu trabalho, O’Dwyer e Dabul (1984, p. 12) afirmam que “no segundo dia foi estimado que cerca de 90% aderiram à greve”.

Como forma de atuação, foram realizados piquetes em locais de maior fluxo de ônibus que conduziam os trabalhadores ao trabalho. As vias dos bairros de Travessão, Barcelos e Custodópolis em Campos – bairros com maior concentração de canavieiros – e as pontes que cortam o rio Paraíba do Sul foram paradas pelo movimento. A greve atingiu todas as 16 usinas que funcionavam no Norte Fluminense.

A Fetag/RJ e a Confederação dos Trabalhadores estavam diretamente envolvidas na construção e manutenção da greve, disponibilizando assessores jurídicos e educacionais⁹³ e fornecendo carros para facilitar a locomoção das lideranças sindicais e avisar os trabalhadores que estavam nos canaviais sobre a decisão da greve. Em relato, o ex-motorista do STRC afirma que:

Fazia nas fazendas todas das usinas. Não fica só na usina, num lugar só não. Aí, que o município era grande, aí precisava de um monte de carro. Aí a Fetag e a Contag descia da

⁹⁰ Jornal *O Dia* “Boias-frias” são atendidos e retornam hoje ao trabalho, 01 de agosto de 1984.

⁹¹ *Folha de S. Paulo* “boias-frias encerram greve com vitória”, 01 de agosto de 1984.

⁹² *Força Sindical* “100 mil boias-frias voltam ao trabalho”, 01 de agosto de 1984.

⁹³ Entre os assessores deve-se destacar Afrânio Garcia. Em trecho da entrevista realizada com José Luiz Vianna vê-se um pouco de seu papel de direcionar o José Carlos “Afrânio chamava Zé Carlos, treinava Zé Carlos, passava tudo pra Zé Carlos, e ficava ali, assessor mesmo” (José Luís Vianna da Cruz, entrevista realizada em 19/11/2014 por Ana Costa e Marilda Iamamoto).

Contag de Brasília pra ajudar aqui. Vinham dois carros da Contag de Brasília; vinha do Rio também, da federação; vinha o sindicato também que tinha dois carros e panhava o carro também dos bancários, tinha gente que tinha carro, aí a gente esperava. Dava um carro pra Travessão, outro pra Usina de Barcelos, outro pra Usina São José, outro pra um lugar assim, assim... Os montes que concentrava onde os trabalhadores queimavam cana, que ia aonde ia ter uma paralisação. Aí chegava lá com um carro de alto falante (...). Aí eu botava no carro, que dizia assim: “estamos em greve! Vamos parar todo mundo pra melhorar o salário!” (ex-motorista, entrevista realizada em 09/12/2016 por Rayanne de Medeiros Gonçalves).

Sobre a atuação da Contag na greve, de acordo com Maria Angélica Gentile, assessora jurídica da Fetag/RJ da segunda metade dos anos de 1970 até o início dos anos de 1980:

A Contag sempre mandou apoio para a gente, quando a situação estava muito grave aqui. Ela mandava gente dela para cá. E quando tinha uma situação assim, vamos supor: uma greve... na área canavieira, depois de certo grau de organização, a gente só conseguia resolver com greve. Então, nós fizemos greve geral aqui e fizemos greve geral em Pernambuco; que são as principais áreas canavieiras. O Rio e Pernambuco. Eles não mandavam apoio para a nossa aqui, não. A nossa aqui, a gente fazia, nós mesmos; com o nosso apoio. Aí, juntava o pessoal todo. Todo mundo vinha. De qualquer área; de qualquer região, vinha todo mundo; concentrava todo mundo em Campos, na greve da cana de Campos. Quando dava a de Pernambuco – Porque Pernambuco é muito maior do que a daqui – porque nós aqui, nós temos envolvidos, mais ou menos, uns cinco municípios: Campos; São Fidélis; Conceição... (Maria Angélica Gentile, entrevista realizada 11 de julho de 2014 por Mariana Trotta e Ana Costa).

Já sobre o papel da Federação e da Confederação na greve, José Rodrigues afirma que:

A Contag e a Fetag tiveram um papel importantíssimo no nosso Estado do Rio de Janeiro. A Contag e a Federação não tirou espaço, momento algum, dos trabalhadores de Campos, do sindicato, desde o momento em que nós nos organizamos para uma conquista (que nós nunca tivemos há vinte anos). O sindicato notificou à Federação e a Federação à Contag. Aí baixou a Contag e Federação no município que é Campos, norte do estado, norte-fluminense. E por ali ficou, do princípio ao fim da greve, das reivindicações ao cumprimento. Foi uma coordenação das duas entidades. Nós, como eu já disse anteriormente, sozinho nós não fizemos nada. Enquanto a gente pensar que sozinho faz alguma coisa a gente está perdido. Um palito de fósforo para a gente quebrar, ele talvez sozinho é fácil, mas juntando 4 ou 5 para quebrar, ele se torna mais difícil, certo? (CADERNOS DO CEDI, 1985, p. 70).

Sobre a participação do governo estadual, José Rodrigues afirma que:

A participação do Governo do Estado, ele participou, não em modo de a gente chegar para o trabalhador e dizer que a greve foi coordenada pelo governo. A greve foi feita pelo conjunto dos trabalhadores, não por uma participação do governador. *Agora o governador não deixou de dar sua contribuição, o Brizola deu sua contribuição sim: não deixou que a polícia intervisse.* No primeiro dia, eu fui ameaçado pelo policiamento lá, aí denunciemos e no outro dia, a polícia foi retirada, entendeu? Neste ponto nós tivemos êxito. Ele não deixou que a polícia intervisse no comando de greve. Continuamos com a paralisação dos trabalhadores, foi normal continuamos na luta. Não houve mais repressão nenhuma da polícia (CADERNOS DO CEDI, 1985, p. 70).

Brizola, com sua política de não reprimir o movimento, apoiou, mesmo que indiretamente a greve. Segundo relato de Paulo Honorato, atual presidente do STRC:

Olha, a greve de 84 eu não acompanhei, mas eu vejo contar muito que não foi fácil. O sindicato saiu daqui meia noite, uma hora da manhã, dormiram aqui e foram fazer os piquetes na rua. Aí os grandes fazendeiros, os grandes usineiros, ligaram pra polícia. E a polícia ia pra lá, pra barrar. Eles conheceram o Garotinho [Anthony Garotinho]. Aí o Garotinho tinha um conhecimento com o Brizola. Porque Brizola, em 64, naquela revolução que houve, né, ele saiu do país, como contam, do estado do Rio, vestido de mulher, pra não verem ele. Aí Garotinho ligou pra Brizola e Brizola ligou pra um policial e mandou largar o povo. (...) Rosinha entrou junto com Garotinho, no meio da greve do pessoal do sindicato com piquete (Paulo Honorato, entrevista realizada em 09/12/2016 por Rayanne de Medeiros Gonçalves).

Além deste apoio estadual, havia em Campos a figura de Anthony e Rosinha Garotinho que já estavam presentes no cenário político também pelo PDT⁹⁴ e contribuíram para a greve através de divulgação no seu programa de rádio. Os políticos campistas também compareceram nos piquetes e ajudaram a locomoção com o fornecimento de carros. Destaco um trecho de entrevista sobre o papel de Garotinho na greve:

Ele que veio, se apresentou e pediu. (...) O Zé Carlos não queria misturar uma coisa com outra: política com a luta dos lavradores. Mas o Zé Rodrigues peitou eles e disse assim: “não rapaz, a vinda do garotinho [Anthony Garotinho] aqui é bom, porque ele vai... Ele divulga, também porque ele era radialista na época. E aí chegou um bom senso de que houve um acordo bom e que ele ajudou a gente com as nossas coisas. (...) Ajudava assim: ele arrumava mais pessoas, com carro, pra gente ir na roça e ajudar a fazer a paralisação. (...) E ele também ia! Ele e a esposa dele! Ia os dois. (...) Ele tinha um programa na rádio na parte da tarde. E aí ele saía de madrugada com a gente (ex-motorista, entrevista realizada em 09/12/2016 por Rayanne de Medeiros Gonçalves).

A greve durou 36 horas, terminou no dia 31 de julho de 1984 e teve saldo positivo para os trabalhadores rurais. No total, foram 11 as reivindicações atendidas:

1. Aumento Salarial. O salário mínimo em junho de 1984, no Norte Fluminense, valia Cr\$ 97.176,00.⁹⁵ A categoria estava pedindo um aumento para Cr\$ 60,00 pelo corte do metro linear de cana queimada; Cr\$ 160,00 pela cana irrigada e Cr\$ 1.740,00 quando fosse cortada à tonelada. No entanto, em documento firmado a partir do acordo com os patrões, ficou estabelecido um aumento de Cr\$ 45,00 pela cana queimada; Cr\$ 91,00 pela cana irrigada e Cr\$ 1.430,00 quando fosse cortada à tonelada. Ainda, segundo a reportagem, “ficou ainda acertado que quando o corte ocorrer em local de difícil acesso, a chamada cana de burro”, os valores serão acrescidos de mais 30%. Quanto à cana não queimada, os preços de corte serão acertados diretamente entre os “boias-frias” e os patrões⁹⁶”.
2. Ficou estabelecido que, para a comprovação das tarefas, os trabalhadores, após a realização dos cortes, passariam a preencher um formulário com seu nome e número, contendo ainda a

⁹⁴ Em 1983 Garotinho ingressou no PDT, sendo prefeito de Campos em 1997 pelo mesmo partido.

⁹⁵ Quadro Salário Mínimo do Norte Fluminense, pasta Fetag/RJ. Pasta de onde?

⁹⁶ Jornal *O Dia*: “boias-frias” são atendidos e retornam hoje ao trabalho. 01 de agosto de 1984. Disponível nos acervos do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos.

quantidade do corte feito em metro linear ou tonelada, acabando-se com a forma antiga, quando as informações eram prestadas oralmente, sem possibilidades de verificação.

3. Fim das empreiteiras: o contrato deveria ser realizado direto com o patrão através de carteira assinada.
4. Melhoria e gratuidade nos transportes.
5. Fornecimento de ferramentas para os trabalhadores, visto que, antes da greve, os próprios trabalhadores tinham que comprar e levar suas ferramentas para o trabalho.
6. Pagamento do 13º salário até o dia 20 de dezembro de 1984.
7. Implantação do sistema de cinco linhas⁹⁷.
8. Obrigatoriedade dos patrões em fornecer equipamentos de proteção individual dentro de 45 dias (botas, luvas, macacões e caneleiras).
9. Pagamento por dias parados por chuva, quando comprovado o comparecimento do trabalhador na fazenda.
10. Pagamento por divisão de tarefas.
11. Estabelecimento de uma data base: momento em que o patrão e o empregado, ou sindicato de determinada categoria, acordam uma data específica para estipular os valores dos salários mínimos, condições de trabalhos e direitos dos trabalhadores registrados através de dissídios coletivos e convenções, por exemplo.

Esta última conquista é importante para o trabalhador rural campista visto que:

Não tinha data base, conquista-se a data base. O que havia era uma, como se fala, prática anual, o salário-mínimo era anual, tudo era anual, mas no caso dos trabalhadores rurais não tinha, você passava o ano inteiro na expectativa, se não forçasse não acontecia nada. E aí foi conquistada a data base, um aumento salarial muito acima do salário mínimo oficial, foi estendido às usinas, que o sindicato não tinha representação sobre as usinas... esse foi o momento que um movimento de massa superou o sindicato. O STIAC, foi esse o momento, eu me lembro que foi todo mundo filiar lá no sindicato do Zé Carlos (José Luís Vianna da Cruz, entrevista realizada em 19/11/2014 por Ana Costa e Marilda Iamamoto, depositada no NMSPP/CPDA/UFRRJ).

No entanto, além de entender os motivos e a procedência da greve, é preciso analisar o pós-greve e se as demandas dos trabalhadores foram atendidas. Neste caso, analisamos os materiais jornalísticos e os acervos do STRC que, mesmo parcos, ajudam a compreender o que ocorreu nos primeiros meses após à greve. Com essas fontes, podemos constatar que o trabalho do Sindicato prosseguiu, sobretudo, na cobrança e fiscalização das fazendas.

O Jornal *Correio da Manhã* relata que teria havido, no dia 22 de outubro, uma reunião entre o STRC e a Fetag/RJ, após a assembleia dos trabalhadores rurais realizada no mesmo dia:

⁹⁷ Este ponto dialoga principalmente com a reivindicação dos trabalhadores de Guariba que utilizava o sistema de 7 linhas. A Região Açucareira de Campos também possuía o sistema de linhas fazendo com o que trabalhador trabalhasse mais e ganhasse menos.

Entre os pontos seria discutido o valor justo do preço da cana para a Região, a necessidade do trabalhador se organizar no seu sindicato, para facilitar melhores salários, transportes e condições de vida no trabalho, além de rigorosa fiscalização no que tange a garantia de carteira assinada pelo Ministério do Trabalho (*Correio da Manhã* – Coluna Sindical, 09 de setembro de 1984).

Um dos problemas não solucionados foi a dispensa sem justa causa, ou corte na carteira de trabalho, no período da entressafra. Isso levava muitos trabalhadores a continuar procurando outros meios de ganhar dinheiro. Em 20 de novembro, foram dispensados cerca de 400 trabalhadores⁹⁸. Em 21 de novembro, ocorreu uma paralisação, durante o período de entressafra, de um grupo de trabalhadores que tiveram sua carteira assinada com registro de trabalho de 8 meses, sendo que já trabalhavam há um ano. Outra reclamação era sobre o constante corte de luz e água nas favelas onde moram os boias-frias. Neste período, “O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, diz que é a partir da próxima safra que o problema do corte de luz dos trabalhadores da agroindústria dispensados com o fim da moagem poderá ser observado mais de perto (*A Notícia* “Rurais vão à luta por eliminação total das empreiteiras”, 5 de dezembro de 1984).

No que tange às firmas empreiteiras, continuavam atuando a todo vapor. E seguia como uma pauta do STRC: “houve ganhos salariais para os trabalhadores contratados pelas usinas, mas os boias-frias ligados as empreiteiras continuam na mesma. Isso segundo a estimativa do sindicato abrange 15% dos 30 mil trabalhadores” (*A Notícia* “Rurais vão à luta por eliminação total das empreiteiras”, 5 de dezembro de 1984). Contudo, aponta que a categoria dos contratados conseguiu obter seus ganhos demandados na greve.

Mesmo diante da greve de 1984, ocorreram outras greves em 1985 e 1986. Desta forma, podemos perceber que o trabalho do Sindicato, em conjunto com a Fetag/RJ, continuou principalmente na questão de cobrança da fiscalização nas fazendas, bem como na atuação junto às demandas dos processos trabalhistas.

Entretanto, tal questão mesmo que ainda refletida de forma superficial, sem aprimoramento analítico, parece refletir um resgate da memória dos movimentos sociais, bem como a constatação de uma maior adesão dos trabalhadores ao enfrentamento de seus patrões. Neste caso e diante do exposto sobre a greve, foi importante a consolidação de uma aliança forte entre as diversas frentes de representação sindical e o constante diálogo com os trabalhadores.

⁹⁸ *Folha da Manhã* “Usinas dispensam empregados com mais de 1 ano de casa após a safra” 20 de novembro de 1984.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Escrever sobre formas de lutas em geral, mas, em especial, sobre greves dos trabalhadores rurais é uma via de mão dupla. Mão dupla porque na medida em que se analisa tanto as questões dos preparativos e de sua ocorrência, quanto o processo de conscientização dos direitos, mobilização e importância da luta no cotidiano dos trabalhadores, diversas são as camadas de fatores sociais, históricos, culturais, simbólicos, subjetivos e locais que se embarçam e desembarçam para o pesquisador. Abordar a primeira greve geral dos canavieiros da Região Açucareira de Campos implica um esforço analítico de retomar a memória de luta destes trabalhadores e de compreensão das modificações da cadeia produtiva ao longo dos anos, que implicaram diretamente em mudanças nas categorias de trabalhadores, como vimos ao longo do capítulo 1. Não teríamos como entender a greve, se não retornássemos ao passado de luta dos trabalhadores e ao cenário político local e nacional.

Uma vez que os trabalhadores deflagram a greve, param o setor sucroalcooleiro, utilizam-se de diferentes repertórios de ação (cada um com suas especificidades levando em conta a dinâmica e local) fazem os acordos com o patrão, espera-se uma data limite para o acordo ser cumprido e sentam-se para negociar. Aos trabalhadores grevistas, cabe esperar que os acordos sejam cumpridos.

Os patrões negociam, cedem em alguns pontos. As cláusulas aprovadas são lidas pelos dirigentes aos trabalhadores, o desespero pode transformar-se em esperança já que não se pede muito, somente o que é necessário para a sobrevivência e é, por lei, um direito trabalhista. O tempo passa, estipulam-se datas para o cumprimento e nada sai do papel. Enquanto isso os trabalhadores retornam às lavouras, de sol a sol.

Contudo, há também épocas em que trabalho segue normal, em outras há uma explosão de greves locais que podem não acontecer ao mesmo tempo, mas elas existem. Se há anos que podem parecer de paz nas lavouras, em apenas um dia pode ocorrer uma rebelião espontânea ou uma resistência cotidiana (SCOTT, 2002), o que, provavelmente, ocorreu em outras regiões, onde não há nem possibilidade de documentar.

Ao longo deste trabalho, apresentamos diversas lutas trabalhistas que transformaram o Sindicato dos Trabalhadores Rurais em um sindicato reconhecido legalmente através do Decreto-Lei nº 7.038 de 1944. Mas se voltarmos ao passado, conseguimos enxergar as brechas utilizadas pela direção para tratar os direitos trabalhistas rurais, antes voltados somente para os trabalhadores urbanos, encontradas na CLT de 1943. Desta forma, esta dissertação traz mais provocações do que respostas em algumas lacunas jurídicas. Ao ver a dificuldade de se legalizar um sindicato rural, por

que o STRC foi um deles? Nossa resposta se daria na resistência local dos trabalhadores organizados desde 1936, sob o nome de Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Açúcar e Classes Anexas, e da existência de uma Junta de Conciliação e Julgamento em Campos no ano de 1943.

Em paralelo a isto, vimos também que o poder da oligarquia rural não diminuiu, ao contrário, tinha força e voz no cenário político. Estes caminhos e descaminhos foram pontuados nos capítulos 2 e 3. Ao se tratar do setor sucroalcooleiro, não podemos desmembrar ou distanciar os investimentos nacionais e estatais das lutas contra os patrões que aconteciam dentro dos canaviais, na sede sindical ou Federativa. Tais lutas eram encaminhadas para o Judiciário Trabalhista e eram lutas enfrentadas por todos os canavieiros nacionais. Como exemplo, a luta pelos direitos trabalhistas garantidos no Estatuto do Trabalhador Rural de 1963.

Observamos também que o sindicato de Campos, desde sua formação até os anos 1980, tinha como prática o encaminhamento de questões trabalhistas para a Justiça do Trabalho. O que nos resta é entender este momento de virada, ou seja, da escolha, em última instância, de se deflagrar a greve, que não deixa de ter mediação do Judiciário visto que ela foi julgada, os acordos acertados nos tribunais de trabalho. Acreditamos que, dado a conjuntura de abertura política e o fato de Brizola ser governador, tenham criados circunstâncias para que isto acontecesse. Mas, para, além disto, as diversas greves dos rurais que vinham acontecendo, em diversos cantos do Brasil e o III Congresso da Contag em 1979, foram pontos cruciais para que tal evento o ocorresse. A Contag e a Fetag/RJ no pós 68, encaminharam sua linha política de atuação em dois pontos: a questão da terra e a luta dos assalariados. Na região Açucareira de Campos, começaram a se articular com mais facilidade com o STR, visto que Eraldo Lírio, ex-presidente do STRC, estava na direção da Fetag/Rio e José Carlos como suplente em 1984. A figura de José Carlos Freitas foi de muita importância porque durante sua gestão ele obteve respeito e admiração dos sindicalistas e acompanhou de perto os preparativos até o momento da greve.

No entanto, por que a greve só ocorreu em 1984? Porque, provavelmente, era o momento propício de garantia de vitória, sem repressão policial (que era uma das pautas do governo de Brizola), além das alianças formadas com diversos partidos no I Encontro de Canavieiros do Rio de Janeiro, que contou também com companheiros de categorias e estados diferentes, além da presença do Bispo Carlos Alberto Navarro, cuja sensibilidade na luta se voltava para os trabalhadores rurais.

Isto demonstra que não foi uma greve tardia ou espontânea, mas sim, uma linha de atuação dos dirigentes do STR de Campos que fizeram, junto com a Fetag/RJ e a Contag, trabalhos e cursos de formação para os trabalhadores. Mas, para além dos cursos de formação e do III Congresso, por que estes trabalhadores aderiram à greve se poderiam ser ameaçados pelos patrões de perder o emprego ou sofrer represálias? Justificaria esta adesão por três elementos. O primeiro seria o senso

de injustiça, o segundo a perda na confiança no poder judiciário e, o terceiro, o senso de companheirismo e reconhecimento enquanto trabalhadores que enfrentam os mesmos problemas cotidianamente.

Sobre o senso de injustiça, Barrington Moore debate a questão da moralidade entre as normas sociais:

Evidentemente, as normas sociais e sua violação são componentes cruciais na ira moral e no sentido de injustiça. Em essência, é a ira diante da ofensa o que uma pessoa sente quando outra viola uma norma social. Há aqui duas possibilidades distintas. Um indivíduo pode estar irado porque sente que a norma vigente é ela própria errada, e que é preciso implantar outra (MOORE, 1978, p. 21).

As normas sociais são estabelecidas para criar um senso de obediência, de compromisso com seus direitos e deveres formando um contrato social. No entanto, uma vez que determinada norma se rompe, neste caso me refiro às infrações dos patrões (exposta no quadro 2), gera um senso de injustiça por parte dos trabalhadores e o mesmo se estende a diretoria do sindicato em relação ao poder judiciário. Tanto se trabalha para não obter seus direitos. Tantos dissídios coletivos são enviados e, muitas vezes, arquivados ou tratados com morosidade.

Em paralelo, este caso consistiria em uma luta coletiva por reconhecimento, apresentada por Axel Honneth, como um sentimento de desrespeito às normas estabelecidas na relação empregador-empregado. Como demonstrado no capítulo 4 as pautas dessas greves eram praticamente as mesmas, mudando algumas por conta de especificidades e necessidades locais. De acordo com o autor:

Sentimentos de lesão dessa espécie só podem tornar-se a base motivacional de resistência coletiva quando o sujeito é capaz de articula-los num quadro de interpretação intersubjetivo que os comprova como típicos de um grupo inteiro; nesse sentido, o surgimento de movimentos sociais [ou greves] depende da existência de uma semântica coletiva que permite interpretar as experiências de desapontamento pessoal como algo que afeta não só o eu individual, mas também um círculo de algo que afeta muitos outros sujeitos (HONNETH, 2003, p. 258).

Diante destes pontos, pode-se considerar a questão da troca de experiências das greves da Zona da Mata Pernambucana e de Guariba, fundamental entre os trabalhadores e dirigentes para a greve geral dos campistas. Partindo desta concepção de compartilhamento de experiências ao longo da história e construída diariamente, de senso de injustiça e de reconhecimento dos trabalhadores por meio de lutas coletivas, seria o propósito que daria forma a uma noção de classe trabalhadora canavieira na Região Açucareira de Campos? O historiador Edward Thompson define classe a partir de um fenômeno histórico de compartilhamento e reconhecimento que ocorre nas relações humanas, (...) “que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima das experiências como na consciência” (THOMPSON, 1987, p. 9). Talvez

não pudéssemos afirmar que houve uma formação de consciência de classe por parte dos canavieiros campistas no período recortado pela pesquisa. O mais indicado neste caso seria enxergar um fortalecimento do STRC enquanto organização de representação dos trabalhadores da cana sejam eles de lavoura ou de fábricas.

A pergunta parece um tanto quanto absurda, mas veremos que, para esta dissertação, é crucial se levarmos em consideração que na Região Açucareira de Campos havia dois sindicatos representativos dos trabalhadores rurais (o STR e o STIAC). O STIAC, como vimos no capítulo 4, não participou da greve de 1984, no entanto, foi atingindo por ela, uma vez que sem os trabalhadores da lavoura, não haveria cana para moer, nem usinas funcionando. Porém, vimos também que houve adesão de trabalhadores que estavam sob a órbita do STIAC na greve e que se filiaram ao STR.

União esta que, se não nos remete a uma concepção de conscientização de classe dos trabalhadores rurais em formação, remete a uma visão de união em termos de interesses. Desta forma, podemos concordar com Lenin quando este diz que:

Cuando los obreros se niegan a trabajar, todo este mecanismo amenaza con paralizarse. Cada huelga recuerda a los capitalistas que los verdaderos dueños no son ellos, sino los obreros que proclaman sus derechos con creciente fuerza. Cada huelga recuerda a los obreros que su situación no es desesperada y que no están solos. Ved qué enorme influencia ejerce una huelga tanto sobre os huelguistas como sobre los obreros de las fábricas vecinas o próximas o de las fábricas de la misma rama de industria (LENIN, 1979, p. 40).

As questões de interesses em comum e das oportunidades políticas permeiam o universo socioeconômico dos anos 1985 e 1986. Não cabe a esta dissertação uma análise profunda das greves, mas vê-se que, após a primeira greve geral de 1984, houve um senso de união entre os sindicatos, sendo estes dirigidos pela Fetag/Rio. Como forma de explanação, vemos a vontade coletiva da luta contra os patrões:

Destaque-se então que foi a intransigência patronal – resistente em cumprir os acordos, arbitrária pela recusa em respeitar a legislação trabalhista e evasiva diante das solicitações de diálogo feita pelos trabalhadores através de seus representantes – que terminou decidindo a forma de luta pelos direitos [a greve de 1985]. A integração da luta dos canavieiros rurais e industriários foi feita pelos Sindicatos com aceitação das bases e se estabeleceu a partir de uma pauta mínima e comum de reivindicações, em reforço as necessidades básicas e específicas de cada setor – Lavoura e Fábrica lutaram juntos (Boletim Unificado da Greve dos Trabalhadores Rurais Canavieiros e Trabalhadores na Indústria do Açúcar do Norte Fluminense, 1986, p. 2).

Diante de tudo que foi exposto nesta dissertação, percebemos as mudanças nas relações de trabalho, os processos industriais, consoantes às modificações nas conjunturas nacionais e locais. Este fato nos remete a entender que as greves dos rurais antes de 1963 eram esporádicas e locais.

Perpassando todo o processo de repressão durante a ditadura empresarial-militar, não há relatos de greves (o que não impede rebeliões internas, mas acreditamos que seriam quase dizimadas no mesmo dia). Contudo, após o caminhar do processo de abertura política, as greves eclodem no campo e na cidade. Mas também é importante entender os momentos de calmaria. Momentos esses que podem apontar para os trabalhos de base, os cursos e até mesmo de conscientização de indivíduos para uma possível formação de classe que vai se formando ao longo da história e por experiências próximas, assim como o senso de injustiça desestabilizador de uma normalidade social, de uma mudança de padrão, como foi o caso da primeira greve geral de Campos em 1984.

Sobre os rumos nas condições de trabalho no pós-greve, vimos que alguns problemas se mostraram os mesmos, assim como a luta pelos direitos trabalhistas. Infelizmente, não tivemos fôlego para seguir temporalmente na escrita, mas sabemos que a Região Açucareira de Campos, com suas teias de complexidades categóricas de trabalhadores e de dinâmicas no universo canavieiro, tende a ser um importante campo para pesquisa. Cabe agora, a nós pesquisadores, resistir, de qualquer maneira, ao lado dos trabalhadores rurais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Francisco José da Costa. *Modernização da Agricultura e Sindicalismo: Lutas dos Trabalhadores Assalariados Rurais da Região Canavieira de Ribeirão Preto*. 1991. Tese (Doutorado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas. São Paulo.
- AQUINO, Silvia Lima de. *A caminho do campo: as relações entre Reforma Agrária e migração rural-urbano-rural e urbano-rural: Um estudo de caso em Campos dos Goytacazes – RJ*. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.
- AREZZO, Dryden Castro de. Administração Fundiária no Estado do Rio de Janeiro In. *Campo Aberto: O Rural no Estado do Rio de Janeiro*. CARNEIRO, Maria José (org.) [et al] – Rio de Janeiro: Contra capa Livraria, 1988.
- BARRINGTON, Moore Jr. *Injustiça: As bases sociais da obediência e revolta*. São Paulo. Editora Brasiliense, 1978.
- BOURDIEU, Pierre. Razões práticas: sobre a teoria da ação. In: *Espaço social e espaço simbólico*. Campinas: Papius, 1996.
- BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- CADERNOS DO CEDI. “Um pé de cana não é nada, juntando é um canavial”. Pernambuco, nº 7, 1981.
- CADERNOS DO CEDI. *Canavieiros em Greve: Campanhas salariais e Sindicalismo*. São Paulo, nº 14, 1985.
- CATELA, Ludmila. *El Mundo de los archivos*. In: CATELA, L. y JELIN, E. (eds.), *Los archivos de la represión: documentos, memoria y verdad*. Siglo XXI, Madrid, 2002.
- CEFAI, Daniel. ¿Qué es una arena pública? Algunas pautas para un acercamiento pragmático. In D. Cefai, & I. Joseph, *La herencia del pragmatismo. Conflictos de urbanidad y pruebas de civismo*. Editions de l' Aube, 2002.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização, 1999.
- _____. O Conceito de Vontade Coletiva em Gramsci. *Revista Katálysis*. Florianópolis v. 12 n. 1 p. 32-40 jan./jun. 2009.
- CUNHA, Alexandre Teixeira de Freitas Bastos. *Liberdade Sindical e Sindical Único: O paradoxo do modelo brasileiro*. Caxambu: ANPOCS, 2004.
- CRUZ, Rodrigo Pennutt da. *Assentado, assentados: diferenciação social e reordenações políticas*. Coleção Engenhos, usinas, sucatas...? Niterói: Alternativa, 2014.
- DABAT, Christiane Rufino. Uma “caminhada penosa”: A extensão do Direito trabalhista à zona canavieira de Pernambuco. *Clio - Série Revista de Pesquisa Histórica* - N. 26-2, 2008, p. 291-320.
- DELGADO, Guilherme da Costa. *Capital Financeiro e Agricultura no Brasil: 1965-1985*. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1983.
- DEZEMONE, Marcus. Mundo Rural e Era Vargas: Direitos, papel do campo e legislação social na historiografia recente. *Tempos Históricos*, volume 16 – 2º semestre de 2012, p. 219-245.
- D’INCAO, Maria da Conceição e Mello. *O Boia fria: Acumulação e Miséria*. Petrópolis: Editora Vozes, 1977.

- DREIFUSS, René Armand. *1964: A Conquista do Estado*. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.
- ECKERT, Cordula. *Movimentos dos Agricultores Sem Terra no Rio Grande do Sul*. 1984. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Agrícola) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.
- FAUSTO, Boris (org.). [et ali]. *História Geral da Civilização Brasileira: Sociedade e Política (1930-1964)*. Tomo 3. Vol. 10. Editora Bertrand Brasil Ltda, 1996.
- _____. *A História Concisa do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Saraiva, 2015.
- FASE. *Assalariados rurais e suas lutas (1979-1981)*. Rio de Janeiro, 1982.
- FASE. *Proposta 26: Assalariados rurais novos desafios*. Rio de Janeiro: 2ª edição, 1985.
- FERREIRA, Avelino. *Faria tudo outra vez: Antônio João de Faria. A vida e as lutas do fundador do primeiro sindicato de trabalhadores rurais do Brasil*. Campos dos Goytacazes: Marka Editora, 2015.
- FERREIRA, Jorge e GOMES, Ângela de Castro. *1964: O Golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regi e democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- FIORI, José Luís. *O voo da Coruja*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- FURTADO, Celso. *Teoria e Política do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Editora Nacional, 1971.
- _____. *O mito do desenvolvimento econômico*. Distrito Federal. Ed.: Paz e Terra, 1974.
- _____. *O Brasil pós-milagre*. Distrito Federal: Ed. Paz e Terra, 1981.
- _____. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo. Editora Nacional, 1984.
- HAFFNER, Jaqueline Angélica Hernández. *A CEPAL e a Industrialização Brasileira (1950-1961)*. Porto Alegre: Coleção História 49, EDIPURCS, 2002.
- HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34, 2007.
- GOMES, Angela Maria de Castro. *Ministério do Trabalho: uma história vivida e contada*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2007.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- GRZYBOWSKI, Candido [et. al.]. *Trabalho rural e profissionalização. Análise das práticas e representações dos trabalhadores da produção canavieira de Campos, RJ*. Relatório de pesquisa: Convênio entre a Secretaria de Mão-de-Obra do Ministério do Trabalho, SENAR e Fundação Getúlio Vargas para execução do Projeto: “Trabalho Rural e Alternativas Metodológicas de Educação”. Rio de Janeiro, novembro de 1981.
- GRYNSZPAN, Mario. *Mobilização camponesa e competição política no Estado do Rio de Janeiro (1950-1964)*. 1987. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.
- IAMAMOTO, Marilda Villela e COSTA, Ana Maria Almeida de. *O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos dos Goytacazes e a luta por direitos na ditadura (1964-1985) In: Conflitos por terra e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988)*. MEDEIROS, Leonilde Servolo (org.) [et al]. Rio de Janeiro: FAPERJ e CPDA setembro de 2015.

- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Agrícola de 1950: Espírito Santo, Rio de Janeiro, Guanabara*. VII Recenseamento Geral do Brasil. Série Regional. Vol. II – Tomo X – 2ª Parte. Rio de Janeiro: IBGE, s/d.
- _____. *Censo Agropecuário do Rio de Janeiro*. VIII Recenseamento Geral – 1960. Série Regional. Vol. III – Tomo XVI. Rio de Janeiro: IBGE, s/d.
- _____. *Censo Agropecuário: Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IBGE, 1970.
- _____. *Censo Agropecuário: Rio de Janeiro*. Nº 18. Rio de Janeiro: IBGE, 1980.
- _____. *Censo Demográfico: Rio de Janeiro: Vol. 1 -Tomo IV- Nº 18:IBGE, 1980*
- _____. *Censo Agropecuário*. Nº 20 – Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IBGE, 1985.
- IOKOI, Zilda Gricoli. *Igreja e Camponeses: Teologia da Libertação e Movimentos Sociais no campo Brasil e Peru, 1964-1986*. São Paulo: Editora Hucitec, FAPESP, 1996.
- JELIN, Elizabeth. *¿De qué hablamos cuando hablamos de memoria?* In: Elizabeth Jelin, *Los trabajos de la memoria*. Siglo Veintiuno editores, España 2001.
- LAMARÃO, Sérgio. Crise econômica e centralização política: o Estado do Rio nos primeiros anos da Era Vargas (1930-1937). *Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada* – Vol. 5 Nº 8 jan-jun 2010.
- LENIN, Vladimir Ilyich Ulyanov. *Acerca de los sindicatos*. Moscou: Editora Progresso, 1979
- MARTINS, José de Souza. *O Cativo da Terra*. São Paulo: Editora Hucitec, 1986.
- MARX, KARL. *O Capital* – Livro 3 Vol. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista- Brasil, sec. XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.
- MATOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2009.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo*. 1995. Tese (Doutorado Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- _____. *História dos Movimentos Sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989.
- NEVES, Delma Pessanha. *Lavradores e Pequenos Produtores de Cana: Estudo das formas de subordinação dos pequenos produtores agrícolas ao capital*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- _____. *Engenho e Arte: Estudo do Processo de subordinação da agricultura à indústria na Região Açucareira de Campos (RJ), a partir do ponto de vista dos fornecedores de cana*. 1988. Tese (Doutorado Antropologia) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFRJ. Rio de Janeiro.
- _____. *Por Trás dos Verdes Canaviais*. Niterói: EDUFF, 1989.
- _____. *Os fornecedores de canas e o Estado intervencionista: estudo do processo de constituição social dos fornecedores de cana*. Niterói: EDUFF, 1997.
- NOVICKI, Victor de Araújo. *O Estado e a luta pela terra no Rio de Janeiro: primeiro Governo Brizola (1983-1987)*. 1992. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Agrícola) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola, UFRRJ. Rio de Janeiro.
- NUNES LEAL, Vitor. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- O'DWYER, Eliane Catarino e DABUL, Ligia. *A greve dos trabalhadores rurais canavieiros de Campos/RJ*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1984.

- OSCAR, João. *Escravidão & engenhos*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1985.
- PELOSO, Ranulfo (org.). *Trabalho de Base*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- PESSANHA, Yvan. *Campista: Nem fiado, nem à vista*. Niterói: Imprensa Oficial, 1999.
- PIQUET, Rosélia. Norte Fluminense: Mudanças e Incerteza na Era do Petróleo. *Revista de Desenvolvimento Econômico*. Ano 6, nº 9, Salvador, BA, Janeiro de 2004.
- PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. In: FERREIRA, M.M. e AMADO, J. *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.
- RIBEIRO, Ana Motta. *Passeio de Beija-Flor: A Luta do Sindicato pela garantia legal da representação dos canavieiros fluminenses – Um estudo da ação sindical no campo*. 1987. Dissertação (Mestrado em Ciências do Desenvolvimento Agrícola) - Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, CPDA/UFRRJ. Rio de Janeiro.
- RICCI, Rudá. *Terra de Ninguém: Representação sindical rural no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.
- RODRIGUES, Georgete. Verdade do arquivo versus Autoridade do arquivo: reflexões a partir do caso Herzog. In: MULLER, A., STAMPA, I. & SANTANA, M.A. (org.), *Documentar a ditadura: arquivos da repressão e da resistência*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2014.
- RODRIGUES, Alberto Tosi. *Diretas Já: O grito preso na garganta*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.
- SARMENTO, Carlos Eduardo Ente o Carisma e a Rotina: As eleições de 1982 e o primeiro governo. In *A Força do Povo: Brizola e o Rio de Janeiro*. FERREIRA, Marieta de Moraes (org.) [et al]. Rio de Janeiro: ALERJ; CPDOC/FGV, 2008.
- SCOTT, James. *Formas Cotidianas da Resistência Camponesa*. Editora Raízes, Campina Grande, vol. 21, nº 1, p. 10-31, jan./jun. 2002.
- SIMÕES, Tiago; MARINHO, Ricardo. Cultura, política e direitos no canavial da ditadura militar brasileira. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 28, nº 56, p. 343-362, jul./dez. 2015.
- SOARES, Felipe Vieira. *O campo na luta por seus direitos sobre a relação entre os trabalhadores rurais campistas e os direitos trabalhistas no Rio de Janeiro durante o período democrático (1945-1964)*. 2015. Dissertação (Mestrado História Social) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: De Getúlio a Castelo (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- STEIN, Leila de Menezes. *Trabalhismo, círculos operários e política: a construção do sindicato de trabalhadores agrícolas no Brasil (1954-1964)*. São Paulo: Annablume- FAPESP, 2008.
- SZMRECSÁNYI, Tamás; *O Planejamento da agroindústria canavieira do Brasil (1930-1975)*. São Paulo: HUCIETC; Campinas: UNICAMP, 1979.
- SZMRECSÁNYI, Tamás; MOREIRA, Eduardo Pestana. O Desenvolvimento da Agroindústria Canavieira do Brasil desde a Segunda. Guerra Mundial. *Revista Estudos Avançados*, v.11, n.5. 1991.
- TARROW, Sidney. *O poder em movimento*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- TAVARES, Ricardo. *CONTAG, da ditadura à transição – memória social e construção política do “campesinato”*. 1992. Tese (Doutorado sociologia) - Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.
- TILLY, Charles . From interactions to outcomes in social movements. In M. Guigni, D. Mc Adam, & C. Tilly, *How social movements matter*. Minneapolis: University of Minesota Press, 1999.

TILLY, Charles [et al]. *Para Mapear o Confronto Político*. São Paulo: Lua Nova, 76 p. 11-48, 2009.

THOMPSON, Edward. A formação da classe operária inglesa. Vol. I. in: *A árvore a liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. A formação da classe operária inglesa. Vol. III. In: *A força dos trabalhadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Trabalho Rural e Profissionalização: Análise das Práticas e Representações dos Trabalhadores da Produção Canavieira de Campos, RJ. Rio de Janeiro: FGV; EIAP/CPDA, IESAR, novembro, 1981.

WEBER, Max. *Ciência e Política, Duas Vocações*. São Paulo: Editora Cultrix, 1996.

WELCH, Andrew Clifford. *Movimentos sociais no campo até o golpe militar de 1964: a literatura sobre as lutas e resistências dos trabalhadores rurais do século XX*. Lutas & Resistências, Londrina, v.1, p. 60-75, set. 2006.

_____. Vargas e a reorganização da vida rural no Brasil (1930-1945). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 36, nº 71, 2016.

ENTREVISTAS

Acácio Fernandes dos Santos. Realizada por Leonilde Servolo de Medeiros em 1982.

Ana Maria Motta Ribeiro. Realizada por Rayanne de Medeiros Gonçalves em 12 de setembro de 2017.

Antônio João de Faria. Realizado por Avelino Ferreira entre as décadas de 1970-1980.

Eraldo Lírio. Realizada por Leonilde Servolo de Medeiros em 1982.

José Luiz Vianna Cruz. Realizada por Ana Maria Costa e Marilda Iamamoto em 19 de novembro de 2014.

Maria Angélica Gentile. Realizada por Mariana Trotta e Ana Costa em 11 de julho de 2014.

Paulo Honorato. Realizada por Rayanne de Medeiros Gonçalves em 09 de dezembro de 2016.

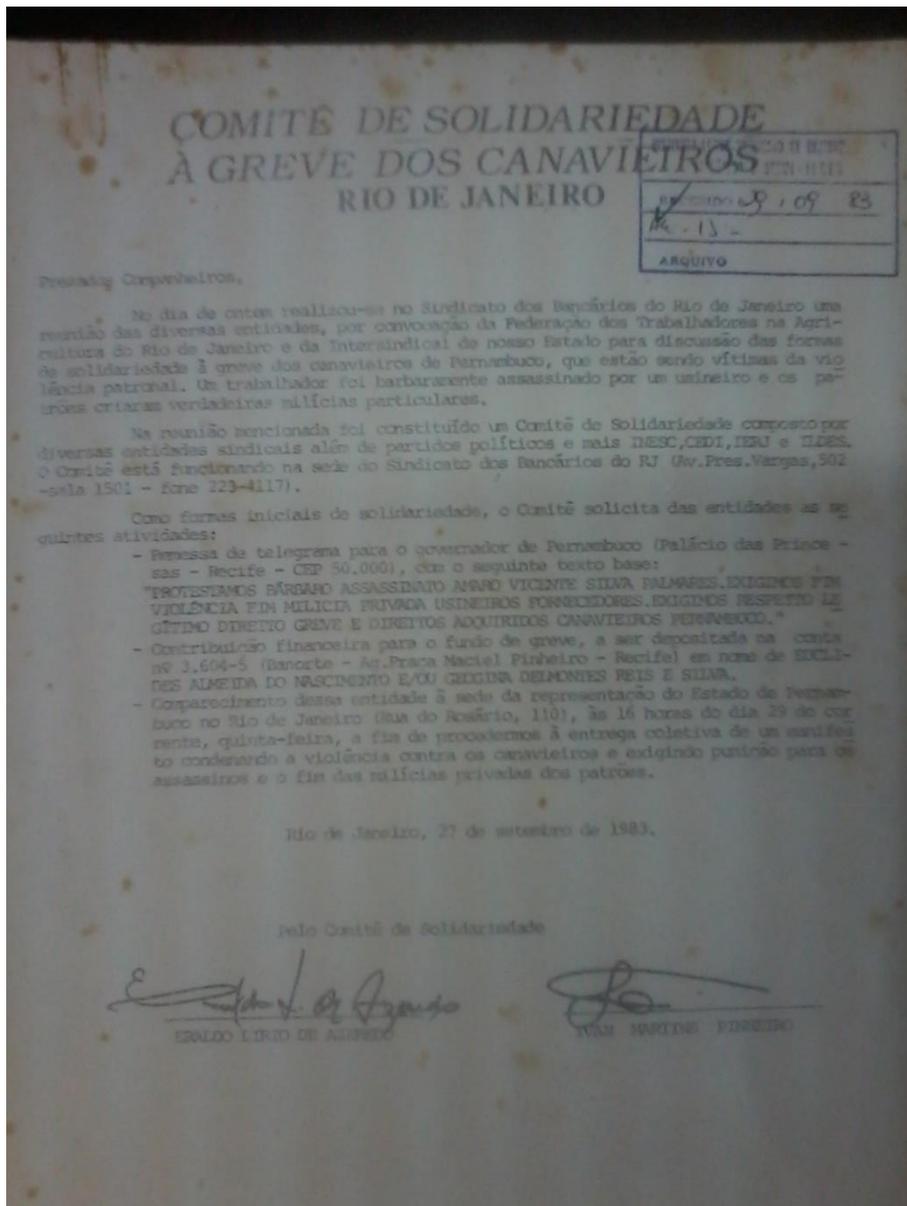
ANEXOS

ANEXO A. Nota de Solidariedade a Greve dos Canavieiros da Zona da Mata Pernambucana.

ANEXO B. Chamada para o I Encontro de Canavieiros do Rio de Janeiro, 28 de junho de 1984.

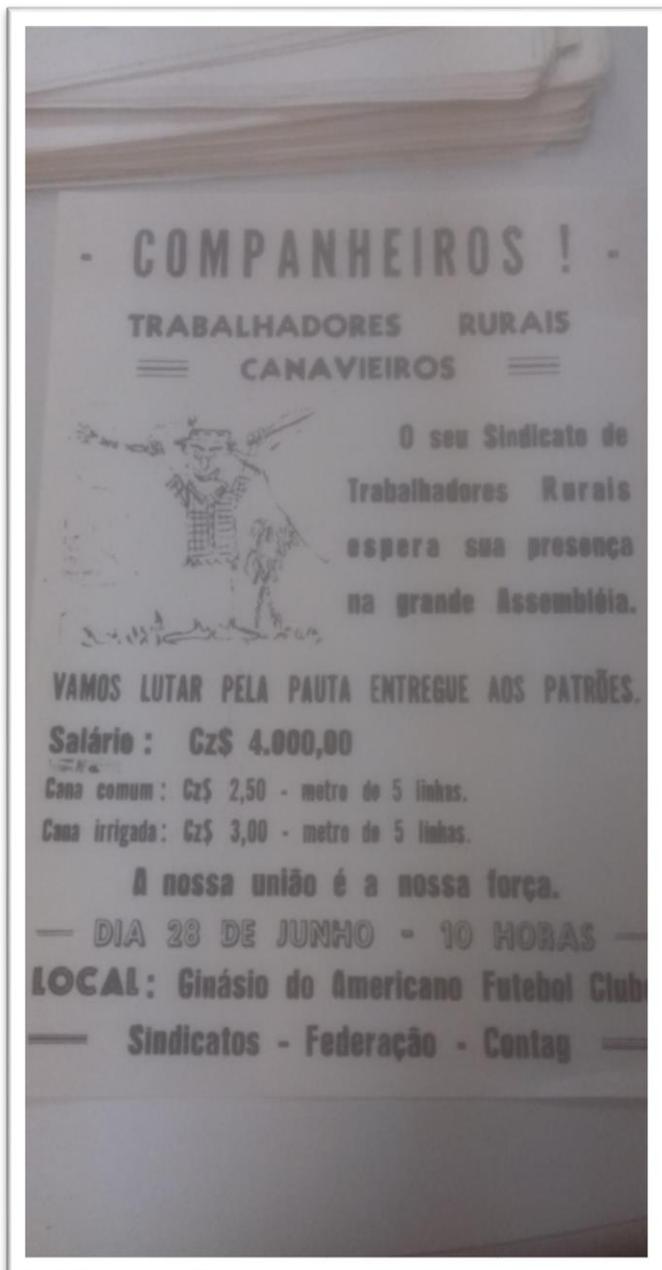
ANEXO C. Acordo Coletivo de Trabalho no último dia de Greve em 31 de julho de 1984.

ANEXO A. Nota do Comitê de Solidariedade a Greve dos Canavieiros da Zona da Mata Pernambucana. (Rio de Janeiro)



Fonte: Acervo Fetag/RJ

ANEXO B. Chamada para o I Encontro de Canavieiros do Rio de Janeiro, 28 de junho de 1984.



Fonte: Acervo Fetag/RJ

ANEXO C. Acordo Coletivo de Trabalho – Subdelegacia do Trabalho. Delegacia Regional do Trabalho – 1984

- “1. Os veículos destinados ao transporte de trabalhadores rurais serão gratuitos e obedecerão às normas do Código Nacional de Trânsito, vistoriados pelo DETRAN, devendo as ferramentas ser transportadas em compartimento próprio, quando se tratar de caminhões.
2. Serão obrigatoriamente fornecidos aos trabalhadores envelopes ou comprovantes de pagamento, contendo o nome do empregador e do empregado, a quantidade de tarefas executadas, o valor do pagamento e os descontos efetuados.
3. Nos dias em que não houver trabalho, por motivo de chuva ou qualquer outro motivo de força maior, alheio à vontade das partes, o empregador pagará salários integrais ao trabalhador, desde que comprovada sua presença no local de trabalho.
4. Os empregadores fornecerão, obrigatória e gratuitamente, as ferramentas necessárias ao trabalho, bem como equipamentos de proteção individual ao trabalho, como botas, luvas, macacões, caneleiras, de acordo com as exigências legais e dentro de 45 (quarenta e cinco) dias a partir da assinatura do presente acordo.
5. O empregador fica obrigado ao pagamento de salários por motivo de doença até 15 (quinze) dias, devidamente comprovado através de atestados médicos.
6. A tarefa para o corte de cana fica estabelecido o sistema de “5 linhas”.
7. O preço para o corte da cana obedecerá aos seguintes valores:
 - a) para cana queimada CR\$ 45,50 (quarenta e cinco cruzeiros e cinquenta centavos) o metro linear de 5 linhas;
 - b) para a cana irrigada CR\$ 91,00 (noventa e um cruzeiros) o metro linear de 5 linhas; quando for utilizada a forma de pagamento por tonelada, esta será remunerada no valor de CR\$1.430,00 (hum mil quatrocentos e trinta cruzeiros);
 - d) haverá um acréscimo de 30% (trinta por cento) na cana-de-burro ou transportada a burro;
 - e) O valor do corte da cana crua será reajustado por acordo entre as partes.
8. Concluído o corte de cana, o cortador recebe, em impresso próprio fornecido pelo empregador, comprovante contendo nome ou número do empregado, quantidade de metros ou toneladas de cana cortada.
9. Todos os trabalhadores serão contratados diretamente pelo empregador e terão suas carteiras profissionais devidamente anotadas
10. O pagamento de 13º salário (gratificação de natal) será efetuado até o dia 20 de dezembro, sob pena de aplicação dos dispositivos legais.
11. Fica estabelecido o pagamento de 1 (um) dia de trabalho no período da presente paralisação.

12. Os preços constantes do presente acordo são estabelecidos para a presente safra.

13. O presente ACORDO COLETIVO DE TRABALHO não se refere à filiação previdenciária ou equivalente, nem enquadramento sindical, devendo a legislação específica tratar da matéria, respeitadas as decisões jurídicas e administrativas. O presente acordo será submetido a registro e arquivo perante a autoridade do Ministério do Trabalho no Estado do Rio de Janeiro.

Campos (RJ), 31 de julho de 1984.

Assinam o Acordo Coletivo de Trabalho:

Sindicato das Indústrias de Refinação do Açúcar.

Sindicato Rural de Campos”.